

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

**Revista
Estudos
Libertários**

Edição Especial nº 2

Análise dos efeitos da
pandemia de Covid-19

v. 2; n. 4; ed. especial covid-19 n. 2; maio 2020



SUMÁRIO

EDITORIAL

	AUTORES	TÍTULO	PÁGINAS
Wallace	de Moraes	EDITORIAL	3/5

ARTIGOS

Valena	Ribeiro Garcia Ramos	PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA EM XEQUE MATE	6/22
--------	----------------------	--	------

Júlio César	de Souza Dória	QUILOMBO E FAVELA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL	23/33
-------------	----------------	---	-------

Davi	Maranhão De Conti	EM TEMPOS DE PANDEMIA – BIOPOLÍTICA, POLÍTICA INTERNACIONAL E EXCEÇÃO HUMANA	34/40
------	-------------------	---	-------

Diego Henrique	Nascimento Santos	EXPERIÊNCIA NEGRA, TEMPOS DE CORONAVÍRUS	41/57
----------------	-------------------	--	-------

Rodrigo	Pennesi	PANDEMIAS NO ANTROPOCENO	58/65
---------	---------	--------------------------	-------

Filipe	Proença de Carvalho Moraes	UM VÍRUS QUE DESVELA AS ENTRANHAS DO CAPITAL	66/89
--------	----------------------------	--	-------

Gabriel	Vilarinho	A SEGURANÇA E O OUTRO NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS	90/99
---------	-----------	---	-------

Fernanda Pedro Luiz	Eiras Rubio Stevolo	NADA DAR AO TIRANO: OU CONSTITUIR NOVAS FORMAS DE VIDA COM AJUDA MÚTUA	100/112
------------------------	------------------------	---	---------

Editorial

No dia primeiro de maio de 1886, vários trabalhadores fizeram um gigantesco protesto na cidade de Chicago nos EUA. Eles reivindicavam por diminuição da jornada de trabalho. Não queriam produzir riquezas para os patrões por mais de oito horas por dia. O lema era bastante coerente e didático. Dividiam as 24 horas do dia em 3 partes: 8 horas para o trabalho; 8 horas para descanso; 8 horas para lazer. Foi uma luta histórica. As forças policiais reprimiram com toda truculência, atirando nos grevistas. Os trabalhadores reagiram e causaram mortes em alguns homens fardados a serviço dos governantes. Resultado: mortos de ambos os lados e os líderes anarquistas condenados à morte por organizarem os protestos e por supostamente terem lançado as bombas nos representantes armados dos governantes políticos e econômicos. A luta revolucionária perdeu seis anarquistas dos mais combativos. Em solidariedade ao que ficou conhecido como “mártires de Chicago”, o movimento internacional dos trabalhadores decidiu que o dia primeiro de maio nunca mais seria esquecido e em nome da classe trabalhadora o declararam como dia de luta do trabalhador.

Hoje, o significado do primeiro de maio foi apagado da História por dois motivos: 1) tentam esconder que é dia de luta e não de festa; 2) poucos sabem do papel dos anarquistas para a recordação da data. Isso porque não interessa aos historiadores oficiais lembrar de algo positivo realizado pelos anarquistas. Agindo assim, tentam apagar a sua importância para o movimento social e realizam o “historicídio”, quando matam da História aquilo que não atende aos seus interesses. Também não interessa a eles uma luta sindical/social/popular forte e autônoma sem o controle de partidos políticos, governantes, capitalistas etc. É papel dessa revista resgatar uma perspectiva libertária, crítica e lutar contra o historicídio executado contra anarquistas, negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, trabalhadores, em uma palavra: governados.

Esse segundo número especial sobre a conjuntura da pandemia de Covid-19 segue essa perspectiva, em um contexto no qual os números de pessoas contaminadas e mortas só aumenta. O governo brasileiro teima em negar os fatos e os perigos do vírus. Esperamos contribuir hoje para que no futuro os historiadores saibam que tivemos perspectivas críticas nesse momento histórico. Todos os artigos tratarão desses e outros assuntos correlacionados aos efeitos da Covid-19 para nossa conjuntura. Temos o prazer em publicá-lo na semana que marca o dia de luta do trabalhador.

Agradecemos a todxs que colaboraram diretamente para que esse trabalho viesse a público. Os autores, os membros do conselho editorial, os pareceristas, e mais particularmente, Caroline Lima Dias, Cello Latini, Guilherme Santana, Isabella Correia, Juan Magalhaes e Kaio Braúna foram fundamentais.

Por fim, nada mais representativo do que terminar com a letra de um Rap indígena trilingue de Kandu Puri e Kaê Guajajara sobre a pandemia do Novo Coronavírus. O rap é mais que uma verdadeira aula. É um manifesto, lindo e maravilhoso! Desejamos uma boa leitura e este número sirva para inspirações indigenistas, negras, emancipatórias, anticoloniais, antiautoritárias, anarquistas!

Saudações libertárias!

Editor

Não foi só a bala que matou meu povo não
Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
Um rio de sangue na água cristalina
Até o contato com suas roupas me assassina

Andando na minha miséria
Na mente lapsos de uma velha floresta
To tipo uma onça rugindo da cela Indígena gritando na favela
Vendo culturas inteiras sumindo
A epidemia vem matando
O maior grupo de risco há mais de 500 anos

Eu tentei, me isolei
E sempre ficam nessa de querer fazer contato
Nume'e kwaw hehe, a'e rupi nuexak kwaw
ima'eahy haw
(Ele não viu ele, por isso não viu sua doença)

Nuvem de doença que contagia
Causando falência múltipla de órgãos
Eu tava na mata vem e me mata numa
Falência múltipla de povos
Vi um parente indo se lavar
Num grande rio de lama tóxica
Prevenir ou se contaminar
Isso é uma guerra biológica
E tu que nunca foi de banho
Tá aprendendo a lavar a mão
Vai, compra tudo de álcool em gel
Olha pra tua poluição

Ah ando ure day gran txori ï pa omi xute txahé
Kapuna prika ï ambo nam ah ando heta kran
Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
Ah ando hon upolatxa-ma ï ne pa kwandom-na

(eu corri nessa mata para ter um bem viver

tiros para morrer. eu escapei. eu estive escondido igual sombra.
eu estive escondido para não ter doença)

Não foi só a bala que matou meu povo não
Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
um rio de sangue na água cristalina
Até o contato com suas roupas me assassina

Como a varíola
Como a gripe
Tantas que o tamui suportou
Ninguém solta a mão de ninguém
Ainda bem que ninguém segurou

Amo teko uzeeng ihewe hekepe
(Alguém está falando comigo no sonho)
Akizezo mae wi nehe
(Não tenha medo das coisas)
Epita me neràpuz pupu
(Fica em casa)

Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
Ah ando hon upolatxa-ma ì ne pa kwandom-na

Letra: Kandu Puri e Kaê Guajajara

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA EM XEQUE MATE

Valena Ribeiro Garcia Ramos

Professora de Sociologia do CEFET/RJ. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Concluiu o Doutorado e o Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA/UFF). Possui licenciatura e bacharelado em ciências sociais pela UFF.

Resumo: Considerando os conflitos de classes, o presente ensaio analisa os impactos das políticas sociais e econômicas propostas pelo Estado, durante a pandemia do COVID-19, para a classe trabalhadora brasileira, demonstrando como as consequências econômicas serão desiguais entre as frações da burguesia e da classe trabalhadora. Havendo, por um lado, uma tendência de favorecimento dos diferentes setores da burguesia através de desonerações fiscais e transferência de recursos públicos. Por outro, de aprofundamento da perda de direitos, exploração e precarização, bem com o aprofundamento do empobrecimento da classe trabalhadora em geral.

Palavras-chave: Estado, Pandemia, Conflitos, Classe Trabalhadora e Burguesia. **Coronavirus pandemic (COVID-19) and the Brazilian working class in checkmate.**

Abstract: Considering class conflicts, this essay analyzes the impacts of the social and economic policies proposed by the State, during the COVID-19 pandemic, for the Brazilian working class, demonstrating how the economic consequences will be unequal between the fractions of the bourgeoisie and the class. worker. On the one hand, there is a tendency to favor the different sectors of the bourgeoisie through tax breaks and the transfer of public resources. On the other, deepening the loss of rights, exploitation and precariousness, as well as deepening the impoverishment of the working class in general.

Keywords: State, Pandemic, Conflicts, Working Class and Bourgeoisie.

Introdução.

Em novembro de 2019, o mundo foi surpreendido com a notícia de uma epidemia no principal centro econômico na China, cidade de Wuhan. Em um mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anuncia a pandemia de corona vírus (COVID-19). No atual panorama internacional, até a primeira semana de abril, ou seja, em três meses depois do primeiro epicentro da doença, temos 1.412.103 casos espalhados em 184 países, atingindo o total de 81.103 óbitos, segundo mapa publicado pela Johns Hopkins University e Medicine.

Conforme tabela a seguir elaborada a partir do mapa mencionado, observa-se que os países das economias centrais e principais centros de poder estatal lideram o quantitativo de casos confirmados e óbitos, tendo suas atividades econômicas parcialmente paralisadas em consequência do isolamento social, e estão vivendo uma crise na saúde pública e econômica:

A partir dos estudos e documentos da OMS¹, verifica-se que o alerta acerca das possibilidades de pandemias ocasionadas por novos vírus da gripe, como a atual provocada pelo COVID-19, não é uma novidade. Assim sendo, os Estados-Nacionais estavam caminhando no sentido contrário a tais recomendações, quando sinalizavam para uma política de austeridade, incluindo a retirada de verbas do setor da saúde pública.

Considerando a cronologia a seguir, observa-se um ciclo de pandemias nos séculos XX e XXI que levaram a morte um quantitativo significativo da população mundial, com potencial de desarticulação da produção e circulação de mercadorias e adoecimento da força de trabalho a nível global. Segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) localizado nos EUA, a Gripe espanhola em 1918 propagada pelo novo vírus influenza A provocou na época uma crise de saúde pública, diante da ausência de vacina e de tratamento, levando a morte de 50 milhões de pessoas no mundo. Ocorrido no contexto da primeira grande guerra mundial, os principais atingidos foram jovens saudáveis combatentes, alastrando-se depois para a população em geral. Na década de 1930, pesquisadores da Universidade de Michigan, com o apoio do Exército dos EUA, desenvolvem a primeira vacina contra a gripe em ovos de galinha fertilizados, sendo esse o principal método usado atualmente para produzir vacinas contra a gripe.

Ainda com base nos dados do CDC, em 1940 é descoberto o vírus da gripe B, e dois anos depois surge uma vacina para os vírus influenza A e B, possível a partir da descoberta

¹ Ver o documento Preparación para una gripe pandémica Marco para el intercambio de virus gripales y el acceso a las vacunas y otros beneficios, publicado pela OMS, em 2011. In. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44867/9789243503080_spa.pdf;jsessionid=5A91D146CEC94DE6785483F436C2313D?sequence=1

do vírus da gripe B, e só licenciada para o uso na população em 1945. Em 1944, as pesquisas levaram ao cultivo dos vírus fora do corpo, permitindo o diagnóstico a partir de secreções respiratórias. Em 1947, surge nova epidemia da gripe, e os pesquisadores identificam uma mudança na composição antigênica do vírus influenza, e as vacinas se tornam ineficazes. Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Nacional de Pesquisa Médica em Londres desenvolvem métodos para o diagnóstico laboratorial de infecções por vírus influenza, estabelecem uma rede de laboratórios e disseminam dados acumulados em suas investigações. O Sistema Global de Vigilância e Resposta à Gripe (GISRS) foi criado pela OMS em 1952 para monitorar a evolução dos vírus influenza, originalmente incluindo 26 laboratórios. Em 1957, surge novo vírus da gripe H2N2, conhecida como gripe asiática, desencadeando uma pandemia com cerca de 1,1 milhão mortes em todo o mundo.

De acordo com o CDC, em 1960 com novo surto na África do Sul, aumenta a possibilidade de aves silvestres serem reservatórios para os vírus influenza A. O pesquisador HG Pereira e seus colegas apontam uma relação entre os vírus da gripe aviária e humana, depois outro estudo demonstra uma relação antigênica entre o vírus a pandemia humana A de 1957 e o vírus da influenza A isolado de um peru, descartando contaminação entre humanos e animais. Em 1968, novo vírus da influenza H3N2 surge para desencadear outra pandemia, chamada de gripe de Hong Kong, resultando 1 milhão de mortes no mundo, atingindo prioritariamente pessoas com 65 anos ou mais. Comprova-se que, os vírus H3N2 que circulam hoje são descendentes do vírus H3N2 que surge em 1968. Os estudos levantam sempre a questão se os vírus da influenza humana são de origem animal, ou origina-se do processo de transmissão entre humanos.

Na década de 1990, o vírus H5N1 da gripe aviária é isolado pela primeira vez em um ganso de criação na China, e a primeira infecção humana pelo vírus da influenza aviária A H5N1 é identificada em Hong Kong. Em 1998, inicia-se a vigilância do vírus influenza em suínos, conduzida pelo Departamento de Agricultura dos EUA, descobrindo um vírus híbrido de vírus da gripe humana, de aves e suínos em porcos, sendo ele o vírus da gripe dominante em porcos dos EUA em 1999. No final da década, a OMS publica uma estrutura de planejamento de combate às pandemias através de planos de emergência, de pesquisa e vigilância da gripe, e de produção e distribuição de vacinas e medicamentos antivirais, sendo os inibidores da neuraminidase oseltamivir (Tamiflu®) e zanamivir (Relenza®) licenciados para tratar a infecção por influenza.

Em 2003 reaparece o vírus da influenza aviária H5N1 na China e no Vietnã, e novo alerta é dado pelas organizações de saúde pública. Em 2005, realiza-se a sequenciamento

completo do genoma do vírus da influenza H1N1, que ocasionou a gripe espanhola em 1918. Nesse período, as associações de saúde pública e veterinárias ampliam os esforços para estabelecer uma referência que orientem a saúde para pessoas, animais e o meio ambiente. Em abril de 2009, o novo vírus H1N1 é detectado nos EUA e, pouco menos de dois meses, OMS declara emergência devido à nova pandemia de H1N1 (chamada inicialmente de gripe suína) que dura pouca mais de um ano, e pode ter provocado à morte de meio milhão de pessoas, estimativa feita a partir da revisão da estatística. O próprio CDC vinha trabalhando no isolamento e produção de novo vírus visando à produção de vacina para os vírus influenza. Em 2009, utiliza-se a vacina contra vírus H1N1. Ainda que, os pesquisadores do CDC identifiquem poucos casos de transmissão do vírus da gripe suína entre animais e pessoas, eles afirmam que a maioria dos casos decorre da transmissão entre humanos, concluindo que a pandemia de 2009 se referia à propagação do H1N1.

Considerando as principais pandemias, epidemias e surtos ocorridos nas últimas décadas do século atual e do anterior, é necessário indagar quais fatores biológicos e sociais favorecem os próprios ciclos pandêmicos. Primeiro, estariam relacionados ao modelo de desenvolvimento da economia capitalista, como, por exemplo, ao agrocapitalismo que se volta para a produção de rebanhos em massa e de alimentos modificados geneticamente. Segundo, estariam vinculados às próprias políticas de prevenção antipandêmicas que incluem pesquisas que visam tanto manipulação quanto intercâmbio genético entre os principais vírus, com objetivo de produzir vacinas polivalentes, e desse processo poderiam surgir novos vírus. Terceiro, seriam resultado de processos aleatórios da própria natureza que facilitariam as mutações. Nesse último caso, quais seriam os fatores ambientais facilitadores de processo de mutação.

Na maioria das vezes, essas hipóteses são aventadas pelos cientistas, mas prevalece à terceira, isto é, a tese da aleatoriedade, da causa natural. O predomínio dessa perspectiva tem resultado na ausência de respostas mais precisas acerca da origem dos vírus, acentuando, portanto, as dificuldades de controle desse grave problema ambiental², portanto, dos próprios ciclos pandêmicos. Além disso, não se coloca em questão a relação entre política de controle e prevenção pandêmica e as estruturas de poder político, militar e

² Ver artigo da revista **Virology Journal** com o título From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?, publicada em 2009. In. Gibbs, A.J., Armstrong, J.S. & Downie, J.C. From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?. *Virol J* 6, 207 (2009). <https://doi.org/10.1186/1743-422X-6-207>.

econômico existentes, que estão inter-relacionadas, e vinculadas aos Estados e Organizações Econômicas.

As investigações científicas em torno da origem do COVID-19 reacendem esse debate e traz à tona a pertinência de tais indagações e posteriores investigações. No debate presente no campo científico, as hipóteses estão orientadas a partir de três questões centrais que permanecem, sendo elas: 1) a possibilidade do vírus ter sido resultado dos riscos de uma manipulação laboratorial e do intercambio genético entre vírus, incluindo aqui tanto os acidentes quanto o uso desses agentes como arma; 2) originado por meio de uma seleção natural em hospedeiro animal, antes da transmissão para humanos (zoonose); e, por último, resultado de uma seleção natural entre humanos após transmissão zoonótica. Dentre essas possíveis origens, os setores da comunidade científica têm investindo em narrativas próximas as hipóteses dois e três, desconsiderando a primeira hipótese. Mas uma vez, a negação da primeira hipótese e as inconclusões acerca da origem do vírus dificultam o controle da pandemia.

No entanto, a primeira hipótese vem sendo apropriada pelos setores da extrema direita para difundir a polarização direita versus esquerda e do risco do comunismo para humanidade, numa reedição fantasmagórica da guerra fria, em tom alarmista e conspiratório, cujos porta-vozes mais radicais desse discurso são o presidente do Brasil Jair Bolsonaro e a sua família e militantes bolsonaristas.

Esse discurso pode estar caindo em descrédito, ou mesmo encontra-se numa disputa de narrativa entre os grupos políticos. No entanto, aquela narrativa só contribui para o esvaziamento do questionamento sobre o papel dos principais centros de pesquisas e laboratórios de biotecnologia vinculados tanto a indústria farmacêutica, quanto aos organismos multilaterais e aos países centrais, no desenvolvimento de biotecnologia e na produção de agentes patogênicos; bem como nos usos políticos, econômicos e militares que poderiam ser realizados no mundo. Por fim, o impacto dos interesses desses setores sobre o sistema de saúde pública e meio ambiente.

Associada as hipóteses que orientam o debate sobre as pandemias, vem sendo apontado por pesquisadores, como Mike Davis (2020) que os riscos de pandemias aumentam com o agrocapitalismo (destaca-se a produção em larga escala voltada para consumo de animais, aves e porcos, por exemplo), o sucateamento dos serviços de saúde pública, e os mecanismos de controle da indústria farmacêutica mundial. Continua o autor afirmando que, os oligopólios formados pelas corporações farmacêuticas e de biotecnologia em parceria com os países centrais (EUA e UEE) vem impondo barreiras à importação e ao

desenvolvimento da biotecnologia pelos demais países, contribuindo para as dificuldades de controle das pandemias e epidemias. Somando a isso, o fato de os investimentos mais lucrativos do setor farmacêutico se concentrarem em medicamentos tranquilizantes, para impotência masculina e coração, e menos em medicamentos para cura e vacinas voltada à prevenção de doenças de origem virais.

No entanto, a atuação desses setores não se limita apenas à área de produção de medicamentos, fazendo investimentos expressivos em fontes “energéticas alternativas” à indústria do petróleo (os biocombustíveis) e na agricultura de produção de alimentos geneticamente modificados e de rebanhos em massa.

Nesse sentido, fazem-se necessárias investigações científicas interdisciplinares sobre os impactos e os riscos que os investimentos expressivos desse setor em biotecnologia e o intercâmbio de agentes patogênicos podem trazer para a saúde pública e o meio ambiente em geral, e as possíveis conexões com o controle das pandemias e dos impactos ambientais.

Aspectos ecológicos e sociológicos da pandemia no Brasil.

Até a primeira semana de abril, o Brasil encontrava-se na 14ª posição em números absolutos de contagiados, com 13.717 casos confirmados e 667 óbitos³. Os estudos epidemiológicos do Ministério da Saúde (MS) apresentam como cenário mais provável que, em três meses serão 40 mil mortos. A partir dos dados disponíveis pela Universidade Johns Hopkins, é possível apontar que, em um mês e meio de pandemia no Brasil pode-se totalizar 16 mil óbitos, considerando uma taxa de mortalidade em torno 3,45 %, obtida a partir de dados oficiais. Esse quadro é o mais provável, podendo sofrer alterações consideráveis em detrimento da subnotificação dos casos de contágio e óbito, diante da ausência de testagem em massa da população. Ou ainda, em função das medidas de controle sanitário e de isolamento social, adotadas pelo Estado e governos locais para mitigar os efeitos de propagação.

A crise social e de saúde pública provocada pela pandemia caracteriza-se por dois fatores centrais, um deles de dimensão natural/biológica e o outro corresponde aos aspectos macrossociológicos, estando eles inter-relacionados, e que serão apontados a seguir.

Primeiro é relativo ao próprio caráter patogênico do vírus e a impossibilidade de se encontrar em curto período de tempo uma vacina ou tratamento para os indivíduos acometidos pela doença. O COVID-19 apresenta uma capacidade contágio rápido,

³ Ver mapa mundial com dados acerca do contágio e números de óbitos. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

tornando-se por isso perigoso, e não pela sua letalidade que é relativamente baixa quando comparada com outras doenças patogênicas (MERS, Ebola e outras).

O risco está nas próximas características do novo vírus, em especial na sua capacidade de interação com as células vivas do corpo humano, tornando-se facilmente um hospedeiro e, posteriormente, atacando células normais e saudáveis do corpo humano a ponto de provocar uma reação desenfreada do sistema imunológico, comparada à atividade do vírus HIV 1 no organismo. Isto é, o vírus pode levar o ataque severo às células saudáveis do organismo, podendo ter como destino pulmões, rins, intestinos e baço, ainda que sejam mais comuns, os casos de falência dos pulmões, por conta da própria composição celular desse órgão. No entanto, os danos causados aos pulmões pelo vírus podem ser irreversíveis, uma vez que geram fibromas. Associado a isto tudo e por se tratar de um novo vírus, as populações se tornam mais vulneráveis a sua propagação e letalidade devido à ausência de anticorpos.

Por fim, a adaptação em meios ambientes e climas diferentes tem se mostrado versátil, mesmo que não se possa afirmar claramente que o vírus sofreu mutações significativas. Nesse sentido, alegações de que ele seria mais agressivo em países de clima frio e temperado e com uma composição etária mais velha, e menos em países tropicais, como, por exemplo, o Brasil, não podem ser adotadas como parâmetros para justificar a adoção de medidas menos rígidas de controle sanitário, subestimando o seu impacto.

Principalmente, porque existem vinculados às características patogênicas da pandemia os fatores sociais de vulnerabilidade presentes em países de baixo desenvolvimento humano e frágil proteção social. Podendo destacar, dentre eles, as moradias urbanas precárias em locais de alta densidade populacional e de pobreza, sem saneamento e infraestrutura básica, que estão ausentes nos países europeus, os principais atingidos até o momento, mas que podem se tornar condições perfeitas para uma carnificina dos mais pobres.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, em 2018 havia 25,3% da população brasileira em situação de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, vivendo aproximadamente com R\$ 420 mensais, critério definido de pobreza pelo Banco Mundial (BM) para o Brasil. Isso corresponde a cerca de 40% do salário mínimo vigente em 2018. Em números absolutos, 52,5 milhões de pessoas

⁴ Ver o documento síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE. In. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

estão nessa situação, que correspondem aproximadamente um quarto da população brasileira. Compondo esse universo, estão os 38,5% de trabalhadores familiares auxiliares, isto é, de pessoas que contribuem e ajudam outros familiares no desempenho de suas ocupações ou pequenos empreendimentos econômicos; 24,2% de trabalhadores domésticos; 23,4% de empregados sem carteira de trabalho assinada; 19,9% de trabalhadores por conta própria e 7,6 de empregados com carteira de trabalho assinada. A partir desse cenário, observa-se uma relação entre informalidade e pobreza. Essa situação atinge mais as mulheres pretas, sendo o fator racial um condicionante.

Considerando, ainda os dados do IBGE, há também uma forte correlação entre pobreza monetária e precariedades nas condições de moradia. A primeira inadequação dos domicílios de pessoas em condição de pobreza se refere à ausência de banheiro de uso exclusivo para os moradores, atingindo 8,5% dela em comparação aos 2,8% da população em geral. A segunda corresponde aos materiais não duráveis utilizados na construção das residências. O terceiro tem a ver com o adensamento domiciliar excessivo, ou seja, quando no domicílio tem mais de três moradores utilizando o mesmo cômodo como dormitório. Essa situação compreende 14,5% dos pobres e 5,6% da população em geral. Por último, estão os gastos com aluguel, que se iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Nessa condição estão 28,0% da população em geral e 56,2% da população pobre. O quarto diz respeito à ausência de abastecimento de água por rede, 15,1% da população em geral e 25,8% das residências dos pobres não têm esse recurso. O esgotamento sanitário por rede coletora é o serviço mais restrito, não estando disponível, em 2018, para 35,7% da população em geral, e 56,2% para os pobres.

Atualmente, no Brasil observa-se quanto aos dados sobre rendimentos, informalidade e desemprego, ainda tomando como referência o IBGE, que em 2018 47,1% dos trabalhadores possuíam vínculo formal de trabalho. Em contrapartida, a maioria encontra-se em condições desfavoráveis ocasionadas pela informalidade, sendo que 25,4% trabalhavam por conta própria, e 20,1% estavam empregados sem vínculos. Isto é, uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira não tem acesso a nenhum tipo de proteção social proporcionada por conta do vínculo formal de emprego, e também a um rendimento mínimo regular. Acerca do rendimento médio da classe trabalhadora, os mais baixos estão entre os empregados domésticos (R\$ 878) e os empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1.237), os últimos recebem em torno de 58,4% do rendimento dos trabalhadores formais. Quanto à distribuição da classe trabalhadora por setor da economia, 70,6 % atuam no comércio e serviços, enquanto 20,1% na indústria e 9,2% na agropecuária.

As condições expostas acima se constituem em fatores socioambientais particulares da realidade brasileira que poderão se materializar em condições perfeitas para a propagação do vírus e acometimento das populações mais empobrecidas, bem como de acentuação dos impactos da pandemia, num quadro de crise econômica e de saúde pública. Não apenas os trabalhadores informais e os mais pobres serão imediatamente atingidos, mas também aqueles que possuem vínculo formal com setores de produção e distribuição de produtos não essenciais no período de pandemia. Isso considerando que, os setores de serviços e comércio são os que mais empregam e concentram mais de 70% da força de trabalho, representando uma participação relativa 73,3% do Produto Interno Bruto.

Como consequência, haverá uma queda significativa do rendimento das famílias da classe trabalhadora, e uma tendência ao aumento do desemprego, da pobreza, da fome e dos despejos. Sendo que, neste contexto, não ocorrerá o mesmo de outros momentos de crise econômica, onde ocorre um aumento da informalidade em detrimento das perdas de postos de emprego e como fonte de renda alternativa ao desemprego.

Continuando a expor a conexão do segundo fator com o primeiro, o cenário de pandemia provoca um aumento progressivo da demanda de tratamento médico e a pressão sobre o sistema público de saúde que, hoje é insuficiente para dar respostas, porque vem sofrendo consequências de uma lógica privatista e mercantilista posta em curso há décadas (durante 30 anos), e que levou ao seu sucateamento. Atualmente, nenhum sistema saúde do mundo encontra-se preparado para atender aos casos graves da doença, que exigem tratamento em unidade intensiva de cuidado médico, sem investimento e ampliação estatal do setor da saúde.

Dentre os vários aspectos de sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), Santos (2019) ressalta que o financiamento federal para saúde permaneceu entre 1/3 e 1/2 do que foi inicialmente determinado na Constituição, ficando o gasto federal mantido por volta de 1,7% do PIB que, juntado ao dos Municípios e Estados, acaba totalizando entre 3,6 e 3,9% do PIB, muito inferior aos 7% a 8% aplicados melhores sistemas públicos de saúde no mundo. Em 2016, ocorreram dois acontecimentos de redução dos recursos da saúde. Primeiro, a aprovação da EC 95/2016 no Congresso Nacional, que reduzindo a correção anual do financiamento federal da área social, inclusive do SUS, diminuiu o crescimento real de investimentos à zero, quando substituiu o piso associado à evolução da receita pública pelo teto vinculado à inflação do ano anterior. Segundo, o veto presidencial ao artigo da LDO/2016, permitindo uma queda entre R\$ 8 e 14 bilhões no orçamento do SUS de 2015 para 2016.

Além disso, somam-se ao baixo financiamento do setor da saúde pública, a insuficiência de unidades de tratamento intensivo (UTIs) nos grandes e pequenos centros urbanos, a ausência de profissionais treinados para enfrentar pandemias com o grau de gravidade apresentado, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da área, destacando, a falta de equipamentos de segurança.

No caso do Brasil, o clima tropical não “nos salvará” da rápida propagação do vírus e muito menos dos efeitos deletérios da pandemia. Apesar do clima quente, temos contra nós os aspectos socioeconômicos elencados anteriormente. Somos uma sociedade marcada por uma extrema desigualdade social e uma profunda lógica de exploração da classe trabalhadora, que vem se intensificando a cada década com as políticas neoliberais adotadas pelos últimos governos, até mesmo os considerados de esquerda e progressista (PSDB/PMDB e PT/PMDB), (PSDB/PMDB e PT/PMDB). Hoje ainda mais acentuado, com as perspectivas ultraliberal do governo Bolsonaro, que resultou no aprofundamento das reformas trabalhistas e previdenciárias e nos cortes de verbas para setores sociais como saúde e educação, e *neofascistas* que evidenciam por uma prática colonialista e um discurso de ódio marcado pelo profundo desejo de submissão e subtração do outro, desumanizando uma parcela considerável da sociedade, os mais pobres e os opositores políticos.

A pandemia provocou uma paralisação parcial da economia mundial, limitando o processo de produção e circulação de mercadorias e de acumulação de capitais, o adoecimento e óbito em massa e o estrangulamento dos sistemas de saúde em escala global. Assim sendo, os principais estadistas do mundo começaram a promover medidas parciais de geração de renda, seguridade social e financiamento público aos diferentes setores econômicos, visando evitar o colapso do sistema capitalista.

Esse reordenamento das políticas de austeridade e neoliberais, através do endividamento estatal e da ampliação dos direitos sociais para os mais pobres e socorro aos ricos (setores econômicos atingidos e essenciais), tem como intuito de frear os efeitos sociais e políticos que uma recessão econômica pode provocar, como, por exemplo, o aumento do desemprego, da fome, da miséria e da violência. Ainda mais, conter possíveis manifestações de resistência das classes trabalhadoras que podem desencadear em saques, boicotes, piquetes, desobediência civil, manifestações e greves; ou mesmo, as revoltas prolongadas, como expressões mais organizadas de descontentamento que podem ocasionar fissuras no sistema.

Os efeitos nefastos da pandemia para classe trabalhadora no Brasil.

A cúpula do Estado brasileiro foi obrigada a seguir na mesma direção apontada anteriormente pelos países centrais promovendo o aumento do investimento em saúde pública, a ampliação da transferência de renda para os mais pobres, e o financiamento e a desoneração fiscal para a burguesia. Mas esse reordenamento pode não representar em longo prazo um esgotamento da política neoliberal nem aqui e nem no mundo. E, os efeitos da pandemia afetarão de forma desigual tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia, impondo novas dinâmicas à *luta de classe*, e exigindo da própria classe trabalhadora um olhar crítico sobre o contexto atual com intuito de construir novos caminhos de organização e luta, em tempos de pandemia.

As medidas de “proteção ao emprego” que foram promovidas pelo Estado contribuem para a flexibilização das relações de trabalho, através da redução de jornada e dos salários e da suspensão de contratos de trabalho, dando a licença aos patrões dos setores econômicos mais atingidos para realizar demissões em massa, aprofundando assim, para uma parcela dos trabalhadores as reformas trabalhistas anteriores. Enquanto, as políticas de transferência de renda aos trabalhadores informais são ineficazes para assegurar a sua sobrevivência e de seus familiares, deixando de recompor a renda anterior.

Ao mesmo tempo, os setores da classe trabalhadora vinculados aos serviços classificados pelo Estado como essenciais, (trabalhadores de farmácias, supermercados, de tecnologias, aplicativos e software como Uber, 99, *iFood* e *Rappi*, dos serviços de saúde e do transporte urbano) estão sendo, em tempos de crise, submetidos a jornadas mais intensas de trabalho e aos baixos salários e riscos de contágio devido à ausência de equipamentos de segurança, aumento a sua situação de exploração.

Enquanto, a burguesia dos setores como do turismo, entretenimento e lazer, da indústria de transformação (têxtil/vestuário/acessório, automotivo, eletro e eletrônicos) e do comércio e serviços em geral (bares e restaurantes, companhia áreas e transportes interestaduais) serão os mais atingidos e terão queda nas suas taxas de acumulação com a desaceleração do consumo. Os setores da burguesia considerados essenciais, isto é, aqueles ligados à produção, distribuição e ao consumo de gêneros alimentícios, higiênicos, farmacêuticos/hospitalares, aos serviços de segurança e hospitalares, aos transportes urbanos, aos de tecnologias e aplicativos e ao sistema financeiro terão não apenas o seu faturamento garantido, mas aumentaram seus lucros; sendo que a maioria será ainda beneficiada com desonerações fiscais e subsídios estatais, havendo para eles oportunidade na crise e na tragédia social.

As medidas econômicas tendem a favorecer grupos econômicos que já controlam as riquezas no mundo, fortalecendo, por exemplo, os oligopólios da indústria farmacêutica, que em detrimento das empresas brasileiras serão beneficiados com a redução das alíquotas de importação, sem nenhum de controle sobre os preços; ou ainda, o sistema financeiro em geral que receberá recursos públicos e terá as suas operações de crédito facilitadas. Os sistemas privados de saúde serão favorecidos com recursos públicos a juros baixos para compra e ampliação das unidades médicas, também sem contrapartida para a sociedade em geral, sendo os benefícios voltados apenas para os segurados. As empresas de pequeno e médio também receberão ajuda do Estado praticamente sem contrapartida, com exceção do financiamento para pagamento de folha de funcionário, que proibi a demissão de empregados. As demais medidas facilitam a redução de salário e jornada de trabalho e as suspensões de contrato, através do acesso ao seguro-desemprego que não irá repor as perdas salariais. Ao contrário, o trabalhador poderá ter uma redução entre 20 e 50 por cento do seu salário.

Os conflitos de classes sociais podem muitas vezes permear as polêmicas que alimentam a pequena política (a institucional), no sentido elaborado por Dreyfus (1981), e a fragmentação da sociedade brasileira entre o *bolsonarismo* e o *antibolsonarismo*. Ou mesmo, representar as disputas internas do aparato estatal e da condução cotidiana da política institucional pelo campo político hegemônico, o liberal, entendido no sentido mais amplo, portanto abarcando suas fissuras e oposições internas. No entanto, tais divergências apresentam-se como uma expressão superficial e ludibriante das principais contradições de uma sociedade capitalista que são os conflitos de classe. No cenário atual, o seu aspecto central encontra-se nas medidas governamentais para lidar com a crise econômica e de saúde pública ocasionada pela pandemia, que beneficiam principalmente a burguesia.

As contradições entre as posições liberais mais moderadas e as ultraliberais de contornos *neofascistas* acabam por fortalecer o próprio campo da direita liberal, subsumindo o discurso e as demandas dos trabalhadores e de suas organizações.

Por um lado, o presidente da república e os seus colaboradores investem na propagação do seu discurso ultraliberal e colonialista, utilizando, por exemplo, as novas tecnológicas que disparam através de robôs as *fake news*. Há a apropriação do sentimento de desconfiança das estruturas de poder estatal e societário (governos, mídias corporativas, instituições científicas e escolares oficiais) presente na sociedade em geral, que foi de resultado das críticas elaboradoras e disseminadas pela esquerda, e o seu posterior esvaziamento para ressignificação e associação aos conteúdos *neofascistas* pelo bolsonarismo. Um exemplo

disso é a oposição feita pelo presidente da república à rede TV globo a partir da mobilização da imagem de uma instituição capaz manipular informações.

O discurso do Bolsonaro se constrói a partir de uma narrativa anti-razão e anti-ciência, de conteúdo clerical e militarista. Além disso, é a expressão mais declarada da necropolítica, como referida por Achille Mbembe (2018), quando enaltece a política da morte, o uso ilegítimo da força, do extermínio e da inimizade. Suas Atitudes e discursos que visam contrariar as orientações de isolamento social da OMS fazem parte de uma política que se orienta por ditar quem pode viver e quem deve morrer, reforçando que o exercício do seu poder e da sua soberania passa pelo controle sobre a mortalidade e a eleição de um inimigo comum a ser severamente combatido e eliminado. Nesse caso, o inimigo comum se configura na imagem do socialista-comunista, do integrante do movimento social, do sindicalista, do professor, do pobre insubordinado, daquele que se opõe ou contesta.

Ao classificar a pandemia de *gripezinha* e demorar a sancionar as medidas econômicas, Bolsonaro demonstra não só o descaso quanto às consequências nefastas da pandemia, baseado numa lógica do genocídio e da limpeza social, encoberta pela falsa polêmica entre economia e saúde, e entre fome e isolamento social, mas também discursa para setores mais atingidos da burguesia e para os seus apoiadores mais militantes e barulhentos⁵, numa tentativa de recompor seu apoio político, num quadro de possível isolamento e frágil aliança política que sustenta seu governo.

Por outro lado, os demais setores do campo da direita têm investido num discurso técnico-científico e racional, aparentemente neutro e despolitizado, que aponta para a unificação e solidariedade entre todos (os desiguais), mas que também contribui para a eliminação das desigualdades e subtração dos conflitos. Sendo assim, o ministro da saúde Mandeta e o presidente da câmara dos deputados federais Rodrigo Maia expressões desse campo.

No entanto, as práticas do Presidente Bolsonaro fazem parecer, como já havia sido considerado por Eliane Brum através da categoria de *antipresidente*, que de fato existe uma cisão significativa em seu governo, como se toda a oposição se limitasse apenas as disputas

⁵ A base de apoio do atual presente é bem heterogênea e presente em diversos segmentos de classe. No entanto, vem se mostrando bem fragmentada e num arranjo frágil em cada um dos segmentos sociais. Podemos dizer que, essa base de apoio compreende uma parcela de profissionais liberais vinculados à pequena burguesia, empresários do setor de comércio e serviços (rede de varejistas e atacados), membros da classe trabalhadora mais precarizada vinculados aos setores *neopentecostais* e de católicos carismáticos, profissionais da segurança pública, militares e funcionários públicos com diferentes identidades de classes, média e alta burguesia vinculada aos setores do agronegócio, industrial, bélico, mineração e financeiro.

internas no campo liberal presentes nas instituições políticas (executivo, legislativo e judiciário).

A mídia corporativa contribui também para o processo de eliminação simbólica da classe trabalhadora como sujeito histórico, na medida em que coloca todos os holofotes nos conflitos internos e cotidianos do governo, silenciando os movimentos sociais e sindicais. O trabalhador quando aparece é para reforçar o pacto de solidariedade entre os desiguais e ter sua atitude como exemplo de patriotismo a ser seguido por todos. Essa dinâmica esteve presente em vários momentos, exemplo disso: os falsos conflitos que marcaram a reforma da previdência e trabalhista.

Essas falsas contradições sempre acabam dissipando as reais oposições entre as classes sociais e os seus interesses, que nesse momento, se apresentam com maior evidência e vão se acentuar com as medidas estatais que serão adotadas não apenas durante a pandemia, mas pós-crise. Num primeiro momento, a política econômica e social adotadas pelo Estado vêm colocando a classe trabalhadora em xeque-mate.

Essas e outras formas de eliminação e ataque à classe trabalhadora se agravam pela ausência de uma reação coletiva mais efetiva, através de sindicatos e centrais sindicais, ou mesmo de auto-organização dos trabalhadores. Algumas organizações se limitam a clamar por mais intervenção estatal que conjuguem os interesses patronais e os dos trabalhadores, como se fosse possível estabelecer num contexto de recessão econômica um equilíbrio entre forças, tentando reeditar pactos anteriores de *conciliação de classe*, como aqueles construídos pelo *Petismo*, aumentando, assim, a ilusão sobre o papel do Estado. Os sindicatos pelegos e *colaboracionistas*, como, por exemplo, o dos trabalhadores de bares e restaurantes e serviços, aceitam as propostas de rebaixamento dos direitos, apoiando as medidas de austeridade e minando as reações da classe trabalhadora.

Porém, poucos sindicatos, os mais representativos, manifestam alguma resistência. O exemplo que mais se destaca é o das associações dos trabalhadores da educação, que nos últimos anos assumiram, em conjunto com os movimentos estudantis, a dianteira do enfrentamento aos governos, e estão resistindo nesse momento à tentativa de redução dos salários; bem como a imposição do trabalho remoto através do incentivo à realização de aulas *on-line*, como uma saída ao fechamento das escolas e universidades. A substituição de aulas presenciais por remotas pode se configurar, caso implantada, numa armadilha para os trabalhadores da educação que passarão a sofrer com a otimização do quadro de docentes; além de abrir um mercado promissor aos conglomerados privados da educação que

abocanharão recursos públicos dessa área, submetendo os trabalhadores, antes com algum nível de proteção social, a situações cada vez mais precarizadas.

Qualquer possibilidade de reagir ao aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora nesse momento dependerá da auto-organização dos trabalhadores e da disposição de romperem com o modelo atual de sindicalismo e organização popular de base *eleitorea*, *reformista* e *colaboracionista* que orientam boa parte das ações e lutas coletivas, e não se deixar orientar pelas fissuras e dissonâncias existentes na pequena política, desmascarando as diferentes posições e correlacionando-as aos seus interesses de classe. Ou mesmo, de uma ruptura com a crença nas eleições presidenciais como meio principal de mudar e reverter a ascensão do *ultraliberalismo neofascista*.

Por fim, as medidas de transferência de renda e de *desproteção* do emprego se mostrarão ineficazes a logo prazo aumentando as insatisfações populares e a potencialidade de revoltas, que terão de lidar com fortalecimento do aparato militar e da criminalização dos setores subalternos por parte do Estado e da Mídia corporativa, e também com tentativas de desorganização, controle e criminalização pelos burocratas dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos mais progressistas e vinculados a esquerda institucionalizada, cuja orientação será a manutenção do pacto de conciliação de classe e do oportunismo eleitoral. Isso poderá facilitar, num primeiro instante, a apropriação da revolta popular pelos setores militantes do bolsonarismo que vem fazendo uma oposição ao isolamento social, e que poderão tentar capitanear a insatisfação para os seus interesses políticos.

Conclusão

Neste contexto, a contradição que por ora aparece na ampliação dos recursos promovida pelo Estado, tanto para os setores da saúde pública e pesquisa científica, que foram atacadas, com a PEC 95 no governo Temer (PMDB), e com os cortes de verbas, no início de 2019, no governo Bolsonaro, quanto para a política de transferência de renda aos mais vulneráveis da classe trabalhadora (o precariado urbano) e os descartados do sistema (desempregados ou sem renda), não expressam a reconfiguração do Estado rumo à reedição do *Welfare State*, e sim o aprofundamento da exploração e submissão da classe trabalhadora. Assim sendo, o endividamento estatal e a ampliação que aparecem a princípio uma contradição posta ao modelo neoliberal e um xeque-mate ao capitalismo. Mas não o são. A dinâmica dos conflitos de classe se manifesta de forma mais complexa, tanto nas frações da burguesia quanto entre os trabalhadores atingidos, num cenário de pandemia, como foi apontado ao

longo do texto. Nessa correlação de força, a classe trabalhadora que “pagará os prejuízos causados pela pandemia”, se não houver a construção de novo modelo sindicalismo que, de fato defenda os interesses dos trabalhadores, não *burocratizado* e *pelego*, capaz de romper com a lógica eleitoreira, baseado na auto-organização, e disposto a organizar a luta política para emancipação da classe trabalhadora.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. O Poder. Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16. BRASIL.

BRUM. ELIANE. Cem dias sob o domínio dos perversos. Jornal El Pais. 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION CDC. 2019. In. <https://www.cdc.gov/flu/pandemic-resources/pandemic-timeline-1930-and-beyond.htm>. acesso em 27 de mar. De 2020.

Davis, Mike. Influenza A (H1N1): O vírus da gripe suína não é ‘um ato anônimo da natureza’. Entrevista com Mike Davis, 2009. In. <https://www.ecodebate.com.br/2009/05/04/influenza-a-h1n1-o-virus-da-gripe-suina-nao-e-um-ato-anonimo-da-natureza-entrevista-com-mike-davis>. Acesso em 03 de abr. de 2020.

_____. Mike Davis em COVID-19: O monstro está finalmente na porta. 2020. In. <http://links.org.au/mike-davis-covid-19-monster-finally-at-the-door>. Acesso em 04 de abr.2020.

_____. DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRAIN. Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19. 2020. In. https://www.grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19?fbclid=IwAR3oYDxqOPd1-_5wB0QDeuezTWpol2J6bri8r7l0M5IgO3FhVGHGYqn04dw. Acesso de 01 de abr. de 2020.

Gibbs AJ, Armstrong JS, Downie JC. From where did the 2009 'swine-origin' influenza A virus (H1N1) emerge?. *Virology* . 24 de novembro de 2009; 6: 207. In. [IAhttps://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19930669](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19930669). Acesso em 02 de abr. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE.

2019. In. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> . Acesso em 31 de mar. De 2020.

JOHS HOPKINS UNIVERSITY AND MEDICINE. Coronavirus COVID-19 Global Cases by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). 2020. In. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em março de 2020.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

_____. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: FROMM, Erich. Conceito Marxista do Homem. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

_____. O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

Organização Mundial da Saúde. Preparación para una gripe pandémica Marco para el intercambio de virus gripales y el acceso a las vacunas y otros beneficios, publicado pela OMS, em 2011. In. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44867/9789243503080_spa.pdf;jsessionid=5A91D146CEC94DE6785483F436C2313D?sequence=1. Acesso em 28 de mar. De 2020.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. Revista ciência e saúde coletiva. No 23 (6) Jun 2018. In. <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1729-1736/>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

YUHONG DONG. Enigmas científicos cercam o novo coronavírus de Wuhan. Revista Epochtimes. 2020. In. <https://m.epochtimes.com.br/enigmas-cientificos-que-cercam-o-novo-coronavirus-de-wuhan/>. Acesso de 28 de mar. De 2020

QUILOMBO E FAVELA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL

Júlio Cesar de Souza Dória

Doutorando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória de uma prática de apoio mútuo nas comunidades pobres e negras do Brasil, em específico, do Rio de Janeiro. Pretende-se apontar para uma historicidade na organização e construção de práticas voltadas para manutenção, fortalecimento e sobrevivência dessas comunidades em articulação com favelas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: anarquismo periférico.

Abstract: The present article aims to analyze the trajectory of mutual support in poor and black Brazilian communities, specifically in Rio de Janeiro. It is intended to point out to a historicity in the organization and in the construction of practices oriented to the maintenance, fortification, and survival of those communities, in articulation with the favelas of Rio de Janeiro.

Keywords: peripheral anarchism.

Por muito tempo, as organizações políticas institucionais e autônomas do Brasil e em específico, das capitais litorâneas, perseguiram o fetiche do vanguardismo e do direcionamento dos movimentos sociais, principalmente daqueles desenvolvidos em favelas e subúrbios. Quilombos, povos tradicionais e comunidades ribeirinhas nem se quer eram alvos desta tentativa de cooptação, ao contrário, eram silenciados e viam partidos políticos e intelectuais falarem em seus nomes.

Esta prática acima descrita pode ser vista como a dinâmica das relações políticas estabelecidas no Brasil até fins da década de 1980, mas não significava que quilombos e favelas não se organizavam política, econômica e socialmente. A invisibilização política destes territórios no tocante aos aspectos decisórios e espaços institucionais fomentava de certa forma o “crescimento para dentro”, ou seja, as ações políticas se voltavam para as dimensões locais. Contudo, as transformações no cenário geopolítico internacional e nacional contribuíram para uma alteração desta percepção.

Digo isto porque existe uma grande – ou pequena, depende sempre do ponto de vista do observador – diferença entre o real e o imaginado – ou idealizado. E neste sentido, os anos 1990 descortinou práticas que pareciam inexistir ou serem tuteladas por instituições “superiores”. As práticas seculares de apoio mútuo dentro destes territórios não era novidade e muito menos fruto de uma elocubração teórica de origem europeia.

Historiadores brasileiros apontam para esta prática entre os povos indígenas e as experiências de cativo dos indivíduos oriundos das diversas nações africanas no Brasil durante o período escravista colonial e no pós-abolição – já no início da República. Neste sentido, a tentativa aqui exposta é a reconstrução de uma historicidade de uma prática popular objetivando a compreensão dos sentidos que os fatos e os processos históricos tiveram para os seus sujeitos específicos, como estes escolheram e/ou puderam agir diante da realidade que se apresentava (Thompson, 1998: 204-266), mas sobretudo, identificar a continuidade de uma tradição ancestral aprendida e vivenciada desde os tempos de cativo.

No passado, as estratégias de sobrevivência, os significados de liberdade e autonomia de escravos e ex-escravos em áreas rurais do país, como nas freguesias rurais do Rio de Janeiro, foram elementos fundamentais na construção de formas de organização e associação entre comunidades negras, fossem elas livres, cativas ou quilombadas (Martins, 2005: 117-134; Gomes, 2015: 17-33, 75-76, 120,123 e 126; Guimarães, 2009: 53-59, 129-136, 142-144 e 148-161; Rios & Mattos, 2007: 57-60.). E estas formas de organização não se alinhavam aos projetos e perspectivas tanto elitistas como intelectuais.

Por outro lado, se difundia no país uma luta por direitos e participação política dos negros na Corte, que ganhavam contornos de uma luta por direitos civis. Em si, busca por uma cidadania positiva era comum a todos aqueles que vivenciaram de alguma forma a experiência da escravidão (Costa, 2014: 83-107; Gomes, 2011; Domingues, 2011). As experiências urbanas do Rio de Janeiro oitocentista que engendraram diferentes formas de associativismo negro também se fizeram presentes no meio rural. Por mais que não ocorressem da mesma forma que as experiências nos espaços urbanos e, principalmente, não tivessem a imprensa como mecanismos de difusão de seus projetos, anseios e ações, o associativismo negro no meio rural não foi menos politizado.

O “não quero” de cativos, forros, libertos e quilombolas já era ouvido desde os tempos coloniais e obrigavam senhores escravistas e autoridades – igualmente escravistas – a negociar com esses indivíduos ou comunidades as formas de organização e a própria dinâmica do meio rural. As relações estabelecidas de forma dialógica não eram harmoniosas e, por vezes, abria-se o conflito (Silva & Reis, 1989.; Marinho, 2014; e Op. Cit. Gomes,

2006: 7-22 e 34-120)⁶. Não havia uma regra e nem um modelo de organização social desta comunidade negra, que se estruturava dentro das possibilidades e do acúmulo de experiências progressas para o estabelecimento dos seus interesses diante da situação de opressão do cativo.

Per si, estas formas de organização de espaços, situações e experiências de autonomia da população negra e mestiça – livre ou escrava – impunham à sociedade escravista certas limitações e práticas que se antagonizavam ao(s) projeto(s) de controle desta população. As reações de senhores escravistas e autoridades oscilavam entre a violência e a aceitação da autonomia negra – livre ou escrava.

Concessão de terras, arrendamentos, direito a sua própria roça, herança de propriedades, entre outras coisas, representaram as diversas formas de acesso à terra por forros, libertos e escravos, mas também representaram espaços e experiências de autonomia que eles mesmos conquistaram obrigando senhores e autoridades a constantes mudanças em seus projetos particulares e de administração pública (Martins, 2005: 117-134. ; Op. Cit. Gomes, 2015: 17-33, 75-76, 120,123 e 126.; Guimarães, 2009: 53-59, 129-136, 142-144, 148-161.; e Rios & Mattos, 2007: 56-60.).

Em Jacarepaguá, freguesia rural do Rio de Janeiro, os beneditinos adquiriram por doação uma sesmaria em fins do século XVII e partir dela construíram três grandes fazendas: a Camorim, a Vargem Pequena e a Vargem Grande (Oliveira, 2010: 26.; e Fridman: 59). Até fins do século XIX os beneditinos possuíam estas fazendas e as terras ao redor, equivalente aos atuais bairros do Camorim, parte da Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Vargem Pequena, uma região que ficou conhecida como Sertão Carioca (Corrêa, 1936)⁷.

⁶ Apesar da perspectiva da negociação e conflito ter sido apresentada pioneiramente na historiografia brasileira por Eduardo Silva e José Reis, para analisar a relação entre senhor e escravo, autoras e autores como Celia Marinho e Flavio Gomes ampliaram esta perspectiva analítica para toda as relações sociais existentes na sociedade escravista.

Desse modo, a obra de Célia Azevedo Marinho sobre o imaginário das elites dirigentes e econômica do país durante o século XIX, aponta para o receio vivido por esses personagens diante das rebeliões e revoltas escravas – internas e externas – e da possível – e necessária - libertação em massa dos cativos do país. A autora insere os projetos feitos nesse período voltados para a libertação ou emancipação dos escravos como componentes do processo de transição e instalação do capitalismo no Brasil. O abolicionismo então seria um movimento interessado em organizar e preparar a mão de obra escrava para a nova realidade que se apresentava com vistas a inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas.

⁷ O termo aqui apresentado tem sua origem na concepção de Magalhães Corrêa.

Para uma compreensão histórica do termo e sua ressignificação, ver ENGEMAN, Carlos; SILVEIRA, Angela Maria Rosa; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Magalhães Corrêa, o viajante do século XX. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010. Pp. 75-84.

Como de costume na administração beneditina, os cativos de suas fazendas tinham o direito de ter a sua própria roça e os proventos que dali auferisse, além dos finais de semana e dias santos para trabalharem para si (Gomes, 2006: 46-47).

Sabemos que este cenário era comum nas terras dos beneditinos e em Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, não foi diferente, ali se formou ao longo do século XIX uma extensa rede de pequenos agricultores que viviam da subsistência, mas também da caça, pesca e da extração de recursos diversos da mata (Idem, Gomes).

Flávio Gomes destacou que os maiores quilombos de Iguaçu se localizavam nas terras dos beneditinos e os aquilombados estabeleciam uma ampla rede de comércio local, além de uma relação bem estreita com a senzala da fazenda dos beneditinos (Gomes, 2006: 48-52). Tal configuração também se apresentava nas terras dos beneditinos no Sertão Carioca - guardada as devidas especificidades – possibilitando-nos a identificar ali a formação de um *campo negro*⁸.

Quando os beneditinos alforriaram todos os seus escravos, em 1871 (Santos, 2005: 97), os espaços de autonomia da comunidade negra da Fazenda Vargem Grande eram consideráveis. A formação de núcleos familiares nas encostas do Maciço da Pedra Branca, na sua vertente sul – Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim – estava repleta de famílias, comunidades e aquilombados. Estes detinham uma produção rural de subsistência voltada para o mercado local e as trocas entre as famílias, comunidades e aquilombados do maciço (Dória, 2015; e Idem, Santos: 39-46).

No final do século XIX as terras e propriedades dos beneditinos foram vendidas para a Companhia de Engenho Central e no ano seguinte passaram para as mãos do Banco de Crédito Móvel⁹. Tal situação foi denunciada pelo jornal Gazeta da Tarde sob o título **História de um Sacrilégio**, enfatizando que ali viviam famílias de agricultores pobres e ex-escravos das fazendas dos beneditinos, que por sua vez, eram posseiros da terra e formavam um campesinato negro.

Esta comunidade de agricultores negros se transformou no Quilombo Cafundá Astrogilda. Ao longo de todo o século XX e início do XXI precisou lutar em diferentes frentes para se manter no território em que trabalharam a terra e viveram seus ancestrais. Fosse o assédio de grileiros ou do próprio Estado.

⁸ O termo designa as diversas relações estabelecidas entre negros livres, cativos, forros e aquilombados com senhores, autoridades, comerciantes, lavradores e etc., onde a partir de suas experiências e ações puderam construir redes sociais específicas e articuladas, que em última análise, permitiam através de práticas econômicas garantirem a autonomia destas comunidades e grupos negros.

⁹ Gazeta da Tarde, 13 de junho de 1891.

Nesse sentido, o ano de 1974 foi um marco nas estratégias de luta e resistência. O governo do Estado do Rio de Janeiro, em uma canetada só, transformou um local de moradia e sustento de toda uma comunidade em uma APA (Área de Proteção Ambiental), denominada Parque Estadual da Pedra Branca¹⁰. O então governador do Estado da Guanabara, Chagas Freitas, assinou o decreto que dentre outras determinações definia a expulsão dos moradores das regiões que o Parque recém-criado englobava.

Esta resolução foi determinante para que muitas famílias de Vargem Pequena e Vargem Grande que viviam nos limites do Parque se mudassem para áreas alagadiças e sem infraestrutura nas redondezas, ainda assim, alguns núcleos familiares permaneceram em suas terras, mesmo impossibilitados de continuarem com as suas práticas agrícolas seculares que haviam preservado o ecossistema da vertente sul do Maciço da Pedra Branca. Contudo, as ameaças físicas e financeiras (muitas astronômicas) eram situações reais que por uma década e meia desestabilizou a organização comunitária secular desses territórios.

Porém, com o início dos anos 1990 ganha força uma nova articulação no território principalmente destacando a ação dos agricultores e moradores dos morros de Vargem Grande como os principais responsáveis pela preservação e manutenção da flora e fauna local. Através do apoio de indivíduos, coletivos e instituições de pesquisa e ensino superior foram desenvolvidas estratégias de resistência e luta pela permanência na terra, mas sobretudo, voltadas para a valorização econômica e cultural do território.

Estas estratégias são por vezes identificadas como elementos antiquados a denotar “atraso civilizatório”, infantilidade ou mesmo alienação política. Porém, são elementos centrais para a harmonização da engrenagem social local. Assim, o fortalecimento dos agricultores e a luta pelo direito de continuar suas atividades laborais a partir do viés econômico e cultural representava a *resistência normal* (Scott, 2011) que possibilitou o embate contra as investidas do Estado.

No território em que o acesso a água, manutenção das ruas, serviço de saúde e acesso a luz são majoritariamente executados pelos próprios moradores e suas articulações com indivíduos e coletivos autônomos – como ocorre em várias favelas, morros, comunidades ribeirinhas e etc. –, a presença do Estado, ou seja, do poder público é mínima. Na comunidade são doados e trocados alimentos entre os próprios moradores para evitar a carestia em algumas famílias, as casas e ruas são construídas em mutirão, a Igreja e a Escola local também foram construídas pela própria comunidade.

¹⁰ Lei Estadual nº 2.377 de 28 de junho de 1974.

Neste ponto podemos identificar a relação entre as teorias anarquistas referentes ao apoio mútuo e autogestão de territórios sendo materializadas a partir das demandas locais. Da mesma forma, as experiências da Consciência Preta na África Sul e a defesa de uma organização social e política Quilombista, igualmente apontavam para uma historicidade de uma economia moral e política de comunidades africanas em diáspora. Enfim, havia uma gama de experiências e desenvolvimentos teóricos acessíveis no momento em que tais ações estavam sendo gestadas. Errico Malatesta salientava que a prática do apoio mútuo e da autogestão caracterizariam os “verdadeiros” anarquistas, ao contrário de teóricos, que não colocavam em prática as suas teses e por isso, não contribuíam efetivamente para a emancipação da classe trabalhadora. (Malatesta, 2014: 18-22)

Voltemos a especificidade do quilombo Cafundá Astrogilda. No início do século XXI, diante das evidências históricas e culturais a comunidade de agricultores da vertente sul do Maciço da Pedra Branca se reconheceu como uma comunidade descendente de quilombolas. As pesquisas que venho desenvolvendo a nível de doutoramento em História Social estão comprovando estas construções políticas recentes. Os dados coletados são bastante sólidos e apontam, inclusive, para a compreensão de práticas e estratégias políticas adotadas atualmente e que eram acionadas naqueles tempos – século XIX. No ano de 2013, a Fundação Palmares do Governo Federal foi obrigada a reconhecer e certificar o território como uma Comunidade Quilombola, chamada Cafundá Astrogilda.

Desde então, a comunidade e parceiros desenvolvem diversas atividades na manutenção social, cultural e econômica do território a partir de uma perspectiva ancestral de experiência comum de uma historicidade que tem início nos tempos da escravidão. O território já foi espaço de experiências e vivências políticas entre organizações autônomas como a OP – Rio de Janeiro (Organização Popular), o Movimento de Favelas do Alemão (Ocupa Alemão e Escola Quilombista Dandara de Palmares), a Folia de Reis do Morro da Formiga e, mais recentemente, foi palco da reunião de formação da ATB – RJ (Associação dos Trabalhadores de Base), nas dependências da Escola Quilombola Cafundá Astrogilda – uma escola popular e gratuita construída pela comunidade e parceiros.

Logo, desde os anos de 2015 e 2016, as articulações políticas estabelecidas com outros territórios negros e mestiços, mas sobretudo, empobrecidos diante da exploração do capital sobre o conjunto da população foi determinante para o fortalecimento da luta política tanto na esfera local como em uma esfera mais ampla. Assim, Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo do Camorim, Complexo do Alemão, Morro da Formiga e Complexo da Maré, com o auxílio de coletivos autônomos, indivíduos e coletivos anarquistas passaram

a se articular de forma autogestionada e horizontal para que experiências culturais e oportunidades de desenvolvimento econômico pudessem frutificar nestes territórios.

Com a pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020 a rede de apoio mútuo se manteve sólida e mais potente. Foram criadas e executadas ações conjuntas para o enfrentamento desta crise mundial nos territórios quilombolas e favelas acima citados. É uma perspectiva defendida por correntes autonomistas e anarquistas do mundo inteiro, com base em teóricos como Proudhon, Bakunin, Malatesta e Kropotkin.

Sem ater a diferenças, mas sim às semelhanças, os métodos voltados para a construção de espaços autônomos defendidos por Proudhon, Bakunin e Kropotkin, através do conceito de federação, dialogam intimamente com as práticas desta articulação ao defenderem em síntese a descentralização das organizações políticas concernentes à cada sociedade. As células primitivas de organização destes teóricos se encontram na dimensão social, econômica e espacial oriunda do universo do trabalho e, por isso, objetivam a revolução a partir de uma dialética e tensão social geradoras de uma nova organização econômica, social e política de baixo pra cima, sem direção central ou um Estado (Proudhon, 2008; Bakunin, 2011; Kropotkin, 1901).

Entretanto não significa que as ações desenvolvidas pela articulação entre quilombos e favelas esteja se pautando exclusivamente por esse conceito. A influência destas ideias na construção de uma rede autônoma de apoio mútuo é evidente, mas não se restringe a ela. As experiências organizativas no continente africano apresentadas por Steve Biko, também nos auxiliam pensar e repensar os nossos papéis dentro da comunidade e, principalmente, pensar nas especificidades e conseqüentemente na necessidade de autonomia dos núcleos locais como os sul-africanos da SASO – Organização dos Estudantes da África do Sul – e do **Movimento Consciência Preta** o fizeram. (Biko, 2017: 51-53 e 73-87)

As estratégias adotadas pelo Movimento Consciência Preta tinham como objetivo o desenvolvimento de ações para o fortalecimento econômico, cultural e político do povo preto sul-africano a partir dos núcleos locais em cada comunidade do país. (Biko, 2017: 73-87). Os trabalhos comunitários de saúde, educação e autogestão dos bairros negros “apartados” da década de 1970 dialogam com uma perspectiva social e cultural, abandonando o determinismo econômico na interpretação e ação na realidade em que se inseriam. O apoio mútuo era preconizado por intermédio de uma organização política comunitária que poderia ser acessada por qualquer pessoa negra do país com o desejo de contribuir com o fim do apartheid e da desigualdade integral engendrada na sociedade sul-africana.

Na perspectiva de apoio mútuo desenvolvida por Kropotkin (Kropotkin, 2006) e Malatesta (Op. Cit. Malatesta, 2014: 18-22) o centro gravitacional da ação são os trabalhadores e seus locais de trabalho, ou seja, o campo econômico. Não é a pessoa ou a sociedade que desempenham as relações de reciprocidade revolucionária, mas sim, esses agentes históricos enquanto seres revestidos de uma significância e sentido econômico, os produtores de toda a riqueza e, dela alijados pela exploração do Estado e o empresariado capitalista.

No denso trabalho sobre o apoio mútuo, Kropotkin destaca a historicidade da prática e suas correlações com o mundo animal, opondo-se ao darwinismo e o evolucionismo social, o anarquista russo aprofundou cientificamente o conceito apresentado originalmente por Proudhon.

Para o universo brasileiro Abdias do Nascimento desdobrou-se sobre o modelo ideal de organização social, política e econômica a partir de uma interpretação diaspórica. O autor destaca as práticas ancestrais das comunidades negras do país caracterizadas pelo senso de comunidade, em que o arquétipo mental do Homem e da Mulher africanas sirvam de base e estrutura das referências culturais da sociedade brasileira. Sendo o negro e seus descendentes a maioria da população brasileira, não haveria sentido em sua cultura, história, crenças e hábitos serem considerados inferiores frente ao exotismo dos seus congêneres europeu e norte-americano.

Em última análise, as formas coletivistas de organização política eram conseqüentemente apagadas ou desconsideradas em oposição a valorização das teorias e sistemas políticos europeus, para o autor um contrassenso e uma das origens do fracasso das políticas públicas no país e da manutenção do racismo e da desigualdade social (Nascimento, 2019).

A descentralização no tocante às decisões locais não inviabiliza a organicidade das ações conjuntas da articulação quilombo-favela. Estas são em grande parte de natureza logística, de comunicação, formação política, apoio em atividades locais e um fundo financeiro coletivo. Portanto, o que de fato os une é sobretudo o método da autogestão, o reconhecimento cultural e étnico-racial comum e, por fim, a consciência de classe.

Nas práticas de apoio mútuo e a autonomia entre/nos territórios em questão percebe-se a adoção das perspectivas desenvolvidas a partir de ações anticapitalistas, com um viés racializado e historicamente construído. As influências das experiências e teorias descritas acima são perceptíveis na forma que a articulação se organiza e nas ações que desenvolve, como um repertório apreendido. Isto significa afirmar que essas teorias e experiências não

foram elementos balizadores das ações nos quilombos e favelas, mas sim, faziam parte do arcabouço político acessado direta e indiretamente pelos mesmos.

Não negamos a influência das teorias e experiências autônomas gestadas em ambientes diferentes dos nossos, sobretudo, do anarcomunismo. Mas também invocamos uma ancestralidade africana e Quilombista em nossas ideias e práticas, que não surgiram hoje, mas sim, são frutos de experiências passadas oral e pragmaticamente em nossas comunidades.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovitch (2011). O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

_____ (2011). Três conferências. In: O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

BIKO, Steve Bantu (2017). Escrevo o que eu quero. São Paulo: Diáspora Africana.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez (2017), Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ . *Etnográfica* [Online], vol. 21 (2) | 2017, consultado em 12 Julho 2017. URL : <http://etnografica.revues.org/4908>.

CLASTRES, Pierre (2017). A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: UBU.

CORRÊA, Armando Magalhães (1936). O sertão carioca. Rio de Janeiro: Ed. IHGB.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os Homens de Cor no Brasil. In: GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio (org.) Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

DÓRIA, Renato de Souza (2015). Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: POTENGY, Gisélia Franco. & VENANCIO, Ana Teresa A. O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Garamond.

ENGEMAN, Carlos; GUIMARÃES, Maria Aparecida de Oliveira. ; MUSITANO, Mirtes Cavalcanti.; SILVEIRA, Angela Maria Rosa (2010). Marcas das mãos. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond.

GOMES, Flávio dos Santos (2006). História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro (século XIX). São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2015). Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma.

_____ (2011). “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889). In: GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio (org.) Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro.

GUIMARÃES, Elione Silva (2009). Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.

KROPOTKIN, P (1901). A. Fields, factories and workshops. Or industry combined with agriculture and brain work with manual work. 2. ed. Londres: Swan Sonnenschein & Co..

MALATESTA, Errico (2014). Escritos Revolucionários. São Paulo: Hedra.

MARTINS, Robson Luís Machado (2005). Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888). Campinas, SP: Unicamp/CMU.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (2010). Os cenários da paisagem. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

PROUDHON, Pierre-Joseph (2015). Solução do problema social. São Paulo: Edusp.

_____ (2008). El principio federativo. Buenos Aires: Libros de Anarres.

RIOS, Ana Maria & MATTOS, Hebe Maria (2007). Pra além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. (ORG.) CUNHA, Olívia Maria Gomes da. & GOMES, Flávio dos Santos. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. Negociação e Conflito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Leonardo Soares dos (2005). Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural do Rio de Janeiro (1945-1964). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.

_____ (2015). Estado e Capital contra a sociedade em Jacarepaguá: ontem e hoje. Disponível em < <http://ihbaja.blogspot.com.br/2015/01/estado-e-capital- imobiliario-contra-o.html>>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

_____ (2010). A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX. In: De cidades e territórios. FRIDMAN, Fania (org.). Rio de Janeiro: PoD editora.

SCOTT, James C (2011). Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5.

THOMPSON, E. P. (1998). Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

Fontes

Gazeta da Tarde, 13 de junho de 1891.

Lei Estadual nº 2.377 de 28 de junho de 1974.

EM TEMPOS DE PANDEMIA – BIOPOLÍTICA, POLÍTICA INTERNACIONAL E EXCEÇÃO HUMANA

Davi Maranhão De Conti

Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás (2019). Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2010) e em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008).

Resumo: Neste artigo buscamos lançar luz sobre o debate político-filosófico acerca da pandemia ocasionada pelo COVID-19. Partindo dos textos de consagrados autores, como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han e Emanuele Coccia, esforçamo-nos em apresentar um panorama da questão. Para isso partimos de uma análise acerca dos efeitos da pandemia sobre a sociedade, considerando as estratégias políticas por trás da contenção do vírus. Em seguida, avançamos em direção a um tratamento metafísico da questão: a pandemia reforça a necessidade de um novo olhar sobre a tese da exceção humana, que estabelece uma hierarquia rígida entre as espécies e alça o homem ao topo dessa hierarquia.

Palavras-chave: COVID-19; Biopolítica; Vida; Metafísica

Abstract: In this article we seek to shed light on the political-philosophical debate about the pandemic caused by COVID-19. Considering the texts of renowned authors, such as Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han, and Emanuele Coccia, we try to present an overview of the issue. For that purpose, we start from an analysis about the effects of the pandemic on society, considering the political strategies behind the containment of the virus. Then, we move towards a metaphysical treatment of the issue: the pandemic reinforces the need for a new look at the thesis of human exception, which establishes a rigid hierarchy between species and raises man to the top of that hierarchy.

Keywords: COVID-19; Biopolitics; Life; Metaphysics.

A pandemia provocada pelo COVID-19 evidencia a importância do conceito de biopolítica para compreendermos o modo como somos governados. O controle que ora se estabelece de modo evidente sobre a população tomada como corpo coletivo alude à

característica central da noção de biopolítica. Não demora para que se obtenha dados a respeito de qual esfera da população é mais vulnerável, bem como o índice de mortalidade relativo aos diversos intervalos de idade. Viabiliza-se que o próprio fenômeno se revele. O desdobramento “natural” dos eventos garante que logo se estabeleça quais são os grupos de risco. O *modus operandi* do governo de matriz liberal é o *laissez-faire*, que abre caminho para que a vida revele o conteúdo que em seguida deve orientar a tomada de decisão política.

Conclamar o povo às ruas é a estratégia biopolítica por excelência, aproxima-se da ideologia do nacional socialismo alemão, que não pregava apenas a morte do outro, da “raça inferior”, mas também dos próprios alemães, que se fortaleceriam por meio da guerra, que ceifaria a vida dos mais fracos. O convite às ruas não significa apenas a morte do outro, neste caso sobretudo os idosos, mas a morte de cada um. Em última análise, a morte do outro e mesmo a minha representariam um incremento da vida. A morte perde sua negatividade, torna-se produtiva, positiva, a morte do outro, do ser mais fraco, representa uma purificação da vida, que se torna mais sã ao final do processo.

Além de tornar evidente o mecanismo fundamental da biopolítica, que toma a vida simultaneamente como objeto e fundamento das estratégias de governo, o COVID-19 reforça o fato de que, como explica Foucault, a biopolítica não substitui o poder disciplinar ou o poder soberano. Essas racionalidades de poder se sobrepõem, elas não se extinguem. O fechamento de fronteiras e as medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia expõem não o teor biopolítico da ação governamental, mas seu conteúdo soberano-disciplinar. Vem à tona o território como elemento definidor do Estado, característica elementar do poder soberano, e também se estabelece um controle mais estrito sobre os comportamentos, o que remete ao poder disciplinar enquanto ortopedia social.

O COVID-19, entretanto, não explícita apenas os mecanismos soberanos, a estratégia disciplinar e os contornos biopolíticos da ação governamental. Byung-Chul Han (2020), em texto recente publicado no periódico *El País*, faz referência a uma “biopolítica digital”, noção que denotaria o uso da tecnologia, sobretudo pelos governos da China e da Coreia do Sul, para a contenção do vírus. Em razão dessa “biopolítica digital”, que define um controle biológico por meio da tecnologia, esses países teriam sido capazes de debelar a pandemia de modo mais eficiente. Essa capacidade de contenção da disseminação – que conta sobretudo com os celulares, as câmeras de monitoramento com reconhecimento facial e as pistolas de medição de temperatura –, envolve um controle bastante amplo da sociedade. Han, que no início de seu texto reforça o valor dessas medidas para que se supere a pandemia, teme que a eficácia de alguns países asiáticos na contenção do vírus sirva como

fundamento para a adoção por tempo indeterminado desses mesmos mecanismos de controle nas democracias ocidentais.

Mais importante do que reconhecer as estratégias governamentais é perceber, como o faz Alain Badiou (2020) no texto “Sur la situation épidémique”, que algo como uma pandemia é incapaz de por si própria viabilizar uma transformação política. Ainda é cedo para dimensionar as consequências econômicas e sociais da pandemia, mas o vírus não traz qualquer solução política para os problemas enraizados. O vírus não é uma panaceia para os problemas sociais, pelo contrário, pode agravar os problemas que há muito nos acompanham. A despeito de ser um fenômeno de consequências políticas profundas, o vírus não carrega o signo da revolução.

Badiou mostra-se bastante cético em relação a qualquer possível transformação decorrente da pandemia. Para o autor, a obrigação de distanciamento social é não apenas justificável, como também não requer qualquer exame mais profundo. A epidemia, conforme Badiou, “dissolve por todos os lados a atividade intrínseca da razão” (Badiou, 2020: 70). A despeito de rejeitar a novidade do vírus, Badiou percebe no isolamento, no interlúdio epidêmico, um momento para formular novas ideias políticas, para refletir, mas isso não dependeria apenas do vírus. Além disso, o filósofo crê que a pandemia reforça as mídias sociais como um lugar de propagação de uma paralisia mental tacanha.

As medidas adotadas para a contenção do vírus denotam um reforço do nacionalismo, que se acompanha de uma intensificação da xenofobia. Mais do que isso, o isolamento social, como nota Agamben (2020b) no texto “Contágio”, exacerba o temor em relação ao outro de modo geral. O outro simboliza o risco de contágio. Além da distância que se deve assegurar para que não haja risco de contágio, o “inimigo”, aquele que pode colocar-me em contato com o vírus não é apenas o outro, mas também eu mesmo. Posso representar um risco para os outros e para mim. Minhas mãos tornaram-se armas letais, que devem ser mantidas afastadas de meu rosto. Para Agamben (2020c), em *Reflexões sobre a peste*, após passada a pandemia, qualquer um que haja mantido o mínimo de clareza não poderá viver como antes.

O filósofo italiano teme que esse “novo normal” – que é como os chineses denominam a lenta volta às ruas –, chegue para ficar. Agamben aponta para o que pode ser considerado a *débâcle* da ideia de comunidade. O distanciamento social, seguido pelas medidas de controle, pode tornar-se perene. Desse modo, abre-se mão de qualquer ideia de coletividade para que se deixe impor a sobrevivência a qualquer custo: a dissolução dos vínculos reais entre as pessoas, o império de uma realidade ainda mais virtual. Para o

filósofo, como explica em seu mais recente texto sobre o tema, intitulado “Distanciamento social”, isso não significa, como se poderia acreditar, uma intensificação do individualismo, mas antes a conformação de uma massa rarefeita e passiva.

Se poderemos ou não voltarmos a vivermos como antes dependerá não apenas de nós, como também das consequências geopolíticas da crise que atravessamos. É possível que, em vez de reforçar instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde em um esforço de coordenação política internacional, os países intensifiquem as medidas autoritárias e chauvinistas. Um reforço das medidas de caráter nacionalistas representaria um duro golpe em uma já combatida estrutura política internacional.

Na dimensão política internacional, o vírus revela uma duplicidade. Por um lado, aponta para a necessidade de uma maior cooperação entre os países para a contenção da disseminação, por outro, reforça as decisões de isolamento entre os países. As consequências do vírus dependem também das autoridades políticas, que devem ser capazes de encontrar soluções que não dilapidem ainda mais a fragilizada ideia de uma sociedade internacional, que não aprofundem ainda mais a hierarquia entre as nações. A hierarquização entre as nações, a centralização de poder, é improdutiva do mesmo modo que o estabelecimento de hierarquias rígidas entre as espécies que compõem a natureza. A interdependência entre os países evidencia-se quando um vírus rapidamente espalha-se pelo mundo. Reforçar o nacionalismo é uma forma de rejeitar as lições que a pandemia traz consigo.

O envio de médicos chineses à Itália, bem como o tratamento de alguns pacientes italianos pelo sistema de saúde alemão, não são medidas suficientes para que se creia em um reforço do cosmopolitismo após o fim da pandemia. As medidas de auxílio entre os países representam exceções dentro da variada gama de ações de cunho nacionalista. A humanidade não se reconhece como uma coletividade. A ideia de um cidadão do mundo sofre importante revés. Os países realizam enormes esforços para resgatarem seus cidadãos, enquanto diversos cruzeiros restam à deriva com sua tripulação multinacional.

Para Han (2020), o excesso de positividade que caracteriza nosso tempo diz respeito também ao fluxo incessante de informações e pessoas. Ele acredita que o vírus traz de volta a negatividade da resistência em um tempo simbolizado pela intensa mobilidade. A cultura da positividade, que conforma uma mobilidade hiperbólica, ampliada continuamente pelo virtual, deve enfrentar um vírus real. A resistência da realidade impõe-se a uma sociedade marcada pelo excesso de positividade. Para Žižek (2020), como afirma em seu texto “Coronavírus é um golpe no capitalismo ao estilo ‘Kill Bill’”, a obscenidade dos grandes

cruzeiros que atracam pelos portos do mundo não é algo de que devamos nos sentindo mal em nos despedirmos.

O COVID-19 não tem apenas consequências políticas, realça uma transformação metafísica. A formulação metafísica que separa os homens da natureza e estabelece o princípio da exceção humana se enfraquece diante da pandemia. A divisão entre espécies que alça o ser humano a uma posição de destaque se baseia não apenas na definição do homem como único ser racional, detentor de alma, como também em sua supostamente exclusiva capacidade destrutiva. O vírus, como nota Emanuelle Coccia (2020) em recente entrevista, também possui enorme força destrutiva, nem isso é algo exclusivo ao ser humano. O homem não é uma vida fechada sobre si mesma, representa antes uma multiplicidade de seres. Como lembra o filósofo italiano, 8% de nosso DNA tem origem viral. Cerca de 100 bilhões de bactérias de diferentes espécies habitam o corpo de cada ser humano, são mais de 10 vezes o número de células de nosso corpo. Não somos uma espécie alheia às demais, nossa estrutura molecular possui mesmo algo de mineral.

Coccia (2020) faz notar que a natureza não é o reino do equilíbrio perpétuo, mas um espaço de invenção permanente em que a todo instante se migra de um corpo a outro. A morte portanto não representa o fim da vida. Somos os cemitérios de diversas das mais diferentes espécies de seres. A morte significa transformação, nosso corpo futuramente será o alimento de outros organismos. O vírus, mesmo incapaz de alcançar a reputação de ser vivo, é capaz de inovar. A despeito de sua posição na árvore da evolução, ele pode provocar uma transformação colossal.

A relação de continuidade entre os diversos seres anula a separação entre espécies e mesmo a divisão entre seres orgânicos e inorgânicos. Uma metafísica que faça jus a essa mudança no modo de perceber a vida humana deve ser uma metafísica da mistura, isto é, uma metafísica capaz de assinalar a imbricação entre os muitos entes que compõem a natureza. Essa metafísica fornece um novo modo de perceber a morte, que deixa de significar o fim de uma existência e passa a aludir a uma metamorfose. Coccia convida-nos a abandonarmos a ideia da vida como um absoluto, a qual é acompanhada por uma rejeição da morte. A vida passa de um corpo a outro, de uma espécie a outra, o nascimento não é o início da vida e nem a morte será o seu fim.

Ainda que o vírus não represente por si só uma transformação, realça o campo semântico de novos conceitos aptos a iluminarem as estratégias políticas. O vírus torna evidente a sobreposição de soberania, poder disciplinar e biopolítica. Não há um apagamento de qualquer dessas racionalidades de poder frente ao surgimento de novos

mecanismos de controle. O campo de significado da política contemporânea requer a formulação de novas categorias, como a de “biopolítica tecnológica”, capazes de lançarem luz sobre as estratégias de governo. Além de aguçar as análises acerca do poder, o vírus favorece um novo modo de pensar a vida e a morte, que não mais seriam percebidas em sentido absoluto, antes seriam mutuamente relativizadas pela decifração de sua relação contínua e sem demarcação precisa.

Bibliografia

AGAMBEN, G. “La invención de una epidemia”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

AGAMBEN, G. “Contagio”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020b.

AGAMBEN, G. “Reflexiones sobre la peste”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020c.

AGAMBEN, G. “Distanziamento sociale”. Roma: Quodlibet, 2020d.

BADIOU, A. “Sobre la situación epidêmica”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

COCCIA, E. Le vírus est une force anarchique de métamorphose, *Il Blog di Pierluigi Piccini*: 27/03/2020. Disponível em <<https://pierluigipiccini.it/emanuele-coccia-le-virus-est-une-force-anarchique-de-metamorphose/>>

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Volume I.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, B. “La emergencia viral y el mundo de mañana”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

MUHLE, M. A Genealogy of Biopolitics: the notion of life in Canguilhem and Foucault. In: LEMM, V; VATTER, M. (Eds.). *The Government of Life*: Foucault, Biopolitics and Neoliberalism. Nova Iorque: Fordham University Press, 2014.

ZIZEK, S. “El coronavirus es um golpe al capitalismo a la Kill Bill...”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

EXPERIÊNCIA NEGRA, TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Diego Henrique Nascimento Santos

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo: O intuito principal do texto é meditar acerca das experiências de tempo subsumidas na lógica do consumismo – projeto neoliberal e projeto de “sujeitos” –, bem como aberturas temporais possibilitadas pelo acontecimento do novo coronavírus (covid-19). Tento, no escrever, mostrar que as produções compulsórias promovidas pelo capital e a produção/construção de um “sujeito universal” evidenciam uma mesma abertura temporal, atuando também como ponto de inflexão. Esta abertura, por conseguinte, contribui para manutenção do sistema produtivo e alienação das/os negras/os explorados por ele. Destituir um, implica também a destituição do outro. Por fim, intuimos que a experiência negra nos dias de hoje só é possível, na condição da criação de um novo mundo e de uma nova experiência temporal, destituindo não só o sistema capitalista mundial, mas também, esse sujeito que o constitui.

Palavras-chave: experiência negra, tempo, sujeito, capitalismo, coronavírus.

Abstract: The main purpose of the text is to meditate on the time experiences subsumed in the logic of consumerism - neoliberal project and “subject” project -, as well as temporal openings made possible by the new coronavirus (covid-19). In writing, I try to show that the compulsory productions promoted by capital and the production / construction of a “universal subject” show the same temporal opening, also acting as an inflection point. This opening, therefore, contributes to the maintenance of the productive system and the alienation of the black women exploited by him. Removing one also implies removing the other. Finally, we intuit that the black experience nowadays is only possible, on the condition of the creation of a new world and a new temporal experience, destroying not only the world capitalist system, but also, this subject that constitutes it.

Keyword: black experience, time, subject, capitalism, coronavirus.

Introdução

Um grande perigo àqueles que tecem, por meio da escrita, um texto em meio ao acontecimento político é a própria dimensão de imprevisibilidade e irrealidade que o acompanha (Lazzarato, 2006). Os efeitos e as direções tomadas por ele são amplas o bastante para dificultar a apreensão e captura por meio das palavras escritas. O que torna o exercício filosófico muitas vezes próximo do exercício do historiador. Seria incorreto afirmar que ambos possuem uma proximidade tamanha que em alguns níveis, instâncias ou planos são indiscerníveis os limites entre si?

Olhar para trás como um lobo olha sua cauda é exatamente uma experiência de exercício, que requer uma relação diferenciada entre o ver e o visto do que geralmente estamos acostumados. Não é apenas o campo de visão da cauda que está em jogo para o que se dá a ver, é antes, uma experiência temporal que permite uma aproximação entre *quem vê, como se vê, e o que autoriza esse ver* (D'Amaral, 1995). Gostaria, de antemão, apresentar-lhes uma proposta de modo de escrita. Encaro o escrever como um “ato ético por excelência”. Ele é autônoma por desfazer-se dos grilhões que o prendem, sua melhor aparência é sua própria estranheza (Souza, 2014). Não conjuro aqui nenhuma linearidade, tal qual concebemos muitos textos. O espírito dessa escrita está na relação dela consigo mesma. Como autor, devo perder-me de mim mesmo. Nesse sentido, não detenho de antemão o que será escrito, estabelecimento, ao invés disso, uma relação de composição no ato de escrever. E é esta composição a que me proponho.

Destacaria também, que deixemos em suspensão alguns dos binarismos que estamos acostumados (corpo/alma, sujeito/objeto, bem/mal, eu/outro, cultura/natureza, indivíduo/sociedade, dentro/fora etc). Essa suspensão é necessária, pois nenhum acontecimento lança mão previamente disso (Lazzarato, 2006). Quando necessário, eu os utilizarei acompanhado de aspas, para indicar que meu interesse nos conceitos é de apenas torná-los problemáticos. À efeito, não estou negando-os, nem aceitando seu uso indiscriminadamente. Trata-se de *colocar em movimento sua significação*. Mais uma vez, estamos diante de uma experiência temporal.

A chegada do COVID-19 (coronavírus/SARS-CoV-2) no mundo foi acompanhada por uma abertura temporal própria. Atribuir os impactos do coronavírus no mundo ao grau de acontecimento político não é nenhuma falácia, visto que os efeitos que se está provocando, bem como denunciando, implica, direta e indiretamente, às condições políticas, econômicas, sociais e espirituais vigentes. Vemos isso com as medidas adotadas a partir dos

governos, principalmente nos países mais ricos, que mostram a incapacidade do projeto neoliberal lidar com essa situação e, conseqüentemente, a problemática desse projeto de “sujeito”. Pode-se objetar que nenhum país está de fato, preparado para um vírus como esse, uma pandemia. A história está aí para mostrar que não é a primeira vez que um vírus de alto contágio e com grau significativo de mortalidade eclode no mundo. Temos recentemente, na história do mundo, a ocorrência da gripe aviária, do SARS-1, da gripe suína, do ebola e do sarampo para nos lembrar que acontecimentos como esse podem ocorrer. Desse modo, o intuito principal do texto é meditar sobre diversas experiências de tempos subsumidas na lógica da sociedade do consumo – projeto neoliberal e projeto de “sujeito” –, bem como aberturas temporais possibilitadas pelo acontecimento na atual pandemia. Para que possamos visualizar isso melhor, precisamos dispor algumas forças que facilitaram o seu acontecimento.

Virtualização em jogo

Nossa experiência no mundo está se tornando cada vez mais “conectada”. Simultaneamente as relações de significações estão cada vez mais intercambiáveis. Pierre Levy (2011) já nos fala da virtualização de mundo propiciado por essa nova configuração do real, cuja configuração permite a criação de um ambiente virtual. Este apresentado, cada vez mais, como sensitivamente mais dinâmico e “similar” a nossa proximidade física cotidiana¹¹. Em outras palavras, tendo em vista que a velocidade com que uma informação pode chegar de um hemisfério a outro, esta velocidade de troca de informações atingirá diretamente na produção de sentidos de “sujeitos” muito distantes continentalmente. Aqui, já fica evidente que o caráter universalista do conceito de “sujeito” já não suplanta mais uma determinação unívoca, contudo, o que temos experienciado é notadamente o contrário, um “sujeito universal” possui um *valor* diferente (acima) de outras/os “sujeitas/os”, inscritos numa hierarquia de direitos, acessos e poder. Nesse sentido, mudamos nossa assertiva: é em detrimento desse intercambiamento de significações que o mundo desse “sujeito universal” é posto sobre os outros, isto é, colonização de um mundo sobre outro. Contudo, esta significação de mundo não é nova, tampouco suas violentas formas de imposição, o que torna nossa assertiva, mais uma vez imprecisa. Podemos dizer, apenas, que elas se configuram puramente virtuais enquanto tal. Por virtual, quero dizer uma complexidade ou

11 Numa espécie de aproximação do virtual com o real. Posso me comunicar com uma moradora da Austrália, mesmo estando no Brasil, minha experiência me faz estar lá e aqui ao mesmo tempo (virtualização). Um não é oposto do outro.

um problema da situação que a acompanha. “O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore” (Levy, 2011: 16).

Bolsa de valores e cartões de crédito, redes sociais, jogos mutliplayers online, por exemplo, constituem exemplos dessa nova virtualização¹² que acompanha a globalização e a informatização. O primeiro modelo de implementação de um mercado global aconteceu nas práticas do mercantilismo e colonialismo. A verticalização de “sujeitos” por meio da criação do conceito de raça possibilitou a exploração no período colonial e contribuiu também com a implementação do capitalismo (Mbembe, 2014). Já que esta prática foi tão bem-sucedida, mesmo com a construção das fábricas e trabalho assalariado, alguns meios de exploração e manutenção do sistema econômico continuou ancorado nas políticas de raça coloniais, agora como dispositivos indispensáveis para o capital (Mbembe, 2014). Entretanto, esses dispositivos não poderiam operar mais de modo explícito tal como fora no colonialismo, foram reconfigurados e redistribuídos por via do discurso e das instituições, como no racismo, principalmente quando este é atualizado no cotidiano e garantido pelas vias institucionais (Kilomba, 2019).

Pode-se perguntar o porque esta reflexão é necessária para o que estamos tratando. Arrisco-me a dizer que as explorações/produções compulsórias promovidas pelo capital e a produção/construção de um “sujeito universal” evidenciam uma mesma abertura temporal, atuando também como ponto de inflexão. Esta abertura, por conseguinte, contribuiu para manutenção do sistema produtivo e alienação das/os negras/os explorados por ele, e como inflexão também é possibilitadora de mudanças. Destituir um, implica também a destituição do outro. Para além das críticas ao capitalismo e suas relações, enquanto este “sujeito” também não for problematizado, não for colocado em questão, os pedidos e desejos para mudanças reformistas, para retorno ao já conhecido modo produtivo – talvez até mais impune e repressivo – pode ser recorrente e impossibilite a criação de novos mundos possíveis.

Negação do presente, sociedade branca?

12 Conceito elaborado pelo Pierre Levy, a partir da medição do conceito de virtual de Gilles Deleuze e Michel Serres.

Algo característico do poder é produzir desejos (Foucault, 2013). Todavia, é uma produção de desejo do negativo, isto é, a partir da falta¹³ (Deleuze, 1978). Este foi e continua sendo um mecanismo fundamental para a manutenção do poder. Para que essa produção se cristalize, é necessário que o corpo seja capturado e sedimentado num mundo onde esta produção é possível. O “sujeito” subjugado duplica-se para habitar neste mundo, duplica-se para inscrever-se nos domínios do poder¹⁴.

Se trata menos de um mundo da solidariedade e beatitude, mas antes um mundo de rivalidades e hostilidades, Grada Kilomba (2019) denominará este mundo de *sociedade branca*. Estar nesse mundo também significa ser suscetível, em algum grau, à sedução da máquina de produzir desejos que é o poder. Significa que para as/os negras/os, por exemplo, é viver num mundo que só lhe é possível a partir da sua própria subjugação. Esta condição é atualizada em cada episódio de racismo cotidiano, acompanhado também de uma experiência temporal. “É um choque violento que de repente coloca o sujeito em cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado, como a/o Outra/o subordinado e exótico” (Kilomba, 2019: 29-30). Mundo e temporalidade coincidem aqui. O que significa dizer que uma experiência de mundo única, acompanha também uma experiência temporal única e vice-versa. O cenário da plantação é um outro mundo criado, que embora não vivenciado no real, ele detém toda a densidade e espessura que o discurso racista comporta. Só é possível vivenciá-lo a partir de fragmentos, uma experiência fragmentada que se reconstitui no imaginário. Este retorno se constitui como uma nova tentativa de colonizar da/o branca/o (Kilomba, 2019).

Detemo-nos mais um pouco nessa experiência. Grada denominará essa experiência de trauma, tal como o trauma clássico freudiano. O trauma possibilita uma abertura espaço-temporal que não se constitui exatamente como uma lembrança ou recordação. Não é o passado que se encontra e se conserva no presente, mas o presente que se encontra com o retorno do passado (simbólico/imaginário), indo em direção a ele, se constituindo nesse mundo colonial. Dito de outro modo, não se trata da presentificação do passado, porque não traz à tona algo do passado para sua experiência corporal atual, pelo contrário, te projeta ao passado em uma experiência corporal “inatural”. “Enquanto o *sujeito branco* reencena o passado, o presente é proibido ao *sujeito negro*” (Kilomba, 2019: 225).

13 Faço referência às forças reativas, cuja potência de afirmar a afirmação é negada, e volta-se para afirmar a negação. Deixando em seu rastro uma espécie de “buraco” onde habitara uma vida afirmativa e que constantemente sente sua falta e saudades, tentando preencher a todo custo este “buraco”.

14 No limite duplicasse para inscrever-se nos domínios da história.

O presente só pode ser vivível para o negro diante de um outro mundo, na criação de um outro mundo. Quanto às reminiscências que se colhe do colonialismo no atual, me proponho a caracterizá-las como superposição de mundos, ou ainda como superposição no real, pois o caráter topológico das forças presentes no colonialismo ainda se preserva e se conserva no capitalismo. Captura e predação na lógica escravagista, ocupação e exploração na lógica colonial (Mbembe, 2014) tem seu papel especial na produção, armazenamento e distribuição do capital (Harvey, 2020). O que vai garantir e gerir tal relação será o Estado e suas instituições, para Kom’Boa, o “Estado é uma abstração política, uma instituição hierárquica pela qual uma elite privilegiada se esforça para dominar a grande maioria das pessoas.” (2015: 143). Não é atoa que o nascimento do nacionalismo tem correlação direta com a operação racista de diferenciação entre a/o “sujeita/o” e a/o “Outra/o” (Mbembe, 2014).

Vou retomar em outro momento esta problemática junto à *branquitude* e alguns dos seus efeitos num cenário de coronavírus. O que nos importa agora é: como esse corpo negro participará dos mundos e tempos na globalização perversa? Sugeri anteriormente que o mercado global possui um ponto de inflexão temporal com o “sujeito universal” moderno. Os ambientes virtuais criam diversas possibilidades de relações, interações, acessos, anonimatos etc. As experiências são das ordens mais diversas possíveis, tendo impactos nas diversas instituições e vidas das pessoas. As experiências são possibilitadas através de duplicações do “sujeito” que habitará a realidade virtual. Se “a vida não cabe no *lattes*”¹⁵, também não caberá no instagram. Por isso a captura se dá por essa duplicação. Vida, enquanto tal, nunca é capturada em sua totalidade (Nietzsche, 2010). Mas isso não torna limitado à experiência de virtualização, a criação habita qualquer domínio através da vida não capturada. Mais do que uma forma de captura, a virtualização é uma multiplicidade de mundos promovidas pelo deslocamento da/o “sujeita/o”:

“A virtualização submete a narrativa clássica a uma prova rude: unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo real por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade da ação apesar de uma duração descontínua (como na comunicação por secretária eletrônica ou por correio eletrônico). A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo” (Levy, 2011: 21).

15 Referência a uma frase utilizada em diversos meios digitais no Brasil, cujo intuito se compõe como uma crítica a submissão da vida ao regime de produção acadêmica acelerada não refletida.

Temos uma outra relação com o espaço-tempo, o presente assume uma unidade de mundo e de lugar; a simultaneidade e ausência de um lugar determinado dispõe o tempo como interconexão do presente. Ele continua: “A invenção de novas velocidades é o primeiro grau de virtualização” (Levy, 2011: 23). Isso pode modificar nossa relação com o tempo e memória, uma vez que o presente se caracteriza de um fluxo contínuo de experiências, o que se conversa no presente enquanto passado (definição de pretérito) estará o tempo todo sendo atualizado por esse fluxo, dificultando que a experiência se preserve, como por exemplo, a memória de longo prazo. Tendo a achar que dentre alguns anos teremos uma grande modificação anatômica, diferencial e potencial na memória de trabalho (curto prazo) e de longo prazo, até mesmo, atenuação ou desenvolvimento de quadros psicopatológicos que envolvem a memória.

Em via de mão dupla, estamos também carecendo de algo que nunca “preencheremos”. Pois, como havíamos discutido, o poder é também uma máquina de produzir desejos, produzir necessidades e, mais, de produzir carências. A fragilidade das relações afetivas em fluxo de experiências constante por um lado, e a dificuldade de preenchimento de uma falta por outro, constituem dois elementos caros para essa/e nova/o “sujeita/o”.

Triunfo do Negativo

A falta, a carência, o vazio e o nada constituem modos como o *negativo* vai aparecer nas relações humanas, o que Nietzsche chamará de niilismo (Nietzsche, 1999). O negativo tem sempre um referencial externo que o caracteriza, que o submete, tendo o negativo que reagir a ele (Deleuze, 1978). Assim, dizemos que o negativo é reativo. Ressentimento e culpa são duas grandes mostras de niilismo, disseminados pela Igreja no ocidente. Eles têm como pano de fundo a depreciação da vida e a valorização de um outro mundo (Deleuze, 1978). Em um trabalho futuro irei me deter sobre a questão do ressentimento e a proveniência do racismo. Por hora, para o que estamos buscando aqui, vamos nos deter apenas na experiência do ressentimento e como este está relacionado à experiência da virtualização nos dias de hoje.

“Suponhamos uma deficiência da faculdade de esquecer: a cera da consciência fica como que endurecida, a excitação tende a confundir-se com a sua marca no inconsciente, e inversamente, a reação às marcas aparece na consciência, invade-a” (Deleuze, 1978: 171). Deleuze quer nos dizer o quanto o esquecimento é importante para que nós possamos

vivenciar uma nova experiência, como uma espécie de renovação do presente, sem todos os pesos do passado. Não que o passado não se conserve ou subscreva no presente, mas o presente é renovado com algumas experiências em pretérito (passado recente) e passadas (armazenadas) dando lugar a outras, novas experiências com novos pretéritos e novas experiências passadas lhe sobrevivendo.

É a dinâmica da passagem de experiências à memória de longo prazo; das memórias de longo prazo que são evocadas na experiência; e das memórias de curto prazo ainda em uso. Constituindo um fluxo de experiências na “consciência”. Na/o “sujeita/o” do ressentimento, isso não lhe acontece, ele dificilmente esquece, conseqüentemente, àquilo que lhe acontece, que lhe deixa marcas, retornará à consciência sem cessar. Visto que não entrou no esquecimento e a consciência não foi totalmente renovada para uma nova experiência.

Esta relação temporal é muito importante para o que estamos discutindo aqui, pois nos mostra como o presente, assim como a memória são tratadas no ressentimento. Para que possamos chegar mais perto da culpa, precisamos acompanhar mais um pouco os desdobramentos seguintes à fragilidade do esquecimento. Não só alegrias, mas também dores constituem nossas marcas. São forças intensas o suficiente para marcar-nos. Muitas vezes são coisas que preferimos não lembrar, coisas que desgostamos em nós mesmo, coisas que repudiamos em sentir. Coisas que se retornassem não suportaríamos a ideia. E se deparar com elas pode-nos paralisar. Algo comum é esta não-reação frente a episódios que foram por vezes *traumáticos*.

Esses episódios, por fragilidade do esquecimento, podem irromper a qualquer momento. Se as marcas (virtuais) estão o tempo todo rodeando o presente, como sombras, porque ainda conseguimos de alguma maneira agir nas experiências cotidianas? Porque *esse agir é uma ficção, estamos reagindo pela projeção da imagem invertida* (Deleuze, 1978). Talvez agora, as coisas estejam um pouco mais “confusas”. “Arrumar” uma confusão é um processo dispendioso, requer muita atenção e uma noção de espaço para que as coisas sejam fiquem arranjadas.

É exatamente o que precisamos agora, espacializar e atentar para essa “confusão”. Por não agir, ela vira-se contra si mesma. Vira-se contra si, o triunfo do negativo, num espírito de vingança, a fim de fazer com que todo o nosso agir torne-se um reagir, projetando uma falsa imagem da *potência de agir* num mundo distinto, como forma de *compensação*. Para então, só podermos agir mediante a consideração de um mundo (valorizado) diferente deste, e neste mundo (depreciado). É aqui que posso dizer que esse mundo, o paraíso onde

habita a salvação e a vida eterna, é um mundo não-terreno superposto no mundo “terreno”. Só pode-se alcançar um outro mundo, enquanto é virtual a este. Este é o diagrama da culpa. Ela acusa e deprecia tudo que age, como vingança da sua perda da potência de agir. “Ao virar-se contra si, *produz dor* (...). Inventa-se um novo sentido para a dor, um sentido interno, um sentido íntimo: faz-se da dor a consequência do pecado, de uma culpa”. (Deleuze, 1978: 194)

Fragmentação da marca

Como já dissemos, este mundo, que agora é depreciado, é a *sociedade branca*¹⁶. Por consequência, para que o viver nele possa ser suportado, de suas marcas são produzidas imagens invertidas e projetadas num outro mundo, considerado como um submundo com sub-humanos¹⁷. E a dor, concomitantemente, passa a ser um signatário da *branquitude*¹⁸ para também infligir e provocar no “outro” a fim de aliviar, gozar e proteger a si e seu mundo¹⁹. Temos, assim, a superposição de três mundos simultaneamente. Assim como uma mesma experiência de tempo que liga-os. *Temporalidade é, nesse sentido, o ponto de inflexão de mundos.*

Se aqui observamos a fragilidade do esquecimento, hoje, na virtualização, a frugalidade do fluxo do presente não permite que se constitua muitas marcas, e quando constituídas, estão sob penas de fragmentações. Estas fragmentações chamarei de *fragmentações da marca*, para diferenciar daquelas que Grada estudou e já discutimos, as fragmentações provenientes do trauma. Assim uma nova sombra ronda este mundo, a sombra da fragmentação. Terreno fértil para niilismos e relativismos. As religiões e a política se tornam mecanismos de compensação e tentativa de retorno à crença na totalidade. Como uma vã tentativa de segurar pelas mãos o que se escorre entre os dedos.

16 Não quero afirmar que o ressentimento é exclusivo da Igreja Católica e, que foi junto ao ressentimento, que surgiu também a ideia de “branco” ou a *sociedade branca*. Ou ainda, que o ressentimento está sempre associado à *branquitude*. Ainda deve-se fazer mais estudos acerca dessas questões, contudo, me contento com a confluência e superposição que se dá entre esses mundos.

17 É em detrimento disso, que na configuração atual do racismo, Grada demonstra que o “novo racismo” se constitui como uma nova tentativa de colonização (2019), reificação desse submundo, levar a quem sofre para ele.

18 Não abordo aqui os nós complexos da intersecção entre raça, gênero e classe, nem a idealização da branquitude pelas/os negras/os. Reservo para os trabalhos que virão, me detenho apenas na experiência espaço-temporal específica que fui-me conduzido a tal.

19 Por isso D. Infante I no seu cavalo alado desfilava como alguém santificado, sentindo-se mais próximo de Deus ao escravizar os negros e levá-lo para Portugal em 1443 (Leonardi, 1999). E até hoje Portugal se vangloria por suas expedições (Kilomba, 2019).

E no mesmo espírito de vingança do ressentimento, a *branquitude* tenta ao máximo garantias para que a/o “Outra/o” não recomponha sua história, seu corpo, sua condição humana, sempre a/o despedaçando e a/o fragmentando. Como forma de manter também esse mundo, de protegê-lo da ameaça de dilaceramento, e todos os privilégios que este mundo carrega. Que mundo, então, a/o negra/o pode habitar? Muitas/os negras/os em diáspora encontram uma “saída” na crença do paraíso, na vitória da vida mesmo na morte pela simbólica cristã (Mbembe, 2014). Participar da *sociedade branca*, batendo numa porta que, no fundo, nunca será aberta; contanto que aceite, reproduza e idealize a *branquitude* e negue a *negritude*²⁰. Desejar um retorno à África como lugar legítimo da/o negra/o (Mbembe, 2014). Duplicar-se no ambiente virtual. Ou, ainda, lutar pela construção de um novo mundo.

Nilismo contemporâneo

Um outro, e essencial mecanismo de compensação será pelo incessante intento de preenchimento da falta.²¹ Este negativo fundante do ressentimento, agora fixado na experiência da frugalidade do presente tenta recompor de toda maneira essa falta. “Preenchendo”, ou melhor *consumindo* cada vez mais, e mais, sempre mais, contudo, todo preenchimento se fragmenta²². Nos projetamos no futuro com base em experiências passadas, um meio de nos darmos uma certa sensação (é só o que temos) de segurança. As marcas pouco constituídas titubeiam o nosso projetar-se no futuro, tornando o presente ainda mais incerto. Não que não nos impeça de fazermos planos, projetos de vida, mas que estes mesmos planos e projetos estão ancorados em experiências mais fragmentadas. Em consequência, a experiência do presente torna-se sensitivamente mais “vazia”. Uma nova configuração do nilismo.

Nossa *ânsia* e aceleração em dar conta, a em querer novamente a luminosidade das coisas, em deter em nós uma territorialização que nos suporte no mundo, são sintomas

20 A relação dramática e violenta da sociedade branca e a/o negra/o é muito bem ilustrada nas obras da Toni Morrison.

21 Novamente queria sinalizar o cuidado com a narrativa, não quero dizer que a experiência de mundo na virtualização é exclusivo do branco, ou criado pelo branco. Ou ainda, que devemos negar todo esse mundo virtual, e que ele não traz benefícios. Indico apenas que é um rumo tomado no égide da sociedade branca capitalista, que perpetua desigualdades e hierarquias, mas também não se elimina a invenção e a criação.

22 Não que esteja em defesa da possibilidade de uma totalidade, mas a sensação de permanência, aquela que outrora nos deu segurança. As vigas estão enferrujadas e não suportam mais o peso do que permanece, os ventos alísios carregam todo o oxigênio que irá oxidá-las. Não se trata exatamente de uma mudança na direção ontológica do ocidente, o que provocado pelo pensamento emanciparia nossa relação com a verdade. Mas a transformação, a configuração de novos processos, novos espaços e tempos, novas tendências, novos princípios – talvez não tão novos assim.

debitarios desse nihilismo. Simultaneamente, “a aceleração das comunicações é contemporânea de um enorme crescimento da mobilidade física. Trata-se na verdade da *mesma* onda de virtualização” (Levy, 2011: pp). Aproximou pessoas e aproximou mercadorias. Possibilitou e exigiu maior produção e globalização do mercado, acompanhado do *consumismo* e *captura* de toda criação da vida, cuja submissão se dá em condição de mercadoria.

“Os modos de consumismo que explodiram depois de 2007-8 caíram com consequências devastadoras. Estes modos foram baseados na redução do tempo de rotação do consumo o mais próximo possível de zero. A torrente de investimentos em tais formas de consumismo teve tudo a ver com a máxima absorção de volumes de capital exponencialmente crescentes em formas de consumismo que tiveram o menor tempo de rotatividade possível. O turismo internacional era emblemático. As visitas internacionais aumentaram de 800 milhões para 1,4 bilhões entre 2010 e 2018. Esta forma de consumismo instantâneo exigiu investimentos maciços em infra-estruturas de aeroportos e companhias aéreas, hotéis e restaurantes, parques temáticos e eventos culturais, etc” (Harvey, 2020: 19-20).

Se o consumismo está presente tanto no modo de produção em larga escala do capital, como na resposta à produção à falta para a/o “sujeita/o”, logo, eles respondem um outro, enquanto um está produzindo, o outro está consumindo essa produção²³. Chegamos, então, à assertiva: a/o “sujeita/o” re-força à dominação capitalista, ao mesmo que a dominação capitalista re-força essa/e “sujeita/o”, uma reciprocidade constituinte do poder.

Conseguimos avançar em nossas propostas de pensamento. Tendo em vista o que discutimos, podemos visualizar por um lado, uma das possíveis relações entre o modo de *aceleração*, que caracteriza a virtualização na produção de “sujeitos”, por outro, as relações de consumo no modo de produção capitalista atual, criando uma conexão entre ambos por uma abertura de tempo congênere. Ademais, esse modo de aceleração não dilui a hierarquia de “sujeitos”, cujo destino é ilusoriamente dado por uma universalização das culturas, pacífica e harmônica. Ele dispôs sob novos signos a hierarquia e a captura.

Acontecimento covid-19

O que tornou possível o que discutimos foi a realização do possível do meu ver. Como limitação intrínseca do próprio ver, a imagem criada por essa narrativa pela via do

23 Aliança do projeto econômico liberal com o projeto de “sujeito”.

discurso é também uma duplicação, uma forma de captura pela linguagem. Dito de outro modo, as forças que estão em jogo entre o ver, o olho e o visto. Para que eu possa ver e narrar o visto, eu preciso acreditar no que vejo, preciso que o visto e olho se fundam, e assim considerar que a imagem seja de fato o que estou vendo. Dizemos então que o visto não é a coisa, é a imagem da coisa projetada no olho. E eu preciso acreditar nessa *crença* de que a coisa e imagem são os mesmos para eu poder narrá-la (D'Amaral, 1995).

Debruçando sobre esta experiência, a intuímos com uma experiência temporal. Tal que, a medida em que vemos a imagem da coisa também perdemos de vista a coisa, e a experiência é passada para o pretérito. Assim nosso ver será sempre tardio em relação ao acontecer. Levando as últimas consequências, não existem coisas, só imagens da coisa, só capturas, jogos de forças. Se a coisa e o olho se fundem, ela também transforma e produz “sujeito”, transforma o ver, num novo ver. Dizer “coisa” também já pressupõe a própria estabilidade que o substantivo evoca, algo de certa forma definível, dizível porém inalcançável. Estamos lidando com outra instância, com um processo em perpétuo acontecimento. Ao encontro do acontecimento.

Assim, narrar e escrever também não está dessas capturas. Falar sobre o coronavírus é também o acontecimento do coronavírus no meu discurso. É pretérito da minha experiência acerca do acontecimento que quero enunciar, pretérito, qual seja, também um acontecimento. Mesmo que eu escreva 1 ano ou 10 após o acontecimento, eu jamais vou conseguir capturá-lo ou dar conta dele. Nem mesmo algum contexto o contém. “O acontecimento nos faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas faz também emergir novas possibilidades de vida. Essa nova articulação de possibilidades e de desejos inaugura, por sua vez, um processo de experimentação e de criação” (Lazzarato, 2006).

O caminho que percorremos até aqui, não foi um processo de construção verdades e argumentos que dessem conta do acontecimento. Pelo contrário, um processo de narrar no caminhar o que se compunha com meu próprio ver. O que visualizamos nos diz apenas quanto às experiências de tempos antes da chegada do coronavírus no mundo, experiências que podem ser determinantes (*dar condição*) à eclosão do vírus, entretanto, não possuem uma relação direta de determinação (causa-efeito). Vamos agora, pôr em questão às aberturas nessas experiências temporais propiciadas pelos vírus. Visto que só podemos colher os efeitos do que acontece (Deleuze, 2012), iremos, pois, ao encontro de alguns desses, nas experiências temporais discutidas aqui. E, além disso, ter em vista as possibilidades de transformação e abertura para novos mundos, diante da experiência da/o negra/o no pós-colonialismo.

Gostaria de trazer uma outra passagem do David Harvey, cuja análise acerca efeitos do covid-19 compõe com a nossa escrita:

“as companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e os restaurantes e bares fecharam em muitos lugares. Até mesmo entregas a domicílio parece arriscado. O vasto exército de trabalhadores uberizados ou em outras formas de trabalho precário está sendo dispensado sem nenhum meio visível de apoio. Eventos como festivais culturais, torneios de futebol e basquete, concertos, convenções empresariais e profissionais, e até reuniões políticas em torno de eleições foram cancelados. Estas formas de “consumismo experiencial baseado em eventos” foram extintas. A renda dos governos locais foi devastada. Universidades e escolas estão fechando” (2020: 20).

Se este modo de acumulação de capital está decretando falência, a experiência de tempo do consumismo também beira a transformação. Contudo, isso não impede o capital de se reerguer no mesmo modelo – com algumas reformas –, muito menos a sua temporalidade transformar-se. Aos olhos dessa/e *sujeita/o do capital*²⁴, este momento pode não soar exatamente como um momento de mudança e transformação de si e de mundos, pelo contrário, como entrada na trincheira da competitividade; afinal, no momento de crise uns podem se tornar mais ricos à custa de outros. É falsa, pois, a dedução de que momentos como esse vão gerar necessariamente um mundo mais solidário e potente. É o que o anarquismo tem há muito nos falado sobre a solidariedade como princípio transformador e destituidor do Estado. Se o cenário da concorrência não foi discutido anteriormente, foi pois, em decorrência do próprio acontecimento e sua imprevisibilidade e irrealidade. Estamos acompanhando o texto fruto da relação entre escrita e pensamento. Um não é cópia do outro, muito menos derivado. Cada um é possuidor de força e autonomia²⁵.

Não vou me alongar na discussão que envolve a concorrência. Ela é demasiado extensa para a construção desse artigo. Lidarei com a competitividade enquanto correspondência ao individualismo excessivo. E este será nosso campo problemático. “Em geral, expressamos sentimento de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados” (Bento, 2014: 30). Isso nos leva a crer que essas obrigações morais estão inscritas na pressuposição de hierarquia, no triunfo do negativo. Este mundo com os

24 Uso esse termo para caracterizar a/o *sujeita/o* que vem sendo produzido pelas experiências de tempo discutidas.

25 “O mundo não é mais a combinação das palavras, e então as palavras podem se transformar em abismo. As margens vibram: dá-se o tempo – e o tempo, medula óssea dessa realidade, mostra-se às margens, atrator de uma reconfiguração estranha, improvável do sentido” (Souza, 2018: 56).

“negativamente estereotipados” se expõe como diferentes mundos, porém superpostos um no outro. O espírito de vingança nos mostra novamente a sua face, tal como discutido anteriormente. Ele se apresenta enquanto tal, articulador das “obrigações morais”. Maria Bento nos traz outra contribuição para a questão: “as epidemias que devastaram a Europa nos séculos XVI e XVII, em particular na Itália, na França e na Inglaterra, vitimaram 1/3 dos europeus, gerando um grande medo e, como consequência, a busca pelos culpados” (2014: 33). Com efeito, não é novo que queiramos acusar, apontar os dedos, indicar culpados diante de uma situação extrema, onde a morte se encontra cada vez mais presente. Para calar os sussurros da morte enquanto nos pomos a dormir, fechamos os olhos, imaginamos um lugar seguro, tranquilo e conhecido. Essa segurança é acalentadora, e ao mesmo tempo alimento da morte.

Como devemos, pois, considerar o conhecido como seguro, se foi este mesmo conhecido, vigente e hegemônico que nos conduziu até aqui? Se foi esse mesmo sol, intenso e radiante, que nos cegou para o desconhecido e para a novos modos de vida? É preciso o eclipse do coronavírus sobre o Sol, para vermos os podres e as baixezas humanas?

“É aqui que entram as opções políticas para solucionar problemas. Poucos poderiam prever uma pandemia. Mas todos sabem que em função das nossas opções econômicas e políticas seus efeitos podem ser minimizados. (...) A pandemia do coronavírus expõe as fraquezas e as vísceras do liberalismo econômico que é incapaz de propor políticas públicas que salve vidas. Ao contrário, defende a aplicação de um individualismo autodestrutivo, que arruína o coletivo, do qual o próprio indivíduo faz parte” (De Moraes, 2020).

Novos mundos

E agora *negra/o*? Experiência de tempo, fragmentação da marca, nos colocam numa posição de vulnerabilidade frente as supostas totalidades, o Estado assume essa tarefa de redator de nossas vidas. Cada vez mais presentes no controle das vidas, ao passo que mais ausente no asseguramento de uma parcela delas (De Moraes, 2020). Para que a produção capitalista de exploração e acumulação aconteça, é necessário um Estado que a faça acontecer (Ervin, 2015). Assim, economia e política tem andado de mãos dadas, um garantindo e enriquecendo o outro. Não precisamos ir longe para poder visualizar os efeitos disso, não precisamos ir longe para observar as medidas tomadas pelos governantes para proteger a *sociedade branca*, não precisamos ir longe para ver que algumas vidas valem

mais que outras – e estão sob o cerco do olhar da utilidade, raça e gênero, humanos e subhumanos, vivente e não-vivente.

Se ficamos mais vulneráveis na dupla fragmentação (do trauma e da marca), não é de surpreender a dificuldade em projetar novos mundos. Se nossa história e nossa integridade foi-nos retirada, com que base edificaremos um projeto de futuro e vivenciaremos o presente? O presente é vivenciado com base no projeto de futuro, edificado pelo passado que é constituído pelo presente. Sendo assim, não podemos separar esses termos, nem definirmos uma linearidade, e talvez eles sejam também arbitrários. Para o que caminhamos até agora, podemos dizer que não vivenciamos no tempo, como se fosse um lugar onde nos pomos sobre, pelo contrário vivenciamos tempo e nos dispomos a partir dele. É por isso que a temporalidade será uma inflexão em qualquer mundo, ela nunca está ausente e dispõe relações, conforme vimos em todo texto. Do mesmo modo que um mundo é disposto por uma temporalidade própria, o acontecimento também é. Acontecimento se mostra aqui como operador de diferença.

A *marca* trazida pelo acontecimento da covid-19 se dispõe como falência dessa experiência de tempo da/o “sujeita/o” do capital, assim como o próprio capitalismo. Não trago aqui um projeto acabado do que essa abertura promovida pelo acontecimento nos possibilita, seria uma captura muito presunçosa do meu ver. Entretanto, ela nos traz consigo a recusa, o não afirmador, um não que afirma uma experiência, que só a partir dessa recusa podemos caminhar para novos projetos de mundo.

Do mesmo modo, viver para a/o negra/o hoje é exatamente afirmar sua existência numa forma de recusa.

“Não”, essa é a palavra-mãe em cujo útero se agita o ainda não. Porém, agora, um “ainda não” que é a figura mesma da ansiedade da vida, que teve que passar pelas trevas mais absolutas e lá perdeu a capacidade de condescender com o leviano e o irresponsável – e é da vida feita, pelo desabar da ordem, a vida das palavras” (Souza, 2018: 56).

Viver condiz exatamente como luta pela sua própria condição de vida. Essa luta coincide com criação de novos mundos. Os gestos e afetos entre negras e negros, as tomadas de poder político e entrada no cenário econômico, por exemplo, constituem tentativas de criar mundos, produzir fissuras na sociedade branca – nesse sentido também, a virtualização se apresenta como criação de mundos pelos agenciamento. Para mim, ser negra/o é vivenciar uma luta constante. Tenho muita dificuldade em definir a experiência negra hoje, e mais

ainda em definir a/o negra/o, deixo-os como um campo de disputa, portanto, político²⁶. Visto que diante de tantas impossibilidades, lutas e multiplicidade de modos de vida, uma grande interrogação ainda insiste. Que espaço há para a/o negra/o hoje? Essa interrogação não pode, entretanto, ser respondida com avidez, não temos garantias, mas se há algo que ela grita agressivamente, é a dimensão da própria interrogação carrega, a agressividade da mudança. Ser negro é experienciar uma luta pela mudança, é carregar o gérmen da revolução.

Bibliografia

BENTO, Maria Aparecida Silva. (2014), Branqueamento e branquitude no Brasil In CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs); Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil; Petrópolis; Editora Vozes; pp. 25-57.

D'AMARAL, Márcio Tavares. (1995), O Homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo. Rio de Janeiro: UFRJ - Tempo Brasileiro.

DE MORAES, Wallace (2020). É hora de abandonar o vírus do liberalismo econômico. Le Monde diplomatique Brasil. Edição Abril. Disponível em <https://diplomatique.org.br/e-hora-de-abandonar-o-virus-do-liberalismo-economico> acessado em 03 de abril de 2020.

DELEUZE, Gilles. (2012), Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta.

DELEUZE, Gilles. (1978), Nietzsche e a filosofia. Porto: RÊS-Editora.

ERVIN, Lorenzo Kom'Boa. (2015), Anarquismo e revolução negra. Coletivo Editorial Singuilar.

FOUCAULT, Michel. (2013), Microfísica do Poder. São Paulo: Edições Graal.

HARVEY, David. (2020), Política anticapitalista em tempos de COVID-19 In DAVIS, Mike, *et al*; Coronavírus e a luta de classes; Terra sem Amos; pp.13-24.

26 Reservo também para trabalhos posteriores essa questão que sombreia, se o termo negra/o foi usado e criado pela branquitude como diferenciação de humanos pela raça, destituir a raça também destituiria o negro? É possível uma identidade negra não filiada a raça? E a implicação dessa (des)construção do termo para a língua portuguesa – de herança racista e machista?

KILOMBA, Grada. (2019), Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

LAZZARATO, Maurizio. (2006), As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEONARDI, Victor. (1999), A idade do Brasil 1. Brasília: Ministério da Educação. (Cadernos da TV Escola).

LEVY, PIERRE. (2011), O que é o virtual? São Paulo: Editora 34.

MBEMBE, Achille. (2014), Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona.

NIETZSCHE, Friedrich. (1999), Para a genealogia da moral In: NIETZSCHE, Friedrich: Coleção Os Pensadores; São Paulo; Editora Abril Cultura; pp. 337-370.

NIETZSCHE, Friedrich. (2010), Vontade de potência I. São Paulo: Escala.

SOUZA, Ricardo Timm de. (2018), Ética do escrever: Kafka, Derrida e Literatura como crítica da violência. Porto Alegre: Zouk.

PANDEMIAS NO ANTROPOCENO

Rodrigo Pennesi

Doutorando e pesquisador do Laboratório de filosofia Contemporânea da UFRJ

Resumo: O artigo busca analisar as novas modulações da segurança que se evidenciam com a crise gerada pela pandemia do covid-19. Partindo de uma análise de pandemias históricas, buscamos evidenciar o caráter interconectado do mundo num paradigma do Antropoceno e logo as novas tecnologias de segurança globais decorrentes do combate à crise.

Palavras-chave: covid; biossegurança.

Abstract: The article seeks to analyze the new security modulations that are evident with the crisis generated by the covid-19 pandemic. Starting from an analysis of historical pandemics, we seek to highlight the world's interconnected feature in an Anthropocene paradigm and then the new global security technologies that result from fighting the crisis.

Keywords: covid; biosecurity.

Uma nova pandemia paralisou o mundo, fluxos internacionais de mercadorias e pessoas se interromperam abruptamente, cidades que nunca dormem agora se encontram quarentenadas, com ruas desertas, colocando em xeque a economia globalizada. O atual vírus age diretamente na barreira alvéolo-capilar, atacando a zona de troca de oxigênio do ar que respiramos e dos glóbulos vermelhos nos capilares pulmonares. Causando a sensação de morrer afogado no seco, falta de ar, negação de um dos últimos recursos naturais ainda não comoditizados.

O embate que se coloca, face a catástrofe biológica, é entre de um lado o consenso científico pregando distanciamento social e higienização constante com o objetivo de achatar o pico da epidemia para lidarmos com a deplorável insuficiência dos sistemas de saúde precarizados por décadas de neoliberalismo.

Em muitas partes do suposto mundo “civilizado”, os governos locais e regionais, que invariavelmente formam a primeira linha de defesa da saúde pública e das emergências sanitárias deste gênero, estavam privados de financiamento graças a uma política de austeridade destinada a financiar cortes de impostos e subsídios às grandes empresas e aos ricos. (HARVEYIn:AMADEO, 2020:87)

Do outro lado os asseclas da mão invisível agora exigem abertamente sacrifícios humanos ao Deus Mamom(𐤇𐤍𐤏𐤔) para apaziguar a economia. Na contramão de estudos, especialistas e mesmo do próprio exército(CEEEX, 2020), cujo estudo estratégico foi publicado e prontamente deletado por se opor as políticas defendidas pelo excrementíssimo presidente, os novos fascistas de mercado exigem a morte de velhos, doentes crônicos e mesmo uma parcela de trabalhadores ativos para salvar o santo lucro do empresariado.

A lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. (MBEMBE, 2020)

A comunidade científica já apontava em estudos sobre a catástrofe climática porvir para a necessidade de alterarmos nosso modo de vida, e sempre foram prontamente opostos pela necessidade de subordinar a saúde da população e mesmo da espécie humana às leis do lucro, a força irreversível do progresso e a impossibilidade de tirar a economia dos trilhos. Foi preciso que um vírus mortal escancarasse nossa própria fragilidade biológica, infinitamente permeáveis a vírus patogênicos invisíveis, para desmontar as pretensas verdades inquestionáveis dos economistas.

Os mapas de dispersão do vírus apontam sua célere amplificação por trocas nacionais e internacionais por meio aeroviário, uma epidemia iniciada na China Central rapidamente se globaliza, tornando-se uma pandemia, pegando carona nos fluxos do capitalismo mundializado. Os principais focos da pandemia são convergentes com os grandes hubs de vôos internacionais. A velocidade de dispersão global da pandemia hoje é maior do que em qualquer outro período, porém a ideia da criação de um sistema-mundo integrado remonta as grandes navegações do século XVI, associado ao colonialismo, ao imperialismo e as transformações da natureza pelo processo expropriatório protagonizado pelos europeus ao subjugar não brancos, mulheres e os bens naturais ao seu regime de extração de riquezas.

O intercambio colombiano colocou em contato os nativos americanos com a população europeia, acostumada a conviver com animais, tendo maior troca de micróbios com esses e acostumada ao intercambio microbiano eurasiático proveniente da rota da seda e das grandes campanhas de guerra. A dispersão global de pandemias não é a novidade, os Romanos levaram a varíola para toda a Europa e Oriente Médio no século II, também os Mongóis foram responsáveis por levarem a peste bubônica à Europa no século XIV

(ALCHON, 2003:80). Mas o efeito do solo virgem que atingiu as populações nativas das Américas levou a um colapso populacional, a *cocoliztli*, palavra Nahuatl para peste, dizimou 90% da população nativa (WAIZBORT, PORTO, 2018:396), uma hecatombe demográfica sem comparação até hoje na história humana.

A gripe espanhola pegou carona nas tropas da primeira guerra mundial e se espalhou rapidamente por todo o globo, enquanto a guerra em si ceifou 8 milhões de vidas a pandemia que a sucedeu levou entre 35 a 50 milhões. A participação do Brasil na primeira grande guerra se resume em dois fatídicos acontecimentos, primeiro a batalha das toninhas em Gibraltar em que a marinha dizimou um cardume de golfinhos confundidos com submarinos alemães, e em segundo lugar a façanha de trazer o vírus para o território brasileiro, onde morreram 35000 pessoas, sendo 12000 só no Rio de Janeiro. Com a crise econômica subsequente, face a indiferença do governo, povo carioca só encontrava amparo no trabalho social dos anarquistas em seu combate a carestia de vida e seus comitês de combate a fome.

Tivemos outros alarmes de pandemias recentes como a doença da vaca louca, onde acredita-se que o gado tenha sido infectado por ser alimentado com farinha de carne e ossos, que continha os restos de outros bovinos; o Ebola com diversos surtos desde 1976; as gripes suína e aviária; e também os recentes surtos de dengue, febre amarela, febre mayaro, zika e chikungunya, todos ligados ao mosquito *Aedes aegypti*, que com o aquecimento global tem aumentado cada vez mais os limites latitudinais de sua dispersão geográfica.

Por mais que as autoridades, para justificar sua inanição, reafirmem surpresa com o presente surto viral, além de inúmeros casos históricos que poderíamos continuar elencando, também é importante ressaltar que essa é a terceira emergência de coronavírus apenas nos últimos 20 anos. Tivemos a primeira SARS-CoV em 2003, originada em gatos-de-algália infectados por morcegos, a MERS-CoV em 2012 originada nos camelos, e agora o Covid-19 cuja origem mais provável tenha sido a carne de pangolins infectados por morcegos. Um estudo publicado em Março de 2019 por pesquisadores do Instituto de Virologia de Wuhan ligado à Academia Chinesa de Ciências já apontava que “não devemos subestimar a possibilidade de recombinação entre diferentes CoVs de morcego, levando à geração de vírus com potencial pandêmico” (FAN et al., 2020:7). O estudo foi amplamente ignorado pelas autoridades sanitárias.

O que vemos de comum é que todas essas pandemias são resultantes da ação antrópica predatória sobre o meio ambiente, e os processos antrópicos tiveram efeitos planetários, como nos explica o professor Philippe Sansonetti titular da cátedra de microbiologia e doenças infecciosas no Collège de France:

Como o comportamento humano modifica as condições ecológicas, esses morcegos entram em contato com animais suscetíveis eles mesmos a esse salto de espécies e replicam esse vírus. Isso cria uma zona de risco em torno dos seres humanos, pois qualquer contato humano com esses animais do reservatório pode dar origem a um salto dessa vez na espécie humana e a ocorrência da doença.

Portanto, vemos que existem áreas de passagem permanentes para o salto de espécies e, às vezes, de repente, porque o vírus sofreu uma mutação, que adquiriu um pequeno fragmento de genoma adicional, torna-se perfeitamente adaptado à passagem em humanos. Portanto, estamos constantemente ameaçados por essas doenças emergentes. São **doenças do antropoceno**: essencialmente ou mesmo exclusivamente, elas estão ligadas ao controle do planeta e à impressão que o homem deixa nele. (SANSONETTI, 2020)

O conceito de Antropoceno foi introduzido para capturar essa mudança quantitativa na relação entre humanos e o ambiente global. Representa uma nova época da Era Cenozóica, caracterizado pela influência da civilização humana no meio ambiente em escala planetária. A ideia da Terra como um sistema global foi proposta por Vernadsky em 1926, com seus estudos sobre a Biosfera, ele foi a primeira pessoa na história a lidar com as implicações reais do fato de que a Terra é uma esfera fechada em si mesma. No modelo da biosfera, a vida não é meramente uma força geológica, é a grande força geológica, praticamente todas as características geológicas na superfície da Terra são bioinfluenciadas. O que está em jogo com o conceito de Antropoceno não é tanto o reconhecimento da atividade humana como força geológica, mas sim o seu reconhecimento como força capaz de desencadear uma crise na biosfera

Além do ciclo do carbono, os seres humanos estão alterando significativamente vários outros ciclos biogeoquímicos, ou ciclos de elementos, como nitrogênio, fósforo e enxofre, que são fundamentais para a vida na Terra; modificando fortemente o ciclo da água terrestre interceptando o fluxo do rio das terras altas para o mar e, através da mudança na cobertura da terra, alterando o fluxo de vapor de água da terra para a atmosfera; e provavelmente dirigindo o sexto grande evento de extinção na história da Terra. Em conjunto, essas tendências são fortes evidências de que a humanidade, nossa própria espécie, se tornou tão grande e ativa que agora rivaliza com algumas das grandes forças da Natureza em seu impacto no funcionamento do sistema terrestre. (STEFFEN et al, 2011:843)

Trata-se da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres. Conseqüentemente, os seres humanos passaram a ocupar, cada vez mais, áreas silvestres, florestas, com o intuito de explorar seus recursos para fins econômicos, especialmente no contexto contemporâneo. Assim,

avançaram sobre ecossistemas naturais, transformando-os e destruindo espécies vegetais e animais.

Alguns proponentes do conceito de Antropoceno atentam para os problemas do nome e propõem alternativas como Capitaloceno que visa evidenciar que os índios da Amazônia ou um camponês da agricultura familiar, por exemplo, não contribuíram para a emissão de partículas sólidas na atmosfera na mesma proporção que os proprietários de uma grande indústria; outra proposta seria seguir as recomendações da geologia de nomear uma nova era pelos biomas que surgem, ficando aí as propostas de nome Plantationceno e Homogenoceno, dada a substituição da biodiversidade natural pelos latifúndios e pecuária; outra proposta ainda seria nomear a nova era de Cthuluceno com o intuito de ressaltar que as alterações geofísicas trarão catástrofes análogas ao despertar do monstro Cthulhu que colocaria a humanidade face ao horror cósmico inescapável.

Nesse novo paradigma que se desvela, onde as catástrofes climáticas deixam de ser previsões de futuro e se materializam como crises atuais, vemos a proliferação das técnicas de controle das populações para além de suas fronteiras tradicionalmente delimitadas pela ação governamental dentro das fronteiras estatais. “Passamos rapidamente de ‘aglomerados’ para uma situação epidêmica em todos os países: o problema não está mais bloqueando fronteiras ou outras ideias arcaicas. As fronteiras estão às portas do nosso apartamento” (SANSONETTI, 2020). Saúde pública tornou-se saúde global, o que significa não apenas que as técnicas de governança da saúde implementadas na Europa se espalharam pelo resto do mundo, mas mais profundamente que elas foram transformadas pela mudança de escala. Novas doenças infecciosas podem surgir na natureza devido a mudanças ecológicas (industrialização da pecuária, desmatamento, degelo), a precarização da vida (retorno da tuberculose ou cólera nos subúrbios e periferias), o uso desenfreado de antibióticos (bactérias resistentes) ou mesmo ataques bioterroristas.

Falar em segurança da saúde, ou mesmo segurança humana ou biossegurança, é deixar de tornar a segurança uma prerrogativa do Estado-nação para organizá-lo onde os seres vivos estão expostos a ameaças. A Biossegurança é uma tecnologia governamental de alcance global. Para além da soberania territorial, da disciplina dos corpos, do governo das populações, vemos surgir em evidencia um novo extrato para a ação governamental, é a ecopolítica planetária, que não respeita as fronteiras impostas pelo imperialismo e pelo estatismo, mas atua sobre a biosfera como um todo. Veremos como os princípios da biossegurança inspiram técnicas sociais de segurança que vão muito além de simplesmente atender às necessidades dos processos vitais de circulação.

Nossas existências são cruzadas por esses fluxos globais de imagens, de mercadorias, de informações e de moléculas. Tudo está unido e cada vinco no tecido se faz sentir em toda a superfície. As regiões do mundo não estão mais em total isolamento, impermeáveis entre si. Ao mesmo tempo em que inspira visões utópicas de uma comunidade planetária, essa interconexão generalizada também alimenta reflexos paranóicos: medos de epidemia mundial, insetos planetários ou contágio global. (GROS, 2012:177)

Face a nova pandemia a retórica adotada pelas organizações internacionais e por diversos chefes de Estado foi a declaração de guerra. Guerra contra uma ameaça estrangeira invisível, mas compreensível uma vez que “agora todos temos o poder de matar. O poder de matar foi totalmente democratizado. O isolamento é precisamente uma forma de regular esse poder” (MBEMBE, 2020). O que deve fazer soar os alarmes da crítica são a ativação de medidas de exceção e processos de securitização que, não suspendem formalmente os regimes democráticos, mas intensificam suas ações autoritárias e de monitoramento em nome da salvação. “Miseráveis medidas que o totalitarismo democrático está aplicando em todo o mundo à epidemia de coronavírus” (VANEIGEM, 2020).

O aplicativo lançado pelo SUS para orientar a população sobre procedimentos no trato da pandemia exigia uma série de acessos a dados pessoais que levantou suspeitas em grupos de defesa da privacidade virtual, o medo se materializou em 23 de Março quando o “Ministério da Ciência e Tecnologia anunciou o uso de dados georreferenciados dos usuários das empresas de telefonia para um mapeamento dos locais com maior aglomeração e desrespeito ao isolamento domiciliar”(LASINTEC, 2020).

Para colocar nos termos de Foucault, uma epidemia radicaliza e desloca as técnicas biopolíticas aplicadas ao território nacional até o nível da anatomia política, inscrevendo-as no corpo individual. Ao mesmo tempo, uma epidemia possibilita estender a toda a população as medidas políticas de “imunização” que haviam sido aplicadas até agora de maneira violenta contra aqueles que eram considerados “estrangeiros” tanto dentro como dentro do território nacional. (PRECIADO In: AMADEO, 2020:167)

As notícias que nos chegam do outro lado do globo apontam que a China encabeça o uso de dados particulares dos seus cidadãos para controlar a pandemia, “pode-se dizer que as epidemias na Ásia não são combatidas apenas por virologistas e epidemiologistas, mas sobretudo por cientistas da computação e especialistas em big data (HAN In: AMADEO, 2020:99)”. Doravante, por conta da catástrofe climática que desencadeamos, as crises serão reincidentes, e não estamos lidando apenas com ameaças virais, outras catástrofes estão surgindo no horizonte, secas, ondas de calor, tempestades. É preciso que estejamos sempre alertas para o aumento desmedido da vigilância digital, pois “a vitória chinesa na corrida tecnológica não significa que sua sociedade seja desejável do ponto de vista daqueles que

desejam uma sociedade pós-capitalista, democrática e não patriarcal” (ZIBECHI In: AMADEO, 2020:116).

A crise sanitária não é apenas uma crise, sempre passageira, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível, portanto é agora que devemos lutar para que, não se utilizem do pânico gerado pela pandemia para nos empurrar novos regimes de exceção de controle totalitário, e também para que uma vez terminada a crise, a retomada da economia não traga de volta o mesmo velho regime climático/econômico que nos colocou na posição que agora nos encontramos.

Bibliografia

ALCHON, Suzanne Austin. (2003) *A Pest in the Land: New World Epidemics in a Global Perspective*. New Mexico: UNM Press

AMADEO, Pablo(org). (2020) **Sopa de Wuhan**. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio)

CEEEX. (2020) **Crise do Covid-19: estratégias de transição para a normalidade**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

FAN, Yi; ZHAO, Kai, SHI, Zheng-Li; ZHOU, Peng. (2019) **Bat Coronaviruses in China**. In: *Viruses*. Mar; 11(3): 210.

GROS, Frédéric. (2012) **Le Principe Sécurité**. Paris: Gallimard.

HARAWAY, Donna. (2016) **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. In: *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 5*.

LASINTEC. (2020) **Segurança e monitoramentos: a democracia securitária na pandemia**. Boletim n.0 do LASInTec sobre os efeitos securitários da atual pandemia. OSASCO: EPPEN-UNIFESP.

MBEMBE, Achille. (2020) **Pandemia democratizou poder de matar**. Entrevista à Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/03/31/>

SANSONETTI, Philippe.(2020) **Covid-19, chronique d’une émergence annoncée**. In: *La vie des Idées, Dossier Les visages de la pandémie*. Paris: Collège de France. 19 mars

STEFFEN, Will; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. (2011) **The Anthropocene: conceptual and historical perspectives**. In: *Phil. Trans. R. Soc. A* p.842-867.

VANEIGEM, Raoul. (2020) **Coronavirus**. Extrait de *L’insurrection de la vie quotidienne*. Caen: Éditions Grevis.

VERNADSKY, Vladimir. **The Biosphere**. (1998) New York: Springer Science+Business Media.

WAIZBORT, Ricardo et PORTO, Filipe.(2018) **Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI: contribuições da biologia evolutiva**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. p.391-407

UM VÍRUS QUE DESVELA AS ENTRANHAS DO CAPITAL

Filipe Proença de Carvalho Moraes

Militante da Organização Anarquista Terra e Liberdade, professor de História da rede pública estadual do Rio de Janeiro e militante sindical no SEPE-RJ. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A saúde pública de um país significa a saúde das suas massas, e as massas dificilmente serão saudáveis, a menos que, até na sua própria base, sejam pelo menos moderadamente prósperas.

(...) A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

(Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1884)

Resumo: O presente artigo visa discutir a crise da pandemia do COVID-19 dentro da lógica da luta de classes e das disputas de projeto político para América Latina e para o mundo. Apropriando-se de perspectivas importantes para o anarquismo, como a ação direta, o apoio mútuo, a revolta popular e a revolução social. Entendendo a luta pela saúde pública como uma bandeira histórica da classe trabalhadora desde a Associação Internacional dos Trabalhadores. Polemizando também com outros artigos sobre o tema, como o recente artigo de Zizek.

Palavras-chave: Levante popular de 2013; Anarquismo hoje; Rojava; EZLN.

Abstract: This article aims to discuss the COVID-19 pandemic crisis within the logic of class struggle and political project disputes for Latin America and the world. Appropriating important perspectives for anarchism, such as direct action, mutual support, popular revolt and social revolution. Understanding the struggle for public health as a historic banner of the working class since the International Workers' Association. Also arguing with other articles on the topic, as the recent article by Zizek.

Keywords: 2013 popular uprising; Anarchism today; Rojava; EZLN.

A crise, o vírus e a revolta

20 de junho de 2013. Uma multidão estimada em um milhão de manifestantes tomou a Av. Presidente Vargas, a principal rua que corta o centro da cidade do Rio de Janeiro. Manifestações sacodem o Brasil de norte a sul, nas principais capitais, em cidades do interior.

A vida parecia ter se politizado. A política estava nas praças, nas ruas, nos debates cotidianos. Não nos representam! Queremos saúde, educação!²⁷ Copa do Mundo não! Bradavam os manifestantes em um contexto de crise de representatividade política. Não estavam sozinhos. Gritos ecoavam da Grécia, da Turquia!

Corte brusco para 2020. Um presidente de extrema-direita, neofascista²⁸, defensor declarado da ditadura-empresarial-militar sobe a rampa do Planalto. Um sentimento de terra arrasada, pessimismo, medo e desilusão toma conta de uma parcela dos progressistas da sociedade brasileira. Uma preocupação internacional com o futuro do Brasil transparece na mídia internacional.

Boa parte da esquerda institucional, em especial a que gerenciava o Estado burguês em 2013, se apressa em estigmatizar as manifestações de junho como “culpadas pela ascensão da extrema-direita”. A extrema-direita parece estar em ascensão internacional: França, Estados Unidos. Alemanha, Inglaterra, Venezuela, nas urnas e nas ruas.

Contudo, ainda em 2020, desafiando a narrativa da “terra arrasada”, novas revoltas populares sacodem a América Latina (Equador, Chile) e no Haiti. Colocaram em xeque o sistema político econômico vigente capitalista em sua forma mais profunda atual: o neoliberalismo.

Deste modo, justamente no Chile, país no qual o neoliberalismo atingiu seu modelo mais profundo privatista e liberal a revolta tem seu caráter mais duradouro e radical. No Brasil, a mesma esquerda institucional que estigmatizou e criminalizou 2013 defende de forma oportunista a revolta popular no Chile.

Entretanto, em meio a esse cenário, um vírus corta a conjuntura. A pandemia do Covid-19 expõe ainda mais as contradições das entranhas do capital e da sua faceta neoliberal. A classe dominante se apressa em afirmar que estamos todos no mesmo barco.

²⁷ Embora o levante de junho tenha tido múltiplas bandeiras, a defesa da saúde pública e da educação pública (bandeiras históricas da classe trabalhadora) foram uma constante nesse processo. Até mesmo nos mais exaltados manifestantes “verdeamarelistas”.

²⁸ Mais adiante discutiremos sobre esse conceito polêmico.

Porém, as consequências da pandemia já são (como na experiência da Itália, Espanha e Equador, por exemplo) e serão ainda mais violentas para a classe trabalhadora.

Deste modo, essa pandemia não é um “raio que cai do céu”, tampouco é algo que pode ser isolado da realidade política econômica e social, pelo contrário. Ela como todo fenômeno social pode ser mais bem compreendido dentro do contexto da luta de classes. Da disputa de projeto político para América Latina e para o mundo: um vírus que corta uma luta entre a classe trabalhadora e o capital, entre a luta por direitos (saúde, mais claramente nesse caso) e o neoliberalismo.

Sendo assim, nossa tarefa no presente texto é a de tentar desatar alguns nós conjunturais em todo esse complexo contexto. Situar elementos aparentemente desconexos como um vírus, a crise do capital e as revoltas populares latino-americanas.

Nesse sentido, o caso do modelo econômico chileno merece um destaque especial por ter sido o laboratório latino-americano do neoliberalismo, possuindo estreitas relações com o projeto neofascista neoliberal em curso no Brasil.

Acontece que no Chile a ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990) massacrou as organizações²⁹ dos trabalhadores abrindo caminho para destruir todo o sistema de assistência social e de serviços públicos. Aplicando em máximo grau o modelo neoliberal de privatização da vida: saúde, educação, previdência social: tudo completamente privatizado, controlado pelos capitalistas.

Já no caso brasileiro atual, o projeto neofascista liberal tem o modelo chileno como referencia econômica. O ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes³⁰, tenta implementar um modelo similar. Todavia, a dificuldade para os gerentes do Estado reside justamente no desafio de tentar implementar esse projeto em um contexto de “democracia liberal”³¹, onde algum nível de organização sindical, estudantil e popular ainda é tolerado³².

²⁹ Neste sentido, um modelo autoritário de ditadura foi cenário ideal para que o neoliberalismo chegasse ao seu auge na América Latina: o caso chileno.

³⁰ Paulo Guedes viveu nos anos 80 no Chile, aderindo à chamada Escola de Chicago. Tendo como um dos principais expoentes o economista Milton Friedman esse grupo foi o cérebro da política econômica da ditadura chilena.

³¹ Entre aspas, pois apesar de tentar legitimar-se tentando manter alguma margem de liberdade de organização popular, a democracia representativa liberal” é na prática uma das muitas formas do poder dos ricos, do capital, uma das formas da “plutocracia” (Moraes, 2018).

³² Até mesmo para manter as aparências democráticas desse tipo de regime. Contudo, apesar das ilusões, o fato de existir uma margem de manobra para as organizações de trabalhadores, dificulta a implementação “a toque de caixa” para as reformas neoliberais. Desta maneira, a necessidade constante do governo de tentar deslegitimar, desacreditar e asfixiar economicamente os sindicatos e demais movimentos sociais. Mais adiante falaremos sobre as táticas neofascistas de gerência das ditas “democracias liberais”.

Dito isso, nessa conjuntura do capital nacional e internacional, voltemos à pandemia. Como a maioria das tragédias nos marcos do capitalismo, essa é também uma tragédia de classe. Tendo maioria das mortes³³ um recorte claro de classe, raça e gênero. Sendo as consequências políticas, econômicas e sociais de todo esse processo sentidas de forma mais agressiva pelos de baixo.

Deste modo, todo esse processo desvela para os trabalhadores a necessidade de defesa da saúde pública, bem como a sua relação com as condições objetivas de vida dos trabalhadores: moradia, saneamento básico, condições materiais mínimas (tudo aquilo que se tem debatido hoje).

Sendo assim, as trincheiras parecem abertas e definidas. De um lado defesa da saúde pública³⁴, uma bandeira histórica da classe trabalhadora e de socialistas desde a Associação Internacional dos Trabalhadores (bandeira presente inclusive em junho de 2013). Do outro o capital, com lógica neoliberal e privatista à serviço dos planos de saúde privados e da indústria farmacêutica.

Deste modo, como a maioria das crises, dialeticamente, nem tudo são aspectos negativos dessa experiência pandêmica. Por outro lado, as contradições expostas trazem a tona importantes debates. Volta-se a falar, até mesmo na mídia burguesa, da necessidade de um sistema de saúde pública universal e unificado. Da necessidade de uma renda mínima para desempregados, autônomos e informais. Do questionamento da lógica do lucro dos planos privados e da indústria farmacêutica. Da necessidade de se expropriar o sistema de saúde privado e de sua coletivização.

Volta-se a falar de cooperação, coletividade. Percebe-se, intrínseco no medo da “catástrofe econômica do confinamento” como é o trabalhador que na verdade movimenta a economia. Até liberais defendem políticas, as quais antes, na “normalidade” taxavam de socialistas. O socialismo volta aos debates. Intelectuais de esquerda como Zizek, falam do quanto esse vírus pode ser “um duro golpe no coração do capitalismo”.

Rompendo “consensos”: de volta ao socialismo revolucionário

³³ https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/negros-enfrentam-indices-alarmantes-de-contaminacao-pelo-coronavirus-nos-eua.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa
Acesso em 26/04/2020.

³⁴ Bandeira presente no levante popular do Chile e também no tão criminalizado, até por parcela da esquerda, levante popular de 2013 no Brasil.

Desde 1989³⁵, com a queda do Muro de Berlin e o fim das experiências do dito “socialismo real³⁶” um oportuno consenso varreu a maioria dos partidos, organizações e movimentos sociais da direita até a esquerda. A crença de que uma revolução social não seria mais possível.

A tese central, forjada por intelectuais como Fukuyama é de que a era das revoluções havia terminando, que o capitalismo havia chegado para ficar e que a “democracia liberal” seria um valor universal. Deste modo, a “História havia chegado ao fim” (Fukuyama, 1993).

Sendo assim, nos parece coerente que intelectuais burgueses³⁷ como Fukuyama tenham embarcado nesse tipo de entendimento histórico. Compreensível, como comprometidos com a classe dominante, em um contexto de pessimismo revolucionário, tentavam transformar suas projeções políticas em prognóstico irrefutável. Desejos forjados em teoria. Uma espécie de teleologia dos vitoriosos.

Entretanto, o que mais impressiona é o quanto essa construção ideológica da classe dominante, conseguiu ampla adesão não somente da intelectualidade direitista, mas da maioria das organizações políticas e partidos de esquerda. Que com relativa facilidade se acomodaram à perspectiva da “democracia liberal” como valor universal, a crença na institucionalidade burguesa, ao legalismo e ao reformismo.

A tese central para essa esquerda é que uma revolução social realmente não seria mais possível, que não haverá um novo ciclo revolucionário, cabendo aos trabalhadores lutar para aperfeiçoar a ordem capitalista e a “democracia liberal” de forma mais “inclusiva” em um “capitalismo mais humano”.

Deste modo, acomodados ao capitalismo e a falácia da “democracia liberal”, capitulando de qualquer perspectiva revolucionária, conciliando com a tese proposta pela classe dominante (nessa ótica), não sobraram muitas perceptivas para que os trabalhadores pensassem na construção de uma nova ordem social, outro mundo possível.

Nessa visão, para o proletariado, sobrou apenas o reformismo e o legalismo, a crença na institucionalidade como meio de se atingir por meio da disputa de cargos no parlamento

³⁵ Claro que anteriormente em diversos momentos da História da classe trabalhadora a perspectiva legalista e reformista esteve em ascenso, contudo, depois de 1989 ela se torna próxima de um consenso.

³⁶ Termo utilizado para designar a experiência concreta dos regimes “socialistas de estado” e não das teorias formuladas por Marx e Engels. Não defenderemos esse termo, tampouco acreditamos que esse seja o único socialismo possível na prática.

³⁷ Francis Fukuyama foi um dos ideólogos dos governos neoliberais de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, possuindo profundas relações com o primeiro.

e no poder executivo algumas migalhas para amortecer a exploração dos trabalhadores na ordem capitalista.

Nessa ótica reformista, a perspectiva fundamental da teoria anarquista, a de construir uma nova ordem social por meio da via revolucionária, pela base, não tinha espaço: “uma autêntica revolução, impulsionada de baixo para cima, capaz de produzir espontaneamente órgãos de democracia direta” (Guérin, 2003: 111) seria algo não só inimaginável, mas indesejável.

Sendo assim, depois da ampla capitulação da maioria da esquerda, os anarquistas ficaram por algum tempo isolados nessa posição e defesa da via revolucionária, salvo por alguns grupos maoístas e trotskistas mais radicais.³⁸

Nesse sentido, o estrago foi tão grande, que até hoje falar de revolução social virou algo “fora de moda”, coisa de gente “parada no tempo” ou algo de certo modo descolado da realidade objetiva ou dos horizontes possíveis. Já o termo socialismo, tornou-se no máximo alguma perspectiva mais entusiasta para designar algum partido pequeno burguês ávido por na verdade gerenciar o capitalismo em um “sentido mais humano”. Cativando quiça algum eleitorado mais progressista.³⁹

Caro leitor, é muito difícil combater ideologicamente um consenso social. Quando uma “verdade” varre um amplo espectro do campo político. Porém, felizmente a luta de classe e as revoluções não se extinguem por decreto. Mesmo depois de 1989 diversas vezes se insurgem contra a ordem capitalista e a falácia da “democracia liberal”.

Desvelando que esta última não é uma democracia de fato, mas na verdade uma das muitas formas de poder do capital, da “plutocracia⁴⁰” (Moraes, 2018). Mostrando ainda que é possível uma ruptura com o capitalismo e um “retorno ao socialismo revolucionário”. Contudo, sob outras perspectivas que não a do “socialismo de estado”, das teorias de vanguarda e do centralismo, mas as do poder popular amplo, construído pela base, pela via da democracia direta.

Apenas cinco anos após a queda do Muro, em 1994, rostos mascarados se insurgem das colinas de Chiapas no México contra a ordem capitalista. São os indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional que aparecem no cenário internacional defendendo formas

³⁸ Contudo, ainda que defendessem a revolução e a necessidade do poder dos conselhos, tipo comuna ou soviets (ao menos no início do processo revolucionário) esse grupos defendiam posteriormente uma centralização estatista por meio da “ditadura do proletariado”.

³⁹ No máximo uma perspectiva socialdemocrata, mas nunca uma defesa da ruptura com a ordem capitalista.

⁴⁰ Do grego *ploutos*: riqueza; *kratos*: poder.

de democracia direta, justiça social e por outros mundos possíveis. Falam abertamente de revolução, da necessidade de arrebentar a ordem burguesa, o Estado, o presidencialismo.

Neste sentido, esta revolução não se concluirá numa nova classe, fração de classe ou grupo no poder, e sim num espaço livre e democrático de luta política. Este espaço livre e democrático nascerá sobre o cadáver fétido do sistema de partido de Estado e do presidencialismo. Nascerá uma nova relação política⁴¹ (EZLN, 1994).

Do mesmo México, em 2006 emerge a Comuna de Oaxaca, uma das experiências mais radicais de poder popular do século XXI. Tendo como estopim a repressão a greve de professores da rede estadual, os quais lutavam contra a privatização da educação. O movimento se generaliza na classe trabalhadora e se desdobra em luta de rua, barricadas, tomada de estações de tevê, radio e órgão públicos pela Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO).

Deste modo, seus participantes defendem novas formas de organização social. Para além do reformismo, querem mudanças radicais, profundas, estruturais, como afirma German Mendonza Nube⁴²:

Se o povo não toma formas de organização que o fortaleçam, está perdido. Por isso dizemos que acudimos como APPO porque surgimos como instrumento de poder real, do povo para o povo. A APPO é uma nova força social que vai ajudar em uma mudança profunda (Nube, 2006).

Hoje, enquanto escrevo esse texto, ainda que a esquerda reformista ignore quase que completamente, uma revolução social ainda resiste em Rojava, no Curdistão Sírio. Uma experiência radical, armada, no coração do Oriente Médio, com ampla participação de mulheres não ocidentais. Defendendo um modelo de revolução social que leva em conta a dimensão da opressão étnica e com a defesa de um amplo protagonismo feminino.

O PYD não se apresenta somente como um grupo anti-Assad ou independentista, mas como um grupo que está buscando promover uma Revolução Socialista Libertária na região de Rojava. O modelo que o PYD defende de organização social-política-econômica é inovador, pois rejeita o papel do Estado-nação e da democracia representativa, privilegiando o poder local e a democracia radical (Morais, 2017).

Deste modo, para a esquerda liberal invisibilizar essa revolução fez-se necessário para ocultar as contradições daqueles que capitularam ao reformismo, que silenciam Rojava,

⁴¹ EZLN. Segunda Declaração de Selva Lancandona. Chiapas, junho de 1994.

⁴² German Mendonza Nube foi o primeiro preso político de dia 14 de julho quando estourou a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca. In. História da Comuna de Oaxaca.

mas fazem alvoroço com a vitória eleitoral de qualquer partido reformista de esquerda que consiga algum cargo executivo para gerenciar o capitalismo, como o Syriza grego⁴³. Compreensível, a esquerda liberal pequeno burguesa precisa defender seu próprio espelho, sua imagem e semelhança,

Contudo, como nos apontam as experiências revolucionárias pontuadas, é preciso inverter a lógica e as perguntas que são feitas por essa esquerda institucional. Assim como é preciso virar novamente o mundo de ponta à cabeça! “Será possível uma revolução social atualmente na ordem capitalista?” A História já nos mostrou que sim. Então devemos demonstrar o quanto à esquerda liberal, institucional e reformista é que serve como freio para a construção de um processo revolucionário.

Sendo assim é o consenso legalista e reformista que se torna entrave para a revolução social, tendo toda essa acomodação dessa esquerda a gerencia do capital e a “democracia representativa” servido como amortecedor na luta de classes. “Não há o que fazer, elejam nossos candidatos!”, dizem. Invertamos a afirmação: a lógica de adesão à “democracia burguesa parlamentar” é que contribui para deseducar a classe trabalhadora, tentando forjar um proletariado reformista. Tentando manter a classe refém das eleições burguesas e do *status quo*.

Deste modo, produz-se uma esquerda mais inofensiva, iludida com pequenos ganhos dentro do parlamento, criando ilusões na classe trabalhadora. Em longo prazo, essa esquerda consentida pela classe dominante se torna um elemento importante para manutenção do sistema. Alimentando um verniz democrático em uma ordem moldada para “moer carne” de gente pobre, negra, trabalhadora, indígena.

Sendo assim, indígenas da EZLN, comunardos de Oaxaca ou mulheres curdas nos apontam caminhos em comum. Uma revolução social não é somente possível, como desejável. “A queda do Muro de Berlin” do ponto de vista histórico é “logo ali”. Não temos distanciamento histórico suficiente para decretar o fim das revoluções e das perspectivas revolucionárias, pelo contrario, temos inúmeros exemplos de que revoluções sociais são possíveis e fazem parte da lógica do desenvolvimento da luta de classes.

Se hoje ninguém (ou quase ninguém) acredita na teleologia dos Partidos Comunistas do século XX: a crença de que o mundo marcha inexoravelmente para o comunismo, tampouco a humanidade marcha inexoravelmente rumo à barbárie. Em meio à distopia

⁴³<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/05/syriza-e-um-exemplo-para-a-esquerda-mundial-diz-luciana-genro/>. Acesso em 26/04/2020.

capitalista a utopia é possível. Todos os sistemas políticos ruíram. As trincheiras continuam abertas. Um “novo tempo” não é só possível como necessário.

O problema da pós-modernidade

Essa via fortaleceu a perspectiva liberal, pautou as questões a partir do indivíduo, do mérito, da conquista individual, e estimulou e valorizou figuras de poder e riqueza como príncipes e executivos negros, número de mulheres que são gerentes de empresa e donas de ações, etc. Sem uma perspectiva anticapitalista, integrada às questões de classe a totalidade de um sistema, levou o importante questionamento do sistema de privilégios e protagonismos nos meios de esquerda e na sociedade à uma via, exclusivamente, de integração ao sistema do capital. É preciso ressaltar! Questionar isso, de modo algum, implica em não apoiar as ações afirmativas, políticas específicas para lgbts, mulheres e outros grupos oprimidos. Mudar a cor de uma universidade, o número de médicos, é importante sim! Agora isso não pode aparecer numa perspectiva capitalista e liberal. Não, as ações afirmativas, ainda que necessárias hoje - justamente porque existe capitalismo e racismo -, não vão tornar brancos iguais a negros. As oportunidades não serão iguais e, entre os ricos e pobres, a "representatividade" nunca será igual. A presença cada vez maior de atrizes e atores negros na televisão, por exemplo, é um aspecto positivo sim na questão da valorização da diversidade, da auto-estima, da valorização de si, no ponto de vista de quem sofre racismo na pele, mas é muito pouco e pode ser muito suja quando guiadas por empresários que buscam apenas mercados de consumo com a estética negra (OATL, 2018).

Com a capitulação de boa parte da esquerda em relação à perspectiva revolucionária, do consenso da “democracia liberal” como valor universal, como dito, sobrou uma margem pequena de manobra para essa esquerda. Deste modo, na ausência de um projeto social de transformação profunda, encontraram no que alguns chamariam de “teorias pós modernas”⁴⁴ uma oportunidade de utilizar um verniz pretensamente radical em velhas ideias liberais, individualistas e que negam perspectivas mais coletivas.

Contudo, precisamos pontuar o que entendemos por “pós-modernismo”. Na prática, o “pós-modernismo” não é exatamente uma linha política. Essa nomenclatura, de fato, não é assumida abertamente por nenhuma organização ou movimento social dentro da esquerda ou direita. Por outro lado, também são raros os grupos que aderem completamente à uma agenda pós-moderna *stricto sensu*. Então o que é pós-modernismo?

O pós-modernismo é uma tendência intelectual que tem crescido e influenciado boa parte dos debates atuais no tocante à questão das opressões e outros temas. Uma tendência de negação da História, das perspectivas “modernas” revolucionárias, dos valores de liberdade, igualdade dentro de uma perspectiva de transformação coletiva geral. Da ênfase na fragmentação e nas múltiplas identidades.

⁴⁴ Stuart Hall, Bauman, Baudrillard, Lyotard.

Consideram qualquer perspectiva de luta coletiva como “universalizante” e eurocêntrica, substituindo o projeto de sociedade pela fragmentação das lutas e pela assimilação das “minorias” ao mercado. No tocante à esquerda, apostam em um “casamento perfeito”: a junção das perspectivas identitaristas com o legalismo e o reformismo da esquerda liberal.

Deste modo, mais adequado do que o termo “esquerda pós-moderna”, dando ênfase a algo aparentemente novo, na prática seria mais correto chamá-los por um nome mais preciso: esquerda liberal. No fim, apesar de trilhar caminhos teóricos mais complexos (e trazer debates importantes e relevantes!) capitulam à perspectivas liberais, individualistas e “ongueiras”.

Uma das táticas dessa esquerda liberal é a de tentar criar o “monopólio da virtude”, onde somente eles seriam os representantes legítimos dos grupos sociais oprimidos: mulheres, negros, indígenas e LGBTQIs, tentando construir um consenso artificial sobre essas discussões. Contudo, mais uma vez, dentro da lógica da esquerda liberal, o único caminho que resta para esse grupos oprimidos é a luta para inserir-se no mercado e por buscar um patamar mais elevado na ordem social burguesa por meio do enriquecimento individual.

No fim, promovem a conciliação de classes dos oprimidos com a classe dominante. Restando para os oprimidos uma luta difusa em grupos fragmentados, focados em conquistas legais sem nenhuma perspectiva coletiva socialmente. Seu vocabulário e bandeiras, embora alguns não saibam, são frutos de organizações como a ONU⁴⁵ que defendem como política o “empoderamento⁴⁶” das “minorias”.

Porém, por outro lado, a esquerda revolucionária, ao tentar contrapor-se a essa esquerda liberal, não pode cair na armadilha estalinista de afirmar que as lutas contra a opressão em si “dividem a classe trabalhadora”, pois o que divide a classe de fato é o racismo, o machismo, a lgbtfobia. Colocando trabalhadores contra trabalhadores. Sendo assim, lutar contra as opressões é pré-requisito para tentar construir a unidade da classe!

⁴⁵ Em <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>, a política de empoderamento da ONU e sua parceria com grandes corporações como a Coca-Cola.

⁴⁶ Empoderamento entendido em sua dimensão individual, de poder, de inserção na ordem social estabelecida. Sobre esse debate, achamos o termo emancipação mais adequado por apontar para a necessidade de libertação coletiva e também por apontar para a opressão como uma relação. Não se trata de ter poder somente, mas de libertar-se de uma relação de opressão e de poder. Trata-se de abolir o patriarcado, a homofobia, a heteronormatividade e não de “empoderar” no sentido burguês e mercadológico as “minorias”.

Deste modo, o problema não são as lutas contra a opressão e nem as “lutas identitárias⁴⁷”, mas o identitarismo que coloca os trabalhadores negros, mulheres, LGBTs a reboque da conciliação com a burguesia, abolem qualquer perspectiva de luta coletiva e de projeto social de transformação estrutural.

Em suma, apesar dos belos discursos, os esquerdistas liberais no geral defendem apenas a aceitação de uma pequena “elite de representatividade” na classe dominante, consentida pelo próprio mercado, mantendo a hierarquia e a estrutura racista, patriarcal, heteronormativa e lgtbfóbica do corpo social.

Nesse âmbito, ao contrário, se faz necessário defender uma perspectiva de luta coletiva desses setores oprimidos, contudo, com um claro corte classista, no entanto levando em conta a necessidade de protagonismo dos sujeitos oprimidos. Defendendo uma perspectiva de aliança desses setores com um projeto social, não somente no sentido do “empoderamento” (sentido individual), mas no sentido de emancipação, ou seja, em um sentido relacional (emancipação em relação ao grupo opressor e ao sistema de dominação) e em um processo radical e coletivo (como no caso dos Panteras Negras ou das mulheres curdas.) de libertação geral e estrutural.

Consoante com essa perspectiva, que tenta conjugar uma perspectiva revolucionária com a luta contra as opressões, podemos ler no jornal *Terra e Liberdade* n.1, de 2012:

Dessa forma, uma revolução que pense apenas na emancipação da classe trabalhadora, possivelmente continuará reproduzindo a discriminação contra as demais minorias, em suma, será uma revolução que emancipará somente o trabalhador que seja homem, branco, heterossexual, intelectualmente são e hábil fisicamente. Por isso, pensar numa revolução que construa um mundo realmente igualitário é pensar também na luta contra as opressões às minorias, contra as outras hegemonias que atravessam nossa sociedade. Queremos construir um novo mundo onde caibam tantos outros mundos. Para tanto, precisamos lutar para que operárias, camponeses, quilombolas, indígenas, camelôs, travestis, pessoas com deficiência física, idosos, ciganas, presidiários, intersexuais, loucos, prostitutas, homossexuais e tantos mais sejam igualmente livres. Pois, como disse Bakunin, “liberdade sem socialismo é privilégio, socialismo sem liberdade é escravidão” (OATL, 2012).

Para ilustrar na prática o problema dessa tendência liberal, voltemos ao caso mais diretamente atual: a pandemia de coronavírus; Um aspecto relevante e ligado a essa perspectiva liberal tem aparecido no discurso de valorosos companheiros do campo autônomo. Por um lado, positivamente, a necessidade de quarentena se tornou um consenso dentro do campo progressista, na contramão da ideia bolsonarista de “quarentena vertical”

⁴⁷ Pelo contrário, identidades são importantes e fundamentais no processo de libertação coletivo.

para não “atrapalhar a economia”. Contudo, uma ideia equivocada, advinda dessa perspectiva liberal e dos identitarismo tem sido evocada nesse debate.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, alguns companheiros e companheiras tem honestamente evocado “o privilégio da quarentena” para denunciar a dificuldade das favelas e periferias de fazê-la. Partem de uma premissa bem intencionada e verdadeira: de fato, no Rio de Janeiro, em especial nas áreas mais proletarizadas, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras são informais e autônomos. Deste modo, conseqüentemente, apenas uma parcela menor da classe trabalhadora poderá mais facilmente exercer a quarentena sem cortes de renda. Contudo, nesse debate o conceito de privilégio tem sido usado de uma maneira equivocada. O que é sintomático.

Deste modo, se faz necessário conceituar o termo. Privilégio não se trata apenas de uma questão numérica ou quantitativa.⁴⁸ Se trata de um benefício que é exercido em cima de outrem, em detrimento de outrem. Com uma classe ou grupo de indivíduos usurpando algo de outros, beneficiando-se em cima de outros ou outras. Como por exemplo, os privilégios feudais que eram exercidos pelos senhores sobre os camponeses na Europa medieval, ou o privilégio escravocrata brasileiro, dos fazendeiros sobre os escravizados. Em uma perspectiva igualitária, socialista, ou ao menos progressista, privilégios sempre devem ser abolidos.

Já no caso da quarentena, ela claramente não se enquadra nesse caso, pois se trata não de um privilégio, mas de um direito básico. Contudo, um direito que no caso do Rio de Janeiro é negado para maioria da população. Não negado pela minoria de trabalhadores que poderão exercê-lo e proteger suas vidas, mas pelos verdadeiros privilegiados: os políticos que gerenciam o Estado à serviço do capital e da classe dominante.

Diferenciar isso é importante, para mirar nos inimigos corretos, não “dividir a classe”⁴⁹ e em último não grau fazer coro com o discurso de extrema-direita mais tacanho: o que isenta banqueiros, empresários e latifundiários, mas ataca servidores públicos e trabalhadores de um setor um pouco mais bem remunerado como privilegiados e culpados pela miséria do povo (como no debate da reforma da previdência, por exemplo).

Deste modo, no caso da quarentena, ainda que seja verdade que a classe dominante burguesa (os verdadeiros privilegiados) poderá exercê-la, trabalhadores formais e

⁴⁸ Se mais de 50% de uma população puderem exercer um “privilégio” ele automaticamente se torna um direito? Se menos de 50% exercê-lo isso caracteriza um “privilégio”?

⁴⁹ Claro que existem diversas frações na classe. Inclusive o protagonismo dos setores mais proletarizados sempre foi uma defesa anarquista, como no conceito de Bakunin de “fina flor do proletariado”. Contudo, contra os patrões e o Estado e não contra trabalhadores.

servidores, alguns bem precarizados, também poderão. O desafio não se trata de abolir a quarentena, “abrir mão de privilégios”, mas sim da luta por estender direitos para toda a classe trabalhadora. Deste modo, a perspectiva da greve geral⁵⁰ em defesa da vida dos trabalhadores e da luta para pressionar o Estado para garantir meios de subsistência das famílias trabalhadoras se faz fundamental.

Sendo assim, o debate central deve ser o de construir meios de auto-organização e autodefesa em meio a pandemia. Em especial da classe trabalhadora das favelas e periferias para contenção de danos nesse momento de crise. O momento é de denunciar em uma mão as condições de vida dos trabalhadores, em especial desses mais precarizados e em outra construir meios objetivos de defesa e de sobrevivência.

Voltando ao debate da esquerda liberal “pós-moderna” propriamente dito, esse referido “monopólio da virtude” dessa esquerda que tenta tachar iniciativas não eleitorais e revolucionárias de opressoras, tem recebido duros golpes da realidade objetiva.

Se os reformistas liberais nos dizem que não há perspectiva fora do reformismo para os indígenas, novamente recorreremos à Chiapas. Indígenas zapatistas de armas em punho nos recordam que há muito mais que se lutar que o reformismo liberal.

Se os reformistas liberais afirmam que é preciso lutar por mulheres “empoderadas” e ricas, as mulheres curdas, no bojo de uma revolução não ocidental, de um grupo étnico historicamente oprimido, nos apontam que temos muito mais para conquistar do que simplesmente o identitarismo legalista e reformista.

Em suma, a esquerda liberal “pós-moderna” poderá até trazer pequenas conquistas pontuais ou individuais, mas a longo prazo, nunca trará de fato a libertação coletiva e o fim das estruturas de opressão. Não trarão a emancipação para os trabalhadores e trabalhadoras e nem mesmo para os grupos oprimidos que dizem representar.

Nessa lógica, para a luta contra as opressões, no projeto da esquerda liberal, apenas a incorporação de uma pequena “elite de oprimidos” na classe dominante. Sendo assim, por outro lado, no espírito de Rojava e Zapata é preciso voltar à consígnia da Internacional: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Adicionando ainda, dentro de uma perspectiva revolucionária para as lutas contra as opressões que a “emancipação dos oprimidos será obra dos próprios oprimidos”.

⁵⁰ Como na iniciativa da greve dos trabalhadores extremamente precarizados dos *call center*. <https://www.publico.pt/2020/03/15/economia/noticia/coronavirus-trabalhadores-call-centers-avancam-greve-1907889>

Crise de representatividade: o neofascismo e a capitulação da esquerda institucional

O ascenso do fascismo e da extrema-direita não são fenômenos descolados da conjuntura histórica. Tampouco estão alheios a luta de classes. Seu ascenso enquanto alternativa viável se dá geralmente no contexto das crises do capitalismo (crise econômica) a qual está diretamente ligada a crise política: crise de representatividade e descrença na democracia burguesa, como percebemos na conjuntura internacional. O fascismo se oferece para socorrer a classe dominante, a burguesia, quando a máquina da democracia burguesa já não consegue cumprir seus interesses de forma satisfatória. A mesma classe, que antes se colocava como defensora da democracia liberal, para prevalecer seus interesses adere ao fascismo ou ao ideário de extrema-direita. Deste modo, a luta antifascista, deve apontar também para uma luta anticapitalista, afinal a classe dominante quase sempre recorrerá a “salvação fascista” novamente quando for de seu interesse. O fascismo faz parte da lógica capitalista, ele não é um “ponto fora da curva” da “democracia burguesa” (OATL, 2019).

Nesse sentido que entendemos a ascensão da extrema direita no Brasil. Não como um “raio que cai do céu” ou um fenômeno descolado da conjuntura internacional, mas dentro do bojo da ascensão da extrema-direita e do fascismo no contexto do acirramento da luta de classes. O fascismo como um “salvador” da ordem burguesa em um contexto pós-crise capitalista de 2008. No contexto da consequente crise de representatividade e da crise da “democracia liberal”.

Deste modo, desde 2010 ao menos, agudizando-se em outros pontos do globo em 2012 e 2013, a ordem do dia é o questionamento da autoridade vigente. Primeiramente percebemos levantes no norte da África e na Ásia, na chamada “Primavera Árabe”, em luta contra regimes que se perpetuavam por décadas. Já em 2012 e 2013, o surgimento de levantes na Turquia, Grécia, passando pela Espanha (Indignados), Estados Unidos (Occupy Wall Street) e Brasil.

Destes últimos, salvo as diferenças locais, seus desdobramentos e a singularidade de cada localidade, podemos notar como ponto de contato a descrença na “democracia liberal”, na institucionalidade e a busca por novas formas de organização mais horizontais e diretas.

Nesse contexto de crise de representatividade, a ordem do dia era o questionamento da “democracia representativa”, a busca por “novas” perspectivas que rompessem com a “velha política”⁵¹. Nesse cenário, uma retórica se fez comum pós-2013, a qual vai do PSOL ao PSL, passando pelos novos partidos formados como o *Podemos* na Espanha: a tentativa de diferenciar-se do que chamam de “partidos tradicionais”, da “velha política”.

⁵¹ Embora esse termo não seja tão preciso, o utilizamos por ser uma constante na retórica de nosso tempo.

Compreensível, em um contexto de crise de representatividade é preciso se camuflar: ser político tentando parecer não ser⁵². Até mesmo partidos tradicionais como o PMDB mudam de nome, por exemplo, retirando o termo partido da sigla.

Deste modo, o terreno também se fazia propício para perspectivas que tivessem um discurso radical, de superação da ordem, de “arrebentar o sistema”, um discurso que sempre foi operado muito bem pela esquerda. Contudo, boa parte da esquerda fez o movimento contrário e sabemos que em política não existe vácuo de poder.

A esquerda institucional, internacionalmente, e em especial a esquerda institucional que gerenciava o Estado burguês no Brasil aprofundou cada vez mais seu processo de acomodação à democracia burguesa e a chamada “governabilidade”. Aprofundando os pactos com tudo que havia de pior na “velha política” e com o grande capital. Defesa da Copa do Mundo, Olimpíadas, alianças com PMDB, *Odebrecht*, perseguição aos movimentos sociais: *Aldeia Maracanã*, *Caso dos 23*⁵³, assinatura da lei-antiterrorismo. Ocupação da Favela da Maré. A esquerda institucional, em um contexto de crise, guinou cada vez mais à direita.

Por outro lado, a extrema-direita liderada por Bolsonaro, conseguiu operacionalizar bem o discurso no sentido contrário, muito mais adequado às demandas de nosso tempo, devemos admitir: “é preciso enfrentar o sistema”, “é preciso acabar com a velha política”. Conseguiram se apropriar, ainda que falaciosamente, do discurso anti-sistema e identificar o PT com a esquerda e a esquerda com o sistema.

Entretanto, a extrema-direita, assumindo a gerência do estado, na prática, aplicou um plano nada anti-sistêmico: por um lado um projeto econômico ultraliberal e de outro uma política reacionária com características neofascistas. Contudo, um fascismo que gerencia uma “democracia representativa”.

Desta forma, um elemento importante: perceba que não necessariamente, nos dias atuais, a extrema-direita e o fascismo se manifestam por meio de um golpe de estado no sentido clássico. Obviamente, figuras como Bolsonaro não teriam dilema moral algum em fazê-lo, contudo, nem sempre a correlação de forças se mostra favorável para tal.

Em vista disso, uma tática comum da extrema direita é a de infiltrar-se para gerenciar “democracias liberais” e por dentro do próprio sistema, criar medidas “fascistizantes”,

⁵² Como Bolsonaro depois de vinte anos como deputado apresentando-se como “não político”.

⁵³ Os 23 manifestantes presos às vésperas da final da Copa do Mundo. A política de criminalização dos manifestantes de 2013 por “associação criminosa” foi decidida por Dilma em reunião com os secretários de segurança dos estados. Deste modo, os 23 no RJ, Fabio Hideki em São Paulo e os manifestantes de Goiânia foram enquadrados no mesmo artigo.

“militarizantes”. Tentando “por dentro do sistema” criar constantes “excepcionalidades”: leis contra imigrantes, cassação de direitos de mulheres e lgbs, asfixia econômica de sindicatos, etc.

Nesse sentido, sobre a discussão do conceito de neofascismo segundo o historiador português Manuel Loff seria “ingenuidade julgar que o fascismo só aparece se for parecido aos anos 1920”. (Loff, 2020). Deste modo, a extrema-direita brasileira que hoje gerencia o estado é uma forma latino-americana atual do fascismo, manifesta-se com suas peculiaridades locais, adequado ao seu tempo e muito bem “armado”.

Trata-se de uma aliança conservadora da classe dominante burguesa com as igrejas neopentecostais (seu braço de mobilização popular no seio do proletariado) e setores das forças armadas. (exército e polícia/ milícia). Como todo fascismo, pretendem aniquilar toda forma de “oposição”, seja ela de instituições burguesas-liberais (como STF, parlamento) ou proletária (sindicatos, por exemplo) e se “conectar diretamente com o povo”. Utilizam da retórica nacionalista e militarista, possuem milícias armadas de combate (as próprias milícias) e defendem o extermínio da esquerda.

Como todo fascismo, operam o ressentimento das massas para colocar “trabalhador contra trabalhador”, demonizando servidores, esquerdistas, ou presidiários como inimigos. Operando seu apoio popular (advindo em parte desse apoio das igrejas neopentecostais e do abandono do trabalho de base das esquerdas) para aplicar uma política radicalmente elitista.

Contudo, diferente do fascismo dos anos 20, em economia esse fascismo é liberal e não defende o controle total do estado na economia. Acontece que o fascismo de tipo estatista e nacionalista em economia, apesar de ter tido expressões bem relevantes na América Latina, como a Ação Integralista Brasileira, nunca prosperou no continente com tanta força como na Europa.

Por aqui a força do imperialismo estadunidense acabou fortalecendo um tipo de fascismo que fosse anticomunista, militarista (como todo fascismo), porém mais subserviente a entrada de capitais estrangeiros e aos interesses dos EUA. Deste modo, tal qual Pinochet, um neofascismo de tipo ultraliberal sempre foi mais adequado à realidade geopolítica latino-americana.

Por outro lado, apesar de compreender a dimensão neofascista do governo atual, entendo também como problemática a forma como o PT, por exemplo, adere à chantagista narrativa da “terra arrasada” e da “onda conversadora”. Como se, diante da conjuntura atual, fosse tarefa do movimento dos trabalhadores girar suas forças para defender a candidatura de Lula e do PT como “salvadores da pátria contra a barbárie fascista”.

A compreensão da dimensão neofascista do governo Bolsonaro serve para concretamente caracterizar, denunciar e pensar estratégias de luta antifascista para o momento atual e não para fomentar a narrativa dos “tempos áureos” do “paraíso perdido petista”. Não nos esqueçamos: o PT e a esquerda institucional foram o problema. Sua política de 13 anos de conciliação de classe nos explica porque chegamos aqui. Deste modo, de modo algum podem se apresentar como a solução.

Quando Luis Inácio Lula da Silva ataca as manifestações de 2013⁵⁴ e as relaciona com a ascensão da extrema-direita, ele tenta uma manobra para tentar legitimar o governo de Dilma e ocultar a política de conciliação de classes petista, a qual em um contexto de crise de representatividade abriu caminhos para o fascismo. Visa assim criar “um bode expiatório” para não ter que defrontar-se com as críticas corretas e à esquerda a política petista, bem como eximir o PT de responsabilidades nesse processo de ascensão da extrema-direita.

Pelo contrário, o levante popular de 2013 apontou o caminho correto: foi um processo altamente vinculado com o espírito de sua época, de horizontalidade, questionamento da institucionalidade e de enfrentamento do sistema, com a formação de acampamentos, ocupas, greves em todo país. O problema foi o quanto a esquerda institucional capitulou, como sempre, a esse contexto.

Se em 2013 é verdade que em determinado momento a extrema-direita tentou controlar o movimento, no saldo final não conseguiu. Ainda que determinadas manifestações tivessem um setor colorido de verde amarelo e levantando pautas vagas como “contra a corrupção”, ainda assim, as bandeiras principais se mantiveram as tradicionais bandeiras de esquerda (investimento público em saúde e educação), menos dinheiro pra empreiteiras, FIFA e Olimpíadas, etc.

Deste modo, entendemos também que esse “espírito de junho” transcende a esse período. Junho e seu questionamento a representatividade, no caso do RJ, aprofundou seu caráter classista em outubro com a greve da educação pública do SEPE-RJ⁵⁵. Uma greve que ocorreu dirigida pela base do sindicato, um movimento que ocorre apesar da direção do sindicato. Greve essa empurrada para radicalização pela base organizada.

⁵⁴ <https://www.conversaafiada.com.br/politica/lula-2013-teve-a-mao-dos-eua>. Acesso em 26/04/2020.

⁵⁵ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro.

Depois em fevereiro de 2014, esse espírito adentra a greve dos garis. Dessa categoria tão precarizada e predominantemente negra⁵⁶ (Silva, 2018). Que passou por cima de seu sindicato pelego e patronal e organizou uma greve pela base, à revelia do sindicato⁵⁷. Adentra ainda 2016 com o movimento de ocupações de escola, um movimento independente, radicalizado e bastante questionador do movimento estudantil institucional (como no caso da UNE e demais entidades estudantis rechaçadas pelos ocupantes).

Sendo assim, todo esse levante não é culpado pela ascensão do fascismo, pelo contrário. Fascismo e o levante popular de junho estão em trincheiras completamente opostas. Na verdade, a ascensão fascista pode ser entendida muito mais como uma resposta ao levante popular de 2013, fortalecido não pelas manifestações de junho, mas pela conciliação de classes e pela “capitulação” da esquerda institucional.

Em suma, o "golpe parlamentar de 2016" não foi uma consequência de 2013, ao contrário. Todo esse processo que culmina com um ascenso da extrema direita é na verdade uma reação⁵⁸ ao levante popular de junho de 2013.

Acontece que a luta de classes não é uma linha reta. Existem inúmeros exemplos históricos nos quais levantes do povo são sucedidos pela reação, pelo golpe, pelo fascismo. Negar isso só interessa para quem quer construir uma narrativa visando eximir de responsabilidades quem gerenciava o Estado na época.

Quem perseguiu os 23⁵⁹, quem criou a lei antiterrorismo, quem fortaleceu os setores conservadores neopentecostais, quem ocupou o Morro da Providência e a Favela da Maré com o Exército. O objetivo é claro, construir o mito do "paraíso perdido petista" visando criar uma hegemonia na esquerda e fortalecer-se para o jogo eleitoral.

Nesse sentido, para melhor compreender a realidade se faz necessário caracterizar corretamente a gestão petista do Estado burguês e seu sentido, para além de uma narrativa fácil da “onda conservadora” ou de vaga afirmação de que “político é tudo igual⁶⁰”.

⁵⁶ A greve dos garis e sua relação com 2013 é bem documentada no artigo de Selmo Nascimento “O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista” de 2018.

⁵⁷ O sindicato é uma ferramenta importante para a luta de classes. Contudo, em certos casos a degeneração é tamanha que se faz necessário superá-lo.

⁵⁸ Claro que não somente uma reação ao levante popular de 2013, mas ele foi sim um dos fatores.

⁵⁹ Os 23 manifestantes presos às vésperas da final da Copa do Mundo.

⁶⁰ Embora enquanto anarquista compreenda a dimensão da farsa do jogo eleitoral, contudo, para melhor entender os processos se faz necessário analisar as diferentes formas de se gerenciar o Estado burguês.

Se por um lado o petismo tente apresentar uma narrativa visando produzir “extremos puros”, colocando o petismo como bastião do progressismo em uma cruzada contra uma direita golpista e na defesa da classe trabalhadora, por outro a realidade objetiva é muito mais complexa.

Embora possamos admitir que o processo de *impeachment* Rousseff possuiu características, não de um golpe militar clássico, mas de um golpe parlamentar, por outro lado, é preciso entender as nuances corretas desse processo.

O PT geriu o estado não em um sentido antagônico com a classe dominante brasileira, pelo contrário. Em um contexto de ascensão econômica geriu o Estado no sentido da conciliação de classes. Por um lado, aliado com a burguesia nacional e aos setores conservadores da “velha política”, maximizando os lucros de banqueiros, empreiteiros, empresários e de outro com medidas para os trabalhadores que visavam a ascensão social pela via do consumo. Um cenário ideal para a burguesia enriquecer e ao mesmo tempo amortecer a luta de classes.

Acontece que ainda que tardiamente, quando a crise do capital atinge o Brasil, esse projeto bate no teto e a conciliação de classes já não era mais possível e interessante para a classe dominante. Sendo assim, a mesma classe dominante que outrora havia apoiado o projeto petista, a qual nunca foi enfrentada por ele, mas pelo contrário, foi apoiada e fortalecida, abandona o barco e clama por uma nova gerência de Estado (a via do *impeachment* e a posteriormente a adesão à Bolsonaro).

Nesse contexto de crise fazia-se necessária uma gerência mais “tradicional” e menos conciliadora, que pudesse tocar as reformas que o capital necessitava (reforma trabalhista, da previdência) “a toque de caixa”, de uma forma mais rápida e incisiva e não da forma mais gradual a qual o PT estava tocando.⁶¹ Deste modo, o petismo é tirado de cena da gerência pela classe dominante não como um ferrenho opositor a ser derrubado, mas como um antigo aliado, com excelentes serviços prestados, mas que não era mais útil na nova conjuntura.

O problema não é de sentido da gerência (a tese do PT como polo antagônico à classe dominante e de defesa da classe trabalhadora), mas sim do ritmo lento dessa gerência, constrangida e pressionada por alguma base sindical, popular e estudantil. Nesse sentido que se insere a ascensão do governo Temer e posteriormente, sem conseguir construir uma

⁶¹ O próprio Lula já havia iniciado uma reforma da previdência, por exemplo.

candidatura “liberal tradicional”, a classe dominante, ainda que parcialmente a contragosto⁶², adere ao bolsonarismo e à extrema-direita.

Contudo, embora os tempos sejam sem dúvidas difíceis, como nesse trecho do comunicado da OATL:

(...) não acreditamos na tese da “terra arrasada”, que está em curso uma “onda conservadora” que irá arrastar todos e todas e que por isso devemos nos agarrar a qualquer partido social-democrata burguês. Essa tese é muito mais uma retórica política para defender que a classe trabalhadora fique a reboque da conciliação de classe e fortaleça os candidatos da conciliação. Se por um lado o ascenso da extrema-direita é um fato, por outro, a crise da democracia burguesa também abre caminhos para outras alternativas possíveis, como nos apontou 2013 e toda enxurrada de lutas, greves e ocupações que pipocaram de lá para cá e como nos demonstra a luta revolucionária do povo curdo pela sua completa emancipação. (OATL, Outubro 2018)

Deste modo, em suma, se o PT é parte importante do problema, se a conciliação de classes é um dos elementos que permitiu a ascensão do fascismo (e não 2013), devemos apontar que essa via não poderá solucionar essa crise e que se faz necessário abandonar a perspectiva do reformismo, do legalismo e da conciliação de classes. Devemos apontar consoantes com nosso tempo, o caminho das mulheres curdas, dos zapatistas, dos levantes populares latino-americanos, das greves de base, dos acampamentos de luta e dos jovens que ocupam escolas.

Não tenhamos medo de gritar: “não nos representam!” Retomar a luta revolucionária, superando o petismo, o legalismo e o reformismo, sem medo defender o socialismo⁶³ e outros mundos possíveis. Sem medo de defender, como é a tradição da esquerda revolucionária que é preciso “arrebentar o sistema”. Tarefa essencial que pede o nosso tempo.

Um duro golpe no coração do capitalismo? Será preciso muito mais do que um vírus!

Li atentamente o otimista artigo de Slavoj Žižek intitulado *Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo* (Žižek 2020). Nele o filósofo expõe sua visão sobre a crise do novo coronavírus, comparando-a com um golpe das artes marciais.

Nesse golpe mítico, apresentado na cena final do filme *Kill Bill* de Tarantino, a vítima é atacada sequencialmente em cinco pontos vitais. Após esse ataque, ela continua

⁶² Pela incapacidade de construir uma candidatura psdbista.

⁶³ Até mesmo reformistas como Bernie Sanders tiveram êxito ao operar discursos mais radicais (com um programa mais radical ao menos que partidos como o PSOL brasileiro) e defender o socialismo.

consciente, conversando até que caminhe cinco passos e seu coração automaticamente explode sem nenhum golpe adicional.

Zizek utiliza essa metáfora para descrever a possibilidade da crise do novo coronavírus ter um resultado positivo: a ruína do sistema capitalista, tal qual uma “técnica dos cinco pontos” atacando a ordem social. A tese central do artigo pode ser sintetizada nessa afirmação:

A minha modesta opinião é muito mais radical. A epidemia do coronavírus é uma espécie de “técnica de cinco pontos para explorar um coração” destinada ao sistema capitalista global. É um sinal de que não podemos continuar no caminho em que temos estado até agora, de que é necessária uma mudança radical. (Zizek, 2020).

Por outro lado, autores como o italiano Giordano Agamben, tem uma visão bem mais pessimista do que a do autor em questão, enxergando a possibilidade da pandemia ser um pretexto para que os governos adotem medidas “excepcionais” militarizadas, de controle e autoritarismo. Nesse sentido, a preocupação do autor é justamente que essas medidas sejam estendidas também na volta “à normalidade”, em virtude do fracasso das democracias liberais em lidar com o vírus e do sucesso da China.

Por outro lado, a visão otimista de Zizek nos faz recordar a antiga teleologia marxista, adotada pelos Partidos Comunistas ligados a Terceira Internacional. Uma visão otimista, determinista e semi-positivista da História: a ideia de que o mundo “marcharia rumo ao comunismo” inexoravelmente.

Contudo, a teleologia marxista foi superada, até mesmo pelos marxistas. Se tampouco a história caminhe rumo à abolição das classes, tampouco ela inexoravelmente marcha rumo à barbárie. Em uma visão dialética e materialista, e anarquista, é possível compreender que os rumos da História estão em constante disputa, em luta, sem determinações teleológicas nesse sentido. Para além de determinações em esquemas econômicos fechados.

Deste modo, embora Zizek tenha o mérito de apontar alguns fatores positivos da crise, como a questão da defesa do internacionalismo e do sistema único de saúde, ele falha ao “esquecer” um fator essencial muito caro na perspectiva socialista, o protagonismo popular, expresso na consígnia da primeira internacional: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Salta aos olhos o fato deste texto e quase nenhum dos textos da coletânea de artigos da editora *Terra sem Amos*⁶⁴ apontar para qualquer necessidade de mobilização coletiva, ação organizada, ou ação direta dos trabalhadores. Ainda mais em um contexto de revoltas populares latino-americanas.

Uma coletânea de textos socialistas, na qual falta “gente”, “povo”, gente real de carne e osso. Nesse sentido, não há golpe de *Kill Bill* que desmantele o capitalismo sozinho, sem revolta popular, insurreição, revolução, luta.

Dentro dessa lógica, por um lado a pandemia de coronavírus expõe as estranhas do capital, suas contradições, mas por outro ela sozinha não levará necessariamente a uma mudança radical na ordem social capitalista. Se por um lado é verdade que a pandemia expõe a inoperância do capital em resolver a questão social e resgata um debate sobre cooperação, internacionalismo, por outro se faz necessário luta. Como nos aponta a História, só uma grande insurreição popular poderá impulsionar a ruptura com o sistema capitalista. Deste modo, a volta à “normalidade capitalista” poderá ser colocada em xeque de fato, com um golpe letal: a ação direta da classe trabalhadora.

Contudo, por outro lado, para resistir à pandemia uma lição importante se faz necessária. Colocar em prática antigos conceitos da classe trabalhadora muito caros para o anarquismo: solidariedade, apoio mútuo, bem como defender a organização de base, comitês de defesa, conselhos populares, organismos de poder popular dos bairros, favelas e periferias em defesa da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na experiência do RJ, temos observado importantes iniciativas no Morro de Providência, em Acari, Complexo do Alemão e Favela da Maré que caminham nesse sentido. Uma tradição de cooperação também presente na luta quilombola e indígena. O entendimento da importância da unidade para resistir à opressão, como na Confederação dos Tamoios, como em Palmares e tantos outros exemplos.

Deste modo, a disputa de fato, para além de otimismo ou fatalismo é para que a volta à “normalidade capitalista” se torne o problema e não a solução para a atual crise. Sua superação não pode ser nos marcos do capital, pois sendo assim, só estaremos possivelmente adiando uma nova crise pandêmica. Nesse sentido, é preciso “novamente arrebentar o sistema” seguindo os exemplos revolucionários do século XXI, como da Revolução

⁶⁴ ZIZEK, Svoj et AL (2020), Coronavírus e a Luta de Classes. Terra sem Amos: Brasil.

Libertária de Rojava. Apoiando e jamais criminalizando revoltas populares como as do Chile, Equador, Haiti de 2020 e a do Brasil em 2013.

Superar as perspectivas da esquerda “pós-moderna” liberal, como o reformismo e legalismo, e impulsionar, como nos ensina Bakunin, uma revolução popular construída de baixo para cima, com protagonismo dos mais oprimidos. Na experiência brasileira, “voltas para as bases”, disputar nas favelas, periferias e presídios palmo a palmo com a hegemonia do conservadorismo liberal neopentecostal. “Trabalhar pela base, mais e mais pela base” como dizia Carlos Marighella.

O século XXI está aberto. A disputa está aberta. Se o século XX foi o século das revoluções “socialistas estatistas”, quem sabe o século XXI poderá ser o século das revoluções socialistas libertárias.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail. (2003), Estatismo e Anarquia. (2003) Editora Imaginário, Edição, 1.

CARRANO, Pedro. (2016), A História da Comuna de Oaxaca. Curitiba.

DA SILVA, Selmo Nascimento. (2018), O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), v. 18, p. 89-101.

DE MORAES, Wallace S. (2018), 2013 – Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. 1. ed. Rio de Janeiro: OTAL/UFRJ.

EZLN. (1994), Primeira Declaração da Selva Lacandona. IN. <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>

_____. (1994), Segunda Declaração da Selva Lacandona. IN. <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>

FRIEDMAN, Milton. (2002), Capitalism and Freedom. Chicago: The Chicago University Press.

FUKUYAMA, Francis. (1993), O Fim da História e o Último Homem, Rio de Janeiro. Rocco.

KROPOTKIN, P. (2012), Apoio Mútuo- Um Fator de Evolução. Trad: Dinah de Abreu Azevedo, Editora Deriva.

Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Londres. (1884), In. MARX, Karl. Obras Escolhidas em três tomos, Editora Avante!, tomo II, pág: 5-13.

MORAES, Isaias Albertin et al. (2017), O Municipalismo Libertário e a Revolução de Rojava. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2.

Organização Anarquista Terra e Liberdade. (2018), Uma análise sobre o Liberalismo no Anarquismo, Rio de Janeiro. In. <https://terraeliberdade.org/>.

Organização Anarquista Terra e Liberdade, (2011), Jornal Terra e Liberdade n.1. Rio de

ZIZEK, Sloj et AL (2020), Coronavírus e a Luta de Classes. Terra sem Amos: Brasil.

A SEGURANÇA E O OUTRO NOS TEMPOS DO CORONAVÍRUS

Gabriel Vilarinho

Mestrando em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do Laboratório de Filosofia Contemporânea da UFRJ.

Resumo: Este artigo-ensaio tem por objetivo abordar os desdobramentos e limites da pandemia em curso de coronavírus no Brasil e no mundo. Possui como foco a discussão das questões e relações da segurança e da marginalização do outro com a promoção de políticas da morte na eliminação das populações pobres, negras, sub-empregadas e moradoras de zonas periféricas.

Palavras-chave: pandemia; biopolítica; necropolítica; segurança.

Abstract: This article-essay aims to address the developments and limits of the ongoing coronavirus pandemic in Brazil and worldwide. It focuses on the discussion of issues and relations concerning the security and marginalization of the other with the promotion of death policies in the elimination of poor, black, underemployed people and residents of peripheral areas.

Keywords: pandemic; biopolitics; necropolitics; security.

Pandemia. Assim foi caracterizado pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 o surto mundial de SARS-CoV-2 (abreviação para *coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2*), causador da COVID-19 (*doença do coronavírus 2019*). Ainda que comprovado como de origem animal, a razão pela qual o vírus emergiu e se disseminou mundialmente muito tem relação com a degradação e exploração destruidoras do homem sobre o meio-ambiente. Diversas matérias têm sido publicadas sobre a destruição e matança das faunas e floras ao redor do globo em nome do mercado e expansão capitalistas constituírem as razões principais do crescente surgimento e exposição aos seres humanos de doenças infecciosas zoonóticas, isto é, transmissíveis de animais para humanos. No mundo capitalista (neo)liberal, cada vez mais tecnologicado, e fundado pela exploração e pela manutenção de desigualdades, isso não é novidade. Como nos lembra Marcuse (1973),

a exploração do meio ambiente é consequência da exploração do homem pelo homem, assim como seus efeitos destrutivos:

Sem dúvida, a “ordem objetiva das coisas” [das leis econômicas, do mercado] é, ela própria, o resultado da dominação [do homem pelo homem], mas é, não obstante, verdade que a dominação agora gera mais elevada racionalidade – a de uma sociedade que mantém sua estrutura hierárquica enquanto explora com eficiência cada vez maior os recursos naturais e mentais e distribui os benefícios dessa exploração em escala cada vez maior. Os limites dessa racionalidade e sua força sinistra aparecem na escravização progressiva do homem por um aparato produtor que perpetua a luta pela existência, estendendo-o a uma luta total internacional que arruína a vida dos que constroem e usam esse aparato. (Marcuse, 1973: 142).

Ao longo do mês de março, a pandemia se espalhou ainda mais por todos os continentes, levando as gestões governamentais biopolíticas de inúmeros países a adotarem, ainda que em ritmos diferentes, o estabelecimento de quarentena e isolamento social, o fechamento de fronteiras, suspensão de grande parte dos trabalhos e das atividades escolares, dos lazeres nas ruas, a diminuição da circulação de pessoas e transportes; e, até mesmo, em muitos países e cidades, a declaração de estado de emergência e de calamidade pública. O mundo contemporâneo havia se transformado em um cenário de quarentena e de gráficos do aumento exponencial de casos e mortes por coronavírus. Os efeitos destrutivos do biopoder na era neoliberal foram imediatos em diversos lugares: economias estagnadas, mercado desacelerado, hiper lotação e sobrecarga dos sistemas de saúde, falta de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) para os profissionais de saúde nos hospitais, milhões de crianças e jovens no mundo sem aulas, aumento do sofrimento de milhares de trabalhadores informais e de desempregados se arriscando sem auxílios e renda, falta de produtos básicos de higiene nos mercados em função do pensamento mesquinho-burguês, milhares de corpos sendo levados por caminhões sem local para enterro, medo e impactos psicológicos causados pelo isolamento, intensificação do desamparo às populações pobres, aos moradores de zonas periféricas e do abandono das populações em situação de rua face aos cuidados tanto básicos de saúde quanto à prevenção à COVID-19.

Em um momento de precariedade da vida, onde não surpreendentemente a “mão invisível do mercado” requer o amparo do Estado – o qual jamais faz em nome do “bem maior”, mas à sua razão - terá o neoliberalismo encontrado o seu limite ou será que o cenário do coronavírus apenas não escrachou o que sempre acontece? É o “fim do mundo”, como alguns fatalistas dizem, ou será que enfim o poder soberano de matar foi “democratizado”

a todos, tal como nos diz Mbembe (2020)? O que será destas vidas expostas à morte quando não possuem o privilégio de usarem máscaras pelo medo do racismo que os enquadram enquanto marginais e quando não possuem o privilégio às condições de estarem seguros em suas casas, seja por precisarem trabalhar todos os dias para (sobre)viverem, seja pela falta de condições básicas de higiene, ou por sequer possuírem uma casa? Mediante à crescentes incertezas, distanciamentos, medos e à fragilidade da vida neste aparente novo mundo, a combinação do biopoder insensato junto ao necropoder parece inflar a segurança a seus excessos produzindo uma declaração absurda em seu tempo, mas não incomum e não mais do que reflexo também da devastação: “estamos em guerra!”⁶⁵.

O estado de calamidade e emergência suscitam a legitimidade da guerra. A “economia de guerra”, rapidamente defendida por economistas, adotada por atores internacionais e veiculada pela mídia faz com que qualquer ação securitária que envolva a pandemia em defesa da sociedade esteja dentro do “necessário” e, inclusive, seja desejável. Afinal, “toda campanha sobre a segurança pública deve ser apoiada – para ser crível e rentável politicamente – por medidas espetaculares que provem que o governo pode agir rápido e forte acima da legalidade” (Foucault, 2001: 367). O que quer dizer, na governamentalidade biopolítica da pandemia, não serão as leis que protegerão de antemão⁶⁶ os indivíduos contra o vírus, mas, por exemplo, o uso de drones que, através do infravermelho, medem a temperatura corporal dos indivíduos; a utilização e compartilhamento de dados celulares pelo governo para identificar aglomerações por meio de geolocalização; ou, no caso da cidade do Rio de Janeiro, o “Disk aglomeração”, pelo qual os próprios cidadãos podem denunciar uns aos outros.

Dessa maneira, o discurso de guerra e a produção de mais um inimigo abstrato (ao lado dos já conhecidos “terror” e “drogas”) ao invés de incidirem sobre o coronavírus, apenas fomentam a ideia do *outro* como risco potencial e motivo de medo entre os indivíduos, conferindo legitimidade tanto na escolha da prática governamental entre quem deve viver e quem deve morrer quanto na maneira como irão gerenciar as populações, eximindo-se as responsabilidades. São os casos, por exemplo, do abandono de centenas de corpos nas ruas da cidade de Guayaquil no Equador em virtude do colapso do sistema de

⁶⁵ Foram as declarações de diversas figuras internacionais, como o Secretário-Geral da ONU, António Guterres; o presidente dos Estados- Unidos, Donald Trump; o presidente da França, Emmanuel Macron; assim como as de figuras nacionais como o Ministro da Defesa Fernando Azevedo.

⁶⁶ Na biopolítica, evidentemente, as leis não são excluídas da gestão governamental, mas se tornam secundárias, uma vez que o que está em questão não é a população como reunião de sujeitos de direito, mas enquanto sujeitos de interesses, com o qual as leis são utilizadas para se estender as seguridades na gestão das circulações de pessoas, dos ares, de mercadorias, etc. em nome do jogo econômico.

saúde e funerário; dos discursos de empresários e do presidente Bolsonaro afirmando que “o Brasil não pode parar, as consequências econômicas serão maiores do que 5.000 ou 7.000 mortos”, que “alguns vão morrer, mas é a vida”; e como é o caso do novo ministro da saúde Nelson ‘terceiro Reich’, nomeado pelo presidente por “não pensar exclusivamente na vida”, cuja posição defende que entre escolher um adolescente e um idoso, ambos com os mesmos problemas crônicos, seria preciso investir no adolescente, uma vez que o dinheiro na saúde é limitado e o jovem terá toda uma vida pela frente, ao contrário do idoso.

Contudo, se a situação fosse entre escolher “investir” na salvação de um adolescente pobre, negro e da favela ou em um idoso empresário multimilionário, quem seria o escolhido? Ou então, se fossem 5.000 ou 7.000 empresários, milionários e bilionários, será que o Brasil também não poderia parar para salvá-los? Na cidade equatoriana de Guayaquil, a qual possui 17% de sua população em estado de pobreza e extrema-pobreza, se as centenas de corpos fossem dos mais ricos do Equador, será que estariam abandonados pelas ruas? Certamente não, uma vez que “a epidemia é antes uma situação social e política e não um fato biológico, sabemos que ela atingirá diferencialmente, a depender da classe, etnia e gênero de quem estiver em meio a ela” (Augusto, 2020: 6).

Ainda que o inimigo seja abstrato, o seu real alvo, o *outro*, não o é, sendo plenamente localizável nos indivíduos não-privilegiados, trabalhadores em condição de sub-emprego, pobres, negros, moradores de periferias, pessoas em situação de rua, os quais encontram-se na linha de frente dessas políticas da morte. Na situação brasileira, o cálculo é biopolítico: produção de dados, tentativa de estabelecimento de curvas de “mortalidade normal” a partir do achatamento de curva e normalização da pandemia, mas a economia é necropolítica: visa-se produzir mundos de morte, nos quais a vida desses indivíduos não possuem o menor valor a não ser para a serventia das elites e a movimentação de mercados cujos donos, certamente, não estão nem estarão trabalhando. Vide o caso simbólico para a realidade brasileira da primeira morte registrada por coronavírus no estado do Rio de Janeiro: Cleonice, mulher negra, 63 anos, diabética e hipertensa, trabalhava desde os 13 anos de idade como empregada doméstica e há 20 anos trabalhava na casa da patroa no Leblon, bairro nobre do Rio de Janeiro e o mais caro do país. Morava em Miguel Pereira, há 125 quilômetros de distância do local de trabalho e cuidava da patroa, que havia voltado da Itália em março, no começo do pico da doença, e aguardava o resultado do teste de coronavírus – que deu positivo. Em poucos dias, Cleonice se sentiu mal, voltou para casa, deu entrada no hospital público de Miguel Pereira e faleceu 3 dias depois, enquanto a patroa ficou de quarentena.

O coronavírus, seu contágio e mortes apenas expõem a manutenção da colonialidade e o racismo nas diversas estruturas sociais da contemporaneidade. E ainda são sustentados pela própria mídia, pois nas primeiras veiculações do caso, o nome de Cleonice sequer foi informado, reduzindo, até mesmo na morte, a personalidade de Cleonice à apenas sua hierarquia socio-etnico-econômica enquanto “empregada doméstica” atrelada à “patroa”, como nos mostra Djamilia Ribeiro (2020) em coluna da Folha. Igualmente, vemos quem são os reais afetados nesta pandemia: doença que vem dos ricos e mata em grande maioria os pobres, negros e periféricos⁶⁷. Cleonice: negra, idosa, diabética e hipertensa, não tinha condições nem o privilégio de parar de trabalhar nem condições de se cuidar, pois ainda que trabalhasse desde a infância – o que por si só já constitui trabalho infantil e herança colonial - não era aposentada, pois, de acordo com os seus parentes “ainda não havia tempo suficiente de contribuição”. Situação essa similar, na América Latina, a milhares de outras mulheres, empregadas domésticas e informais, que vivem em situação de desamparo e inexistência de um Estado de bem-estar social destinados a elas, como aponta coluna escrita por Debora Diniz e Giselle Carino (2020) no El País.

Os reflexos das diversas seguranças nos mostram que, na realidade, os indivíduos que não conseguem participar do jogo econômico assegurando-se, ou cujos modos de vida não condizem com a economia de mercado, são passíveis de eliminação e abandono. Os indivíduos tornam-se dependentes às seguridades e suas liberdades passam a ser condicionadas a partir das decisões governamentais, promovendo a insegurança. No âmbito da saúde, a falta de um sistema público em um país como os Estados Unidos, por exemplo, onde milhões de pessoas não possuem um plano de saúde em virtude dos altos custos ou o possuem, mas não conseguem bancá-lo por completo, deixam as pessoas desacobertadas e expostas à morte e ao abandono, ainda mais na situação pandêmica. O mesmo pode ocorrer no Brasil, pois ainda que tenhamos um sistema de saúde público e gratuito, ele tem sido constantemente atacado por políticas neoliberais de sucateamento e corte de gastos nos últimos anos⁶⁸. São dois casos em que, seja um pela falta de cobertura, seja o outro pela possível sobrecarga de pacientes em virtude do desmonte do SUS, colocam os não-privilegiados, pobres e desfavorecidos em situação de completo desamparo e fragilidade, “onde se poderá decidir que tal doença, que tal tipo de sofrimento não se beneficiarão mais

⁶⁷ É importante mencionar que se checarmos o quadro de contágio do coronavírus no estado do Rio de Janeiro, os bairros que concentram o maior número de casos confirmados e que iniciaram a dispersão do contágio são os da zona sul e da Barra da Tijuca, as zonas mais nobres.

⁶⁸ O governo golpista Temer e o governo Bolsonaro promoveram intenso desmonte do SUS com cortes financeiros e implementação do teto de gastos. A matéria está indicada na bibliografia ao final.

de nenhuma cobertura, um ponto onde a própria vida não será mais protegida” e na qual “a questão que surge no presente é de saber se as pessoas irão aceitar serem expostas a certos riscos sem conservar o benefício de uma cobertura pelo Estado-providência” (Foucault, 2001: 1197).

Internacionalmente, acompanhamos os diversos países fortemente afetados pela COVID-19 levando milhares de corpos em caminhões lotados para serem enterrados em locais improvisados ou incinerados, sem que os seus parentes possam realizar cerimônias e se despedirem propriamente. Na desolação da morte, destroça-se a despedida e o desaparecimento mostra-se como outro tipo de poder também arrasador. No Brasil, esse cenário já se demonstra: além dos muitos casos de subnotificação, nos quais inúmeras pessoas permanecem veladas, a presidência e seus apoiadores estimulam o fim da quarentena, reduzem a magnitude do vírus e intensificam uma política que empurra à morte todas as pessoas que não podem se tratar ou se bancar tal como eles. Ao mesmo tempo, o Exército já consulta municípios para a realização de sepultamentos em massa, pois são corpos que da mesma forma que podem ser mortos, podem ser descartados e abandonados. Achille Mbembe (2020), em entrevista à Folha, nos diz que, na pandemia, o poder soberano de matar está “democratizado” em todos os indivíduos, mas quem vive e morre é algo completamente diferente, pois:

O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. [...] Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado.

Na lógica neoliberal, ou necroliberal, o desprezo e apatia com determinadas vidas, assim como seu abandono por aqueles que apoiam e disseminam políticas da morte estão diretamente ligadas com o racismo presente nas diversas estruturas populacionais enquanto dispositivo securitário e tecnologia de governo de corte entre os que devem morrer e os “cidadãos de bem”, entre os que “podem viver” e os que “morram quantos tiverem de morrer”⁶⁹, isso porque:

a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o *excedente*, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas. [...] aquilo em cujo nome se operam cesuras no seio da sociedade, se estabelecem relações do tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas cuja vida e presença são consideradas sintomas de uma condição-limite e cujo pertencimento é contestado porque elas provêm, nas classificações vigentes, do excedente. (Mbembe, 2018b: 73).

⁶⁹ Uma das mais recentes falas do presidente nazi-fascista da República.

O cenário pandêmico mundial trouxe para muitos a realidade dos horrores do presente e do cotidiano, principalmente no Brasil. Não demorou para várias vozes ao longo das redes sociais clamarem que o mundo havia percebido que não são as cifras virtuais que movem a economia, mas a exploração do trabalhador e a manutenção do abismo das desigualdades entre as elites e as populações social, econômica e etnicamente marginalizadas. Igualmente, não demorou para que a governamentalidade neoliberal junto aos seus líderes se mostrassem ineficazes, sozinhos, na preservação e promoção de um espaço e do res públicos capazes de cuidar de sua população.

De fato, acompanhamos e vivenciamos experiências de medo, dúvidas, abandono, raiva, horror, saudades e desolação, assim como também enfrentaremos os efeitos disso tudo. No entanto, não quero me prender na desesperança de um mundo apocalíptico ou na cegueira de um final feliz pós-pandemia. Acredito que o que precisamos ver se desenhar não é a decadência ou a ilusão, mas um porvir forjado pela possibilidade e continuidade da luta, tanto contra as políticas da morte, quanto contra a estas novas diretrizes de controle quarentênicas que hora ou outra vão querer se instalar no futuro do presente. Nunca nos esquecendo das razões e consequências desta pandemia, que também dizem respeito ao nosso passado e cotidiano, faz-se necessário colocarmos em questão nossas relações com o outro e os privilégios que nos constituem, na luta por um presente de alteridade e liberdade.

Bibliografia

AUGUSTO, Acácio. Guerra e pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre. In: n-1 edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/018>>. Acesso em: abril 2020.

BARAN, Katna. Consequências econômicas serão maiores do que 5.000 ou 7.000 que vão morrer, diz dono do Madero. **Folha de São Paulo**, Brasil, 23 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/consequencias-economicas-serao-maiores-do-que-5-ou-7-mil-que-vaio-morrer-diz-dono-do-madero.shtml>>. Acesso em: abril de 2020.

BRIGGS, Helen. Coronavirus: Exploiting nature ‘drives outbreaks of new diseases’. **BBC News, Science and Environment**, 8 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-52204724>>. Acesso em: abril de 2020.

CARINO, Giselle; DINIZ, Debora. Patroas, empregadas e coronavírus. **El País**, Brasil, 20 de março de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>>. Acesso em: abril 2020.

CARRINGTON, Damian. Coronavirus: ‘Nature is sending us a message, says UN environment chief. **The Guardian**, Londres, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/25/coronavirus-nature-is-sending-us-a-message-says-un-environment-chief>>. Acesso em: abril de 2020.

COVID-19: “We are at war with a virus” – UN Secretary-General. Disponível em: <https://unric.org/en/covid-19-we-are-at-war-with-a-virus-un-secretary-general-antonio-guterres/>. Acesso em: abril de 2020.

CRUVINEL, Tereza. Bolsonaro abre o jogo: que morram quantos tiverem de morrer. **Brasil247**, Brasil, 18 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/bolsonaro-abre-o-jogo-que-morram-quantos-tiverem-de-morrer>>. Acesso em: abril 2020.

‘É UMA GUERRA’, diz ministro da Defesa sobre combate ao coronavírus. **Diário de Pernambuco**, Brasil, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/04/e-uma-guerra-diz-ministro-da-defesa-sobre-combate-ao-coronavirus.html>>. Acesso em: abril de 2020.

FANTÁSTICO. ‘Uma pessoa muito batalhadora’, diz sobrinho de empregada doméstica que morreu de coronavírus. **G1**, Brasil, 22 de março de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/22/uma-pessoa-muito-batalhadora-diz-sobrinho-de-empregada-domestica-que-morreu-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: abril de 2020.

FILHO, Herculano Barreto. Áreas nobres do Rio concentram 70% dos casos; covid-19 avança para favelas. **UOL**, Rio de Janeiro, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/25/areas-nobres-do-rio-concentram-70-dos-casos-covid-19-avanca-para-favelas.htm>>. Acesso em: abril de 2020.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II : 1976-1988*. Paris : Gallimard, 2001.

_____. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard; Seuil: 2004b.

_____. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard; Seuil: 2004a.

_____. “Desormais la sécurité est au-dessus des lois”. In: _____. *Dits et écrits II : 1976-1988*. Paris : Gallimard, 2001. p.366-368.

_____. Un système fini face à une demande infinie. In : _____. *Dits et écrits II : 1976-1988*. Paris : Gallimard, 2001. p.1186-1202.

MAGENTA, Matheus. Coronavírus: governo brasileiro vai monitorar celulares para conter pandemia. **BBC News Brasil**, Londres, 3 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52154128>>. Acesso em: abril de 2020.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

MARS, Amanda. Trump busca se redefinir como “presidente em tempo de guerra” em meio à crise do coronavírus. **El País**, Washington, 27 de março de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-27/trump-busca-se-redefinir-como-presidente-em-tempo-de-guerra-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html>>. Acesso em: abril de 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. Sebastião Nascimento. Brasil: n-1 edições, 2018b.

_____. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. Brasil: n-1 edições, 2018a.

_____. O direito universal à respiração. Trad. Ana Luiza Braga. In: n-1 edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/020>>. Acesso em: abril 2020.

_____. Pandemia democratizou poder de matar. **Folha de São Paulo**, Brasil, 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em: abril 2020.

MELO, Maria Luisa de. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. **UOL**, Rio de Janeiro, 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: abril de 2020.

MOREIRA, Jéssica. Além do Coronavírus: 11 fatos mostram como o desmonte do SUS afeta a periferia. **Nós Mulheres da Periferia**, Brasil, 19 de março de 2020. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/alem-do-coronavirus-11-fatos-mostram-como-o-desmonte-do-sus-afeta-a-periferia/>>. Acesso em: abril de 2020.

NOGUEIRA, Italo. Exército consulta prefeituras do RJ sobre número de sepulturas para vítimas do coronavírus. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/exercito-consulta-prefeituras-sobre-numero-sepulturas-para-vitimas-do-novo-coronavirus.shtml>>. Acesso em: abril de 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Em ritmos distintos, países da Europa adotam ações parecidas contra o vírus. **Folha de São Paulo**, Bruxelas, 21 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/em-ritmos-distintos-paises-da-europa-adotam-acoes-parecidas-contr-o-virus.shtml?cmpid=assmob&origin=folha>>. Acesso em: abril de 2020.

_____. ‘Estamos em guerra’, diz Macron, ao apertar restrições para conter pandemia. **Folha de São Paulo**, Bruxelas, 16 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/estamos-em-guerra-diz-macron-ao-apertar-restricoes-para-conter-pandemia.shtml>>. Acesso em: abril de 2020.

PREFEITURA do Rio lança whatsapp 1746 para denúncias do Disk Aglomeração. Disponível em: <<http://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-lanca-whatsapp-1746-para-denuncias-do-disk-aglomeracao/>>. Acesso em: abril de 2020.

RIBEIRO, Djamila. Doméstica idosa que morreu no Rio cuidava da patroa contagiada pelo coronavírus. **Folha de São Paulo**, Brasil, 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/03/domestica-idosa-que-morreu-no-rio-cuidava-da-patroa-contagiada-pelo-coronavirus.shtml>>. Acesso em: abril 2020.

SARIS, Simoni. Degradação ambiental está na origem da pandemia. **Folha de Londrina/Grupo Folha**, Brasil, 28 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/degradacao-ambiental-esta-na-origem-da-pandemia-2984391e.html>>. Acesso em: abril de 2020.

TOM, Nêggo. Nelson ‘Reich’ – o novo ministro da Saúde é um genocida. **Brasil247**, Brasil, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/nelson-reich-o-novo-ministro-da-saude-e-um-genocida>>. Acesso em: abril de 2020.

WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: abril 2020.

ZIBELL, Matías. Mortos em casa e cadáveres nas ruas: o colapso funerário causado pelo novo coronavírus no Equador. **BBC News Mundo**, Equador, 1 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52129845>>. Acesso em: abril de 2020.

NADA DAR AO TIRANO: OU CONSTITUIR NOVAS FORMAS DE VIDA COM AJUDA MÚTUA

Fernanda Eiras Rubio

Graduanda em Artes Visuais (licenciatura) pela Universidade de Taubaté e graduada em Pedagogia pelo Instituto Singularidades. E-mail: fernandarubiohc@gmail.com

Pedro Luiz Stevolo

Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, graduado em Filosofia (bacharelado) pela Universidade de São Paulo e graduado em História (licenciatura e bacharelado) pela PUC Campinas. E-mail: pedro.stevolo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo levantar reflexões sobre a possibilidade de constituirmos uma sociedade mais próspera por meio das ideias de demodiversidade e de ajuda mútua, frente ao cenário atual do Estado brasileiro caracterizado por uma política tirânica e suicidária. Para isso, em um primeiro momento apresentaremos a noção de Estado tirânico e suicidário e como se relaciona com o comportamento do atual presidente do Brasil diante da pandemia de coronavírus (covid-19) no país. Em um segundo momento, desenvolveremos a questão sobre uma democratização real e participativa através do conceito de demodiversidade. Na terceira e última parte, apontaremos a ideia de ajuda mútua como um horizonte para uma sociedade mais próspera, criando novas formas de vida e coexistência a partir das mudanças que estão ocorrendo devido à pandemia global.

Palavras-chave: Ajuda Mútua; Demodiversidade; Tirano; Estado.

Abstract: The present work aims to raise reflections on the possibility of constituting a more prosperous society through the ideas of demodiversity and mutual help, in view of the current scenario of the Brazilian State characterized by a tyrannical and suicidal policy. For this, in a first moment we will present the notion of tyrannical and suicidal state and how it relates to the behavior of the current president of Brazil in the face of the coronavirus pandemic (covid-19) in the country. In a second step, we will develop the question about a

real and participatory democratization through the concept of demodiversity. In the third and last part, we will point out the idea of mutual aid as a horizon for a more prosperous society, creating new forms of life and coexistence from the changes that are occurring due to the global pandemic.

Keywords: Mutual aid; Demodiversity; Tyrant; State.

*Qualquer dia a gente se vê
Sei que nada será como antes, amanhã
Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Alvorço em meu coração
Amanhã ou depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol
("Nada será como antes" – Milton Nascimento)*

Tirânico e suicidário

O pronunciamento do presidente da república⁷⁰ do Brasil realizado no dia 24 de março de 2020, ameaçando e intimando os cidadãos brasileiros para que saiam de suas casas e voltem ao trabalho deixou boa parte da população espantada e indignada. O fato do líder da nação contrariar absolutamente todas as recomendações nacionais e internacionais⁷¹ e impor a necessidade do povo ignorar a quarentena decretada pelos estados e voltar aos seus respectivos trabalhos para que possam salvar a economia do país, ao invés de suas próprias vidas, colocou uma nova perspectiva sobre o estágio atual da política brasileira e sobre o tipo de sociedade, ou mesmo de indivíduos, que construiremos para o futuro.

O Tirano, que ainda insistimos em chamar de presidente de uma república chamada Brasil, em meio às medidas implantadas pelos governos estaduais, estufou o peito e agiu, e em rede nacional "informou" que o vírus (covid-19), que vem ceifando vidas ao redor do globo, não passa de uma gripezinha, sendo necessária a volta à normalidade da nação, como forma de salvamento da economia, reiterando as "informações" que circulavam por meio do seu *modus operandi* habitual, ou seja, as redes sociais.

O vírus que atualmente assola e preocupa o mundo impôs a necessidade de uma modificação, quase que completa, do modo como organizamos e produzimos nossas vidas. No Brasil, apesar da fala do "chefe" da nação, a maioria ainda parece estar de acordo com

⁷⁰ Neste texto, por questão de coerência, não utilizaremos os termos presidência e república em letras maiúsculas, como diz a norma culta, por entender que estas já não existem no país desde o golpe de 2016.

⁷¹ Referimo-nos aqui às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Isso se não ocorrer uma mudança no Ministério da Saúde, como vem sendo alardeado enquanto escrevemos este texto. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-avalia-demitir-mandetta-do-ministerio-da-saude.shtml>. Acesso em: 06.04.2020.

as recomendações, ou seja, permanece em suas casas como forma de evitar que este vírus se alastre ainda mais. Parte destes quarentenados indignados demonstraram sua insatisfação com o pronunciamento ao “agredirem” suas painéis das janelas de casas e apartamentos, fato esse que vem ocorrendo ao longo das semanas, pelo menos é o que se constatou nas regiões economicamente mais favorecidas das grandes cidades⁷².

No entanto, é importante questionar se estes quarentenados indignados configuram aquela parcela da população que ainda mantém os serviços essenciais dos grandes centros urbanos, como carteira(o)s, enfermeira(o)s, profissionais da segurança pública e privada, profissionais de serviços de limpeza público e privado, entregadores de alimentos, motoristas etc., pois, estes, ao que parece, continuam a depender da sorte, de “pegarem” apenas um gripezinha.

Uma forma muito comum utilizada pelos quarentenados indignados, ainda mais no momento atual, tem sido a forma de expressão e comunicação por meio das chamadas redes sociais⁷³. Elas têm sido utilizadas a todo vapor, ainda mais em tempos do chamado tédio enfrentado pela humanidade em dias de quarentena, e diversas palavras e imagens são produzidas como forma de demonstração de suas opiniões, que a todo momento repetem o nome do presidente da república, seguida de xingamentos e pedidos para sua saída do cargo.

Além de se expressarem nas redes, os quarentenados, indignados ou não, têm encontrado tempo para “furar a quarentena” e fazerem suas caminhadas e exercícios nas ruas da cidade, antes frequentadas por eles apenas por meio do automóvel, uma vez que os parques, que antes lhes forneciam segurança, agora permanecem fechados para segurança de todos contra o vírus.

Por conta disso, afirmamos: nada devemos dar ao Tirano! Nem mesmo palavras nas redes.

A rede social é o mecanismo que o Tirano mais domina, por meio dela ele chegou ao poder e é por meio dela que ele governa, afirmando verdades ou mentiras, a máquina de metadados continua a dar visibilidade, representatividade e governança ao “líder” da república brasileira. Expressar-se nas redes, contra o Tirano, ou mesmo como tem sido sua vida enfrentando a quarentena, é fomentar a indústria da comunicação, aquele mesmo setor que vendeu os dados dos usuários para influenciar campanhas políticas da extrema direita

⁷² In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/cidades-brasileiras-registram-panelacos-contrabolsonaro.ghtml>; <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/cidades-brasileiras-registram-panelaco-contrabolsonaro-pelo-15o-dia-seguido.ghtml>. Acesso em 04.04.2020.

⁷³ Dizemos “chamadas” redes sociais, pois, na maior parte das vezes elas se apresentam enquanto redes antissociais.

nos últimos anos, e aquele que mais tem se valorizado no mercado financeiro na atual fase do neoliberalismo. Cada postagem de um quarentenado gera mais lucro para as grandes corporações que financiam e fornecem um aplicativo “gratuito” aos usuários mundo afora⁷⁴.

Dentro deste contexto, chega-se à conclusão que o atual Estado Tirânico brasileiro, vive sua fase de “estado suicidário”, conforme afirmou Vladimir Safatle (2020), como parte de um experimento de um novo modelo de gestão do neoliberalismo,

Um estado como o nosso não é apenas gestor da morte. Ele é ator contínuo da sua própria catástrofe, ele é o cultivador da sua própria explosão. Para ser mais preciso, ele é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição. (SAFATLE, 2020, p.03)

Segundo o autor, o tirano brasileiro, frente à atual condição pandêmica, age no sentido de jogar seu próprio povo à própria sorte no enfrentamento da morte que pode vir a ser causada pelo coronavírus (covid-19)⁷⁵, tudo para que, embora vidas sejam perdidas, a economia seja salva⁷⁶. Embora parte da população seja colocada mais em risco do que outras, o atual “estado suicidário” não distingue mais aquelas pessoas que sejam mais descartáveis que as outras, todas são colocadas em uma mesma “igualdade” de condições da sorte e da morte.

Até bem pouco tempo, o país dividia seus sujeitos entre “pessoas” e “coisas”, ou seja, entre aqueles que seriam tratados como pessoas, cuja morte provocaria luto, narrativa, comoção e aqueles que seriam tratados como coisas, cuja morte é apenas um número, uma fatalidade da qual não há razão alguma para chorar. Agora, chegamos à consagração final dessa lógica. A população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare em hipótese alguma. (SAFATLE, 2020, p. 06)

Dado o estado atual da república brasileira e do modo de desenvolvimento e experimento do ultraneoliberalismo capitalista, prometido, fomentado e em processo de

⁷⁴ Haja vista as crescentes investigações envolvendo a coleta de dados de usuários e a criação de propagandas direcionadas nas últimas eleições mundo fora encabeçada pela Cambridge Analytica. Como bem demonstraram os Documentários *Driblando a Democracia* (2018) e *Privacidade Hackeada* (2019). Ou mesmo a experiência de Inteligência Artificial da Microsoft que com o passar do tempo se tornou racista, sexista e xenófoba. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/tecnologia/145885274_096966.html. Acesso em: 01.04.2020.

⁷⁵ Vírus este que, segundo consta até o momento, foi trazido da Europa e irresponsavelmente disseminado no país por uma elite parasitária existente desde os tempos coloniais. Conforme informa a matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2020/03/o-circuito-dos-ricos-e-famosos-que-disseminaram-coronavirus-no-brasil.shtml>. Acesso em: 30.03.2020.

⁷⁶ Vale lembrar que durante a campanha presidencial de 2018, o atual presidente da república já havia apresentado claramente sua visão em relação às majorias e minorias, com a frase: “As minorias devem se curvar às majorias, a lei deve existir para defender as majorias, as minorias se adéquam ou simplesmente desaparecem”. Seus eleitores não sabiam é claro, que no atual estado, as minorias seriam aquelas que pudessem morrer ou mesmo trabalhar para salvar a economia da maioria. Para essa fala ver: https://www.youtube.com/watch?v=X_z6Hakdw3A. Acesso em: 31.03.2020.

realização do tirano brasileiro, é que retomamos as palavras escritas por Étienne de La Boétie no século XVI:

No entanto, não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirar-lhe coisa alguma, *e sim nada lhe dar*; não é preciso que o país se esforce a fazer algo para si, contanto que nada faça contra si. (LA BOÉTIE, 1987, p. 14) (*grifo nosso*)

Em nome dessa máxima, colocada pelo pensador francês ao se questionar sobre o porquê do fato dos seres humanos obedecerem e aceitarem as ordens de um único líder, é que reforçamos a ideia de que nada devemos dar a ele, nem panelas, nem likes, nem deslikes e nem piadas ou memes, devemos sim, não fazer nada contra nós mesmos, devemos nos dedicar na constituição de novas formas de vida e de ajuda mútua, que não passe pelo atual modo como o Estado se constitui, de modo a fazer com que Estados e tiranos, simplesmente desapareçam.

Uma democratização real e participativa, a demodiversidade

Do repúdio aos desgastes que os tiranos e Estados causam, nos fazendo sentir impotentes e fracos diante de tantos absurdos que violam o bom senso e, pelo respeito à vida e suas complexidades, é que formas de democratização reais devem surgir para tornar possível práticas mais participativas e até mesmo mais educativas.

Precisamos de uma nova concepção de formas de vida que aumente a nossa potência, de novas formas de participação e de intervenção das comunidades com o aprofundamento da autossuficiência (que não significa isolamento e total independência em uma sociedade complexa e extremamente desigual, pelo contrário, é o desenvolvimento de força entre os agentes em redes de emancipação) para uma autonomia baseada no conceito de demodiversidade trazido por José Manuel Mendes e Boaventura de Sousa Santos.

Neste conceito se possibilitam horizontes de alternativas para as práticas democráticas ou mesmo do fortalecimento da demodiversidade, pois

Essa tese implica reconhecer que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma. Pelo contrário, o multiculturalismo e as experiências recentes de participação apontam no sentido de deliberação pública ampliada e do adensamento da participação. (SANTOS, 2002, p. 77)

A demodiversidade seria assim, uma perspectiva, um horizonte de possibilidades de formas democráticas que coexistam de diferentes formas ao redor do mundo, que não

aquela democracia burguesa republicana e representativa criada na Europa e introduzida a fórceps em outros países. Santos desenvolve este conceito de demodiversidade na perspectiva de observar e aprender como as democracias se desenvolveram ao redor do mundo, para além da forma cristalizada na Europa.

Contra esta visão eurocêntrica de democracia é que Santos e Mendes introduzem o que chamam de pensamento pós-abissal⁷⁷, na medida em que este permite uma ampliação do campo referencial e experimental das diferentes formas de práticas democráticas existentes, tomando como base os estudos das chamadas epistemologias do Sul⁷⁸, que consiste em descolonizar, desmercantilizar e despatriarcalizar a política. Política essa, que no atual cenário brasileiro avança em sentido oposto, caracterizada pela hostilidade e regresso, principalmente em relação aos direitos humanos e ambientais.

Para democratizar tais valores defendidos por esquerdistas, comunistas e anarquistas para uma sociedade (incluindo o governo) mais justa, ética e responsável é necessário desenvolver ferramentas de concepções instituidoras de dignidade e de igualdade, que reconhece e legitima outros saberes e conhecimentos, como Mendes e Santos sugerem para a transformação dos espaços estruturais aos seus contextos através das relações sociais:

A aplicação sistemática de uma sociologia das emergências tornou explícito que a concepção eurocêntrica de democracia, apesar de ser dominante, não é a única vigente no mundo. Ao lado dela, em conflito ou em articulação com ela, existem outras concepções e outras práticas de democracia que são instituidoras de dignidade e de igualdade. Essas concepções e práticas democráticas alternativas constituem-se como ferramentas de descolonizar, desmercantilizar e despatriarcalizar as relações sociais, transformando a sociedade em lugares de democratização que percorrem todos os espaços estruturais das sociedades contemporâneas. (SANTOS & MENDES, 2018, p.531)

A sociologia das emergências visa observar com atenção os sinais do presente por perceber neles tendências ou embriões sobre como o cenário pode se desdobrar e se tornar

⁷⁷De acordo com o autores o pensamento abissal é aquele “(...) que separa as sociedade e as formas de sociabilidade metropolitanas das sociedades e formas de sociabilidade coloniais, em que tudo o que é válido, normal e ético no lado metropolitano não se aplica no lado colonial da linha.” (SANTOS & MENDES, 2018, p. 18). Nessa linha, para os autores, “Nosso objetivo é problematizar o caráter abissal das relações sociais em diferentes contextos e espaços estruturais, e reivindicar a possibilidade da convivência pós-abissal. Reivindicar o pós-abissal democratizando as relações econômicas (pós-capitalismo), democratizando as relações que se baseiam na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico-cultural do oprimido (pós-colonialismo) ou as relações que assentam na diferença sexual ou de orientação sexual como fator de opressão (pós-patriarcalismo).” (SANTOS & MENDES, 2018, p. 21)

⁷⁸ “As epistemologias do Sul têm que ver com a produção e a avaliação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente a injustiça, a opressão e a destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.” (SANTOS & MENDES, 2018, p. 18)

decisivo no futuro. Em uma fase ultraneoliberal podemos constituir e utilizar de novas formas de vida como proteção e resiliência às políticas austeras que a cada dia nos precarizam mais. E são estas novas formas de vida que recriamos, retomamos e reinventamos que entram em conflito ou em articulação com esta concepção eurocêntrica, estática ou distante de democracia, que obviamente nunca representou ninguém, pois somos complexos. É preciso descolonizar nosso caminho!

Adentrando sobre a questão de autonomia e organização, podemos nos inspirar na tese de Piotr Kropotkin em que defende a sociabilidade e ajuda mútua como a maior arma dos seres vivos na luta pela vida em todas as circunstâncias.

(...) Nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e de luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviais, conseguiram eliminar o sentimento de *solidariedade profunda enraizado no coração e na mente dos seres humanos*, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente. O resultado da evolução, desde seus estágios mais primitivos, não pode ser superado por um dos aspectos dessa mesma evolução. E a necessidade de *ajuda e apoio mútuos*, que nos últimos tempos se refugiou no estreito círculo da família, de vizinhos de favelas, da aldeia ou da associação secreta de trabalhadores, reafirma-se novamente, mesmo em nossa sociedade moderna, e reclama seu direito de ser, como sempre foi, o principal motor do progresso (...). (KROPOTKIN, 2009, p. 225) (*grifo nosso*)

Com esta crítica às organizações centralizadoras e capturadoras nesta sociedade de massa é que o autor busca valorizar e legitimar a história da evolução dos seres vivos que sempre trabalharam em cooperação em pequenos grupos para garantir a sobrevivência. Portanto, a necessidade de ajuda e apoio mútuos é de direito à solidariedade, que nos acompanha desde os tempos mais primitivos, e que, possibilita os constantes progressos em comunidade. E para isso ocorrer precisamos desmercantilizar nossas vidas!

Adoecemos dependentes de um Estado, de um mercado e de um patriarcado egoísta que retém a energia, potência, trabalho e riqueza entre os mesmos privilegiados, parasitas ou zumbis da meritocracia, sendo necessário que uma vida digna e plena seja estabelecida, vivida com qualidade por todos!

Que a reconfiguração dos jogos relacionais como forma de constituir a demodiversidade seja a transformação através de uma mudança de consciência e cultura, nesta sociedade mesquinha de privilegiados em que vivemos com nosso tempo sendo absorvido pelo dinheiro, prestígio e ego apenas. A construção de comunidades de ajuda mútua exige dedicação para questões que emergem e que precisam receber atenção no que torna indivíduos vulneráveis e impossibilitados para o trabalho comum em um grupo. Isto seria a solidariedade profunda mencionada por Kropotkin em um processo de

democratização real em nossa sociedade contemporânea que se caracteriza pela diversidade como Santos e Mendes trazem no livro “Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas” com alguns exemplos ocorridos pelo hemisfério Sul do planeta.

Ajuda mútua para uma sociedade mais próspera⁷⁹

O primeiro passo para dar forma e constituir uma nova vida, de solidariedade e ajuda mútua, é acima de tudo perceber as condições de vida da maioria dos seres humanos nesta democracia que deixa por meses, anos, décadas e séculos (e não estamos exagerando) a maior parte de seus cidadãos ou integrantes à margem, no sofrimento solitário de sua própria vulnerabilidade.

Um exemplo concreto deste cenário de abandono por parte do Estado em relação às pessoas em maior vulnerabilidade e desolação está no livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. No livro é relatada a rotina em um diário da própria autora de dentro da favela do Canindé em São Paulo nos anos 50. Abaixo está o recorte de dois dias de seu diário:

2 de setembro de 1955: Acendi o fogo e esquentei comida para os filhos porque não tinha dinheiro para comprar pão. Troquei os filhos que foram para a escola. E sai com a Vera. Quase fiquei louca. Porque havia pouco papel na rua. Agora até os lixeiros avançam nos que os catadores de papéis podem pegar. Eles são egoístas. Na rua Paulino Guimarães tem um depósito de ferro. Todos os dias eles põem o lixo na rua, e lixo tem muito ferro. Eu catava os ferros para vender. Agora, o carro que faz a coleta, antes de iniciar a coleta vem na rua Paulino Guimarães e pega o lixo e põe no carro. Nogentos. Egoístas. Eles já tem emprego, tem hospital, farmácia, médicos. E ainda vende no ferro velho tudo o que encontra no lixo. Podia deixar os ferros para mim.

...Passei a tarde arranjando as latas. Depois fui na Bela Vista buscar o caixote. Quando eu passava perto do Frigorífico o caminhão de ossos estava estacionado. Pedi uns ossos para o motorista. Ele deu-me um que eu escolhi. Tinha muita gordura.

...Fiz a sopa e comecei escrever. A noite surgiu. O João juntou-se e deitou-se. Puis a Vera no berço. O José Carlos estava na rua, com medo de apanhar, porque ele é muito porco. Sujou a camisa de barro. Eu fiz um chiqueiro e vou por ele morando com o porco. Hão de dar-se bem.

A Pitoca passou na rua convidando o povo para ir ver o cineminha. Chamou o João. Eu disse que ele já estava dormindo. Fui ver o cineminha. Era desenho da igreja.

No Play Boy que o Adhemar pois aqui para as crianças, a noite são os marmanjos que brincam. O Bobo fazia tanto barulho que deturpava o espetáculo. Os favelados pizam no fio elétrico que liga a máquina. E a máquina desligava. Os próprios favelados falam que favelado não tem educação. Pensei: vou escrever.

Quando eu voltava encontrei com o Paulo, que vive com a Dona Aurora. Ela tem uma filha mulata clara. Ela diz que a filha é filha do Paulo. Mas, as feições não condiz.

...Eu dormi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da Terra para o céu. E pegava as estrelas na mão

⁷⁹ Próspera não no sentido literal de enriquecimento, mas em sentido mais amplo de progressão, desenvolvimento e florescimento. Cooperação em uma sociedade que a abundância e fartura seja um direito de todos e não um privilégio.

para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso.

Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio meus agradecimentos.

3 de setembro: Ontem comemos mal. E hoje pior. (JESUS, 2014, p. 119;120)

Podemos identificar facilmente que pouco mudou na vida para alguém que está nesta extrema vulnerabilidade hoje em dia, no ano de 2020. A necessidade de reconhecermos aqueles que estão literalmente à margem do jogo democrático, seja ele qual for, é tarefa fundamental para, se quisermos, colocarmos em prática uma nova forma de vida, que não deixe absolutamente ninguém para trás no campo de possibilidades ou mesmo de oportunidades para que possam simplesmente realizar sua existência como seres humanos. Nesse sentido, há a necessidade de um salvamento econômico de vidas, para que elas simplesmente possam acontecer sem maiores riscos. Daí a necessidade de uma renda básica permanente como redução de danos a esta situação desumana em meio a tantos recursos que nos são roubados por um sistema injusto. Mas realmente precisamos depender do Estado para garantir esse direito de distribuição de renda com apenas migalhas provisórias decididas em consenso pelos governantes estaduais⁸⁰ pelo motivo da pandemia do coronavírus?

Que toda a energia, potência e novas formas de vida sejam aplicadas para fortalecimento de si em sua própria comunidade e dentro de toda a complexidade existente em nossa sociedade!

De acordo com Kropotkin, ao analisar as ideias desenvolvidas por Charles Darwin, em relação à teoria da evolução das espécies, os indivíduos de uma sociedade que se ajudam têm maior chance de prosperar e a evolução se deu devido à cooperação de comunidades inteiras para garantir a sobrevivência de todos, e não por conta da rasa leitura de que apenas os indivíduos mais fortes sobrevivem, uma espécie de seleção natural “meritocrática”.

Ao analisar a obra *A origem do homem*, de Darwin, Kropotkin diz:

Darwin escreveu algumas páginas memoráveis para ilustrar seu sentido próprio, o sentido amplo. Observou que, em inúmeras sociedades animais, a luta entre indivíduos pelos meios de subsistência desaparece, que essa luta é substituída pela *cooperação* e que essa substituição resulta no desenvolvimento de faculdades intelectuais e morais que assegura à espécie as melhores condições de sobrevivência. Ele sugeriu que, nesses casos, os mais aptos não são os mais fortes fisicamente, nem os mais astuciosos, e sim *aqueles que*

⁸⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/coronavirus-governadores-pedem-aplicacao-de-lei-que-preve-renda-basica-para-todos-os-brasileiros.ghtml?fbclid=IwAR3Rm4My2tVyT7TFwleft1kPGmKrwlcijufT5DybyqOrzQQqMssD5gJmIKiU>. Acesso em: 02.04.2020.

aprendem a se associar de modo a se apoiarem mutuamente, fossem fortes ou fracos, pelo bem-estar da comunidade. “Aquelas comunidades”, escreveu ele, “que possuíam o maior número de membros cooperativos seriam as que melhor floresciam e deixariam a prole mais numerosa”. (KROPOTKIN, 2009, p. 20) (grifo nosso)

Dentro das atuais circunstâncias nacionais e globais, a ajuda mútua e cooperativa entre os indivíduos da sociedade parece ser a melhor maneira de enfrentarmos esta crise pandêmica, que impôs a todas as comunidades de indivíduos, novas dinâmicas sociais, morais, religiosas e de subsistência. Em defesa da vida e contra um Estado que, ao que parece, pretende suicidar seus indivíduos em nome da salvação da economia, há a necessidade de darmos uma nova função e prática para a economia, que não aquela já comumente aceita, de gerar lucros e riquezas para uns poucos indivíduos. A sociedade cooperativa necessária para ser constituída no futuro precisa, acima de tudo, redefinir, ou talvez, extinguir o Estado que retirou historicamente as funções sociais de cada indivíduo.

Segundo Kropotkin,

A absorção de todas as funções sociais pelo Estado favoreceu necessariamente o desenvolvimento de um individualismo desenfreado e tacaño. À medida que cresciam as obrigações para com o Estado, os cidadãos iam sendo evidentemente aliviados das obrigações de uns para com os outros. (...) O resultado foi o triunfo completo, no direito, na ciência e na religião, da teoria segundo a qual os homens podem, e devem buscar sua própria felicidade sem considerar as necessidades das outras pessoas. É a religião do dia, e duvidar de sua eficácia é ser um utopista perigoso. (...) Homens ‘práticos’ e teóricos, cientistas e pregadores, advogados e políticos, todos concordam em uma coisa: que o individualismo pode ser mais ou menos abrandado pela caridade em seus efeitos mais deletérios, mas é a única base segura para a manutenção da sociedade e de seu progresso. (KROPOTKIN, 2009, p. 181;182)

As palavras de Kropotkin, escritas na virada do século XIX para o XX, parecem ainda ser a ordem do dia. O individualismo desenfreado e tacaño aliviou as obrigações dos indivíduos de uns para com outros e, embora ainda possamos ver manifestações de solidariedade das pessoas em nossa atual situação, sua maioria ainda parece ser uma maneira de abrandar o individualismo pela caridade.

Ao entregarmos ao Estado nossas obrigações de cooperação e de ajuda mútua, chegamos ao atual estado pandêmico observando ações completamente desproporcionais daquele que deveria, segundo ele mesmo diz, organizar e cuidar de nossas vidas.

Várias são as ações atuais no Brasil que evidenciam o total desprezo e despreparo do Estado para cuidar de seus cidadãos, como por exemplo, a falta de clareza e de ação dos órgãos de saúde estatal para com a necessidade de se traçar um plano de percurso e contenção dos primeiros infectados confirmados, membros de uma seleta elite recém-

chegada da Europa, conforme já foi apresentado⁸¹. O “estranho” caso de uma rede de saúde privada da cidade de São Paulo que não notificou (não mesmo?) as autoridades públicas sobre seus casos de infectados pelo vírus e mesmo não notificou a família da primeira vítima da doença no Brasil.⁸² A ausência completa de um plano de ação centralizado para realização de testes em massa, para mais rapidamente identificar os casos e serem devidamente isolados e tratados, bem como os questionáveis números de casos confirmados e mesmo lista oficial de mortos.⁸³

Os casos apresentados acima, e que julgamos necessários para exemplificar nossa questão, representam situações que surgiram no decorrer da escrita deste texto e, provavelmente, novas situações como essas aparecerão nos próximos dias. Entretanto, vale a pena indagar que, talvez, a melhor maneira de um Estado Tirânico minimizar os efeitos da pandemia em um país como o Brasil, seja mesmo não questionar as situações levantadas acima.

Voltando ao nosso ponto central, da necessidade de se constituir novas formas de vida baseadas na demodiversidade, cooperação, coexistência e ajuda mútua, vale lembrar que existem estudos de comunidades humanas que apontam que em situações limites o Estado apareceria como organizador geral da sociedade e desaparecendo logo após a volta da normalidade, conforme demonstrou o antropólogo Pierre Clastres (2003) em *A sociedade contra o Estado*, e a forma como se organizavam os povos por ele estudados.

O atual modelo econômico, político e social é suicidário, porque ele há tempos vem colocando sua população em situações limite, no exato momento em que deveria conduzir

⁸¹ Na Itália e na Espanha, enquanto locais que tiveram casos de infectados antes do Brasil, após o desastre, foi possível traçar um certo percurso das regiões que tiveram explosões de casos de infecção pelo vírus, especificamente após uma partida de futebol pela Liga dos Campeões, onde se enfrentaram o time italiano Atalanta x Valencia espanhol. O prefeito da cidade italiana de Bergamo, teria declarado que a partida teria sido uma verdadeira “Bomba Biológica”, como se pode ver na explicação do jornalista Mauro César Pereira em: <https://www.youtube.com/watch?v=otMTBKoiLnM>. Acesso em 02.04.2020.

⁸² Referimo-nos às seguintes matérias divulgadas pela mídia: <https://ricmais.com.br/noticias-coronavirus/primeira-vitima-coronavirus-brasil/>; <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2020/03/prefeitura-investiga-prevent-senior-por-nao-informar-casos-de-coronavirus.shtml>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/18/prevent-senior-descarta-morte-por-covid-19-em-dois-casos-suspeitos-em-sp.htm>; <https://veja.abril.com.br/saude/prevent-senior-hospital-corona/>. Acesso em 02.04.2020.

⁸³ Referimo-nos às seguintes reportagens noticiadas pela imprensa: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52145795>; <https://www.esquerdadiario.com.br/Contrariando-dados-cientificos-governo-Bolsonaro-nao-ira-realizar-testes-em-massa-para-a-populacao>; <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-27/sem-treinamento-especifico-testes-rapidos-para-coronavirus-comprados-pelo-governo-podem-dar-falso-negativo.html>; <https://apublica.org/2020/03/sem-teste-para-coronavirus-mortes-em-servico-de-obitos-de-sao-paulo-sao-registradas-como-causa-indeterminada/>; <https://noticias.r7.com/minas-gerais/funeraria-recebe-32-mortos-por-insuficiencia-respiratoria-em-72h-23032020>; <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,minas-investiga-excesso-de-corpos-em-funeraria-e-cogita-exumacao-para-testar-coronavirus,70003251680>. Acesso em 02.04.2020.

políticas e ações nacionais de preservação de seus cidadãos. Talvez, uma saída seja ajudar este Estado a suicidar a si mesmo, não o seu povo, que ele se anule a si mesmo, e a partir dele constituir uma nova forma de vida, porém, não há, nem nunca houve, receita ou fórmula de como e quando isso irá ocorrer, mas temos de estar prontos. Vemos inclusive, que ações de auto-organização já vêm ocorrendo, principalmente em locais onde a ausência estatal é visível mesmo em condições normais.⁸⁴

Urge a necessidade de ação cívica de derrubarmos o Tirano que o ocupa hoje o cargo da presidência da república brasileira, nada dando a ele e seus tiranetes⁸⁵, estes sempre existirão, porém, não podemos deixar que se sobreponham sobre a diversidade de indivíduos. Vale acrescentar, que nossa ação não passa por questionamentos por meio dos diversos mecanismos da internet, pois estes são dominados e controlados por tiranos e tiranetes. A nova forma de vida que devemos constituir passa inclusive por isso, em mudarmos nossa relação com a tecnologia e as redes sociais que ela cria.

Para que essa nova forma de vida floresça, é essencial que a sociedade seja empoderada e *gestione* suas próprias vidas em comunidades. Associações maiores devem se desenvolver quando ocorrem dificuldades, conflitos e guerras para garantir que um trabalho em unidade seja formado para o bem de todos!

Nossos períodos de quarentenas serão longos⁸⁶ e cada dia será um novo aprendizado e uma nova experiência de vida, ainda não sabemos como enfrentá-los, nem como a população, a economia, a política e as relações sociais irão reagir e se adaptar a esta nova forma de existência no planeta, porém, uma coisa sabemos, como diz a música de Milton Nascimento, NADA SERÁ COMO ANTES!⁸⁷

⁸⁴ Referimo-nos a ações da comunidade de Paraisópolis na cidade de São Paulo-SP. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/04/02/especial-sem-esperar-ajuda-do-governo-paraisopolis-contrata-medicos-para-combater-virus.htm>. Acesso em 05.04.2020.

⁸⁵ De acordo com La Boétie, os tiranetes são os indivíduos da sociedade que mantêm o poder nas mãos do tirano: "(...) logo que um rei declarou-se tirano, tudo que é ruim, toda a escória do reino, (...) reúnem-se à sua volta e o apoiam para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano." (LA BOÉTIE, 1987, p. 32). A lista de tiranetes dos dias de hoje é vasta, desde os negacionistas da ciência até os empresários que têm cobrado a volta ao trabalho.

⁸⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/por-ate-dois-teremos-de-alternar-periodos-de-abertura-e-novas-quarentenas-diz-atila-iamarino.shtml>. Acesso em 05.04.2020.

⁸⁷ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/28/sair-do-isolamento-agora-e-querer-voltar-a-mundo-que-nao-existe-mais-diz-virologista-atila-iamarino.ghtml>. Acesso em 06.04.2020.

Bibliografia

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LA BOÉTIE, Etienne de. Discurso da Servidão Voluntária. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JESUS, Carolina Maria de. “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. São Paulo: Ática, 2014.

KROPOTKIN, Piotr. “Ajuda mútua: um fator de evolução”. São Sebastião; A Senhora Editora, 2009.

SAFATLE, Vladimir. Bem vindo ao estado suicidário. São Paulo, n-1 edições, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENDES, José Manuel. (Orgs.). “Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas”. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.